

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA



O ACERVO ETNOGRÁFICO XETÁ DO MAE-UFPR: TECNOLOGIA E FLUXO
DE VIVÊNCIA DOS ARTEFATOS.

SADY PEREIRA DO CARMO JUNIOR

2022

Sady Pereira do Carmo Junior

O ACERVO ETNOGRÁFICO XETÁ DO MAE-UFPR: TECNOLOGIA E FLUXO
DE VIVÊNCIA DOS ARTEFATOS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia com área de concentração em Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a Adriana Dias

Banca:

Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno (USFC)

Prof. Dr. Rafael Corteletti (UFPEL)

Prof. Dr. Rafael Milheira (UFPEL)

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C287a Carmo Junior, Sady Pereira do

O acervo etnográfico Xetá do Mãe-UFPR : tecnologia e fluxo de vivência dos artefatos / Sady Pereira do Carmo Junior ; Adriana Schmidt Dias, orientadora. — Pelotas, 2022.

245 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Etnoarqueologia. 2. Acervos etnográficos. 3. Xetá. 4. Tecnologia. 5. Arqueologia. I. Dias, Adriana Schmidt, orient.

II. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB:
10/2064

Dedico essa pesquisa aos sobreviventes, eles, nós e os do futuro.

Agradecimentos

Muito difícil iniciar os agradecimentos depois de passar por tantas situações em pleno governo fascista e anticientífico e ter muitas pessoas nesta trajetória que se iniciou em 2018. Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, minha esposa Camila, minhas filhas Luna, Lívia, Agni e os agregados Caio e Luiz. Em um segundo momento, agradeço aos meus pais, Sady e Valda, e à minha irmã, Rafaella. Sem a presença e força durante todos esses anos, seria impossível escrever qualquer palavra neste documento.

Não poderia deixar de agradecer a Adriana, minha orientadora e parceira durante esse período. Tenho enorme admiração e respeito, não só pela profissional, mas pela pessoa grandiosa que é. Eterna gratidão pela oportunidade de conhecê-la.

À equipe de professores e professoras do PPGANT da UFPEL, Loredana Ribeiro, Eremites e, em especial, ao Rafael Corteletti, que já participou da minha qualificação de mestrado, foi meu colega na UFPR, professor na UFPEL e agora faz parte da banca do doutorado, só tenho como me sentir privilegiado. Agradeço também ao Rafael Milheira e ao Lucas Bueno por participarem da banca; pelas parcerias já realizadas e as que ainda virão.

À Julia e Luan, pelo suporte em todos estes anos no museu, nas conversas, análises e tabelas, tenho uma estima de grande amizade. E, aos alunos e alunas que passaram pelo MAE-UFPR, agradeço, em especial ao Ray e Milena pela ajuda inestimável na análise do material, em fotografias e cafés.

Muito obrigado à dupla Bruna e Gabi pela amizade que se construiu e se fortalece em meio a uma convivência que transcende os muros do trabalho e carrega uma sinergia gostosa demais, e agradeço a toda a equipe do MAE-UFPR. Laura, Ana, Tamara, Renata, Regiane, Fabio, Rosane, Douglas, Renata, não sei como agradecer o apoio, suporte, discussões, licenças, passadas de pano, reuniões e o trem todo.

Ao Diego Pavei pela identificação das espécies, à Josi do MuPa por me permitir acesso às fotografias do museu e ao Douglas Fróis pelas fotografias das

peças, muitas vezes na urgência, ajudando fortemente na construção deste trabalho.

Queria agradecer ao pessoal que foi comigo a TI de São Jerônimo e me deixou animado com a possibilidade da pesquisa: Luana, Lilianny e Gian Carlo!

Agradeço às minhas terapeutas, Luana e Tereza.

Sintam-se todos e todas como parte desta construção.

Àquelas pessoas que não foram citadas, me desculpem, minha memória é um lixo. Foi mal.

Resumo

O presente trabalho refere-se à análise do fluxo de relações dos objetos Xetá que atualmente se encontram no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. Estes objetos, coletados, pilhados, trocados e produzidos junto aos grupos familiares Xetá, durante expedições científicas organizadas pelo Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná, entre os anos de 1955 e 1961, período em que foram contatados na floresta Serra dos Dourados, região noroeste do estado do Paraná, Brasil, se misturam a filmes, fotografias, fichas, bibliografias e entrevistas documentais e etnográficas para se colocar em reflexão a materialidade Xetá e suas relações sistêmicas de vivência entre humanos e não humanos. A proposta é relacionar os diversos contextos socioculturais para se entender os fluxos tecnológicos da materialidade Xetá.

Palavras-chaves: Acervos Etnográficos. Tecnologia. Etnoarqueologia. Povo Xetá.

Abstract

The present work refers to the analysis of the flow of relations between the Xetá objects that are currently in the collection of the Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. These objects, collected, pillaged, bartered and produced together with the Xetá family groups, during scientific expeditions organized by the Department of Anthropology of the University of Paraná, between the years of 1955 and 1961, a period in which they were reported in the Serra dos Dourados forest, northwest region from the state of Paraná, Brazil, films, photographs, files, bibliographies and documentary and ethnographic interviews are mixed to reflect on the materiality of Xetá and its systemic relations of life between humans and non-humans. The purpose is to relate the various sociocultural contexts in order to understand the technological flows of Xetá materiality.

Keywords: Ethnographic Collections. Technology. Ethnoarchaeology. Povo Xetá.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa de delimitação do território xetá baseada nas pesquisas de Silva (1998, 2003). Fonte: MERENCIO, 2014, p. 16.....	20
Figura 2 – Foto do encontro entre os sobreviventes. Da esquerda para a direita: Rondon Xetá, Tucanambá, Tikuein (Mã), ã, Ana Maria Tiguá, Maria Rosa Tiguá e Kuein. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Márcia Rosato.....	23
Figura 3 – Mapa com algumas localizações na área de ocupação Xetá baseado nos relatos. Fonte: Google Maps.....	33
Figura 4 – Mapa da área de ocupação dos botocudos. Fonte: BIGG-WITHER, 1878.....	34
Figura 5 – Tapuy fotografado por Kozák. Fonte: Acervo MAE-UFPR.....	35
Figura 6 – Selvagem Botocudo do Brasil. Fonte: BIGG-WITHER, 1878, p. 113.	36
Figura 7 – Representação gráfica dos artefatos desenhado por Bigg-Wither. Fonte: BIGG-WITHER, 1878.....	37
Figura 8 – Da esquerda para a direita: Deocleciano (meio corpo), o Xokleng Vaipan, os irmãos japoneses Tadao e Massayochi Ito fiscais da Cia Miyamura; Pixapa e o pequeno Kaiuá, o cozinheiro do acampamento, o sr. Jose Alves e outros trabalhadores da Companhia. (MOTA, 2017). Fonte: Hidemitsu Miyamura. Filme antigo (2): A Colonização da Serra dos Dourados. Disponível em: http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2013/6/5/filme-antigo-2/ . Acesso em 29/07/2019.....	40
Figura 9 – Foto do primeiro grupo encontrado. Fonte: Acervo MAE-UFPR.....	42
Figura 10 – Foto do momento em que ã é levada por Dival José da Silva. Fonte: Acervo MAE-UFPR, foto de V. Kozák (1956).....	43
Figura 11 – Foto 13 (1 cópia) – Xeta Grupo 1c – informações apontam essa foto como o registro do encontro com esse primeiro grupo.....	44
Figura 12 – Mapa apresentando localização dos acampamentos Xetás e sítios arqueológicos na região (MERENCIO, 2015, p. 72).....	45
Figura 13 – Foto das esculturas de cera produzidas pelos Xetá. Fonte: Acervo MP. KO. 7463.1. V. Kozák.....	49

Figura 14 – Localização dos grupos familiares Xetá na contemporaneidade. Fonte: PASSOS, 2021, p. 6.....	53
Figura 16 – Mapa dos sítios arqueológicos no território xetá – contexto geral. Delimitação do território Xetá baseada nas pesquisas de Silva (1998, 2003). Fonte: MERENCIO, 2014, p. 35.	60
Figura 17 – Representação gráfica de <i>Syagrus Romanzoffiana</i> Cham, Fonte: SOARES et al., 2014.....	66
Figura 18 – Infográfico de cadeia operatória. Fonte: Elaborado pelo autor.	72
Figura 19 – Objeto como entidade mista. Fonte: CARMO JR, 2015.....	82
Figura 20 – Ilustração das diferentes partes de um instrumento e suas respectivas UTF's. Fonte: CARMO JR, 2015.....	83
Figura 21 – Ilustração da relação entre UTF's. Fonte: BOEDA, 1997.	84
Figura 22 – Perfurador em mandíbula de roedor. Fonte: Imagem do autor....	102
Figura 23 – Perfurador em mandíbula de roedor. Fonte: Imagem do autor....	103
Figura 24 – Perfurador em mandíbula de roedor e exemplo do movimento de utilização e suas áreas funcionais demarcadas. Fonte: Imagem do autor.	104
Figura 25 – Detalhe do encaixe anatômico da peça na mão. Fonte: Imagem do autor.....	104
Figura 26 – Perfuradores separados para utilização da manufatura do Tembetá. Fonte: Acervo Museu Paranaense – Coleção W. Kozák – MP. KO. 6937.	105
Figura 27 – Exemplo do uso como entalhador de flechas. Fonte: Imagem do autor.....	106
Figura 28 – Ilustração da posição de ataque do perfurador e do entalhador. Fonte: Elaborado pelo autor.....	107
Figura 29 – Os quatro pinces presente no acervo. Fonte: Imagem do autor.....	108
Figura 30 – Formões presente no Acervo. Fonte: Imagem do autor.....	109
Figura 31 – Formões ósseos. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Kozák.	110
Figura 32 – Seta azul indicando marcas do descane. Fonte: Imagem do autor.....	111
Figura 33 – Posição que o artesão segura o osso em relação ao golpe do lítico e o apoio da bigorna de madeira. Bigorna segurada com a parte posterior do joelho. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção W. Kozák - MP.KO.6939.1.....	112

Figura 34 – Outro registro onde podemos observar a posição que o artesão segura o osso em relação ao golpe do lítico e o apoio da bigorna de madeira. Fonte: Acervo Museu Paranaense – Coleção W. Kozák - MP.KO.6942.1.	112
Figura 35 – Xetá realizando o polimento. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção W. Kozák - MP.KO.6945.	113
Figura 36 – Artefatos com características similares a aquelas descritas para entalhar o formão. Fonte: Imagem do autor.	114
Figura 38 – Posição do entalhe pelo artesão. Fonte: Acervo Museu Paranaense – Coleção W. Kozák - MP.KO.6936.1.	115
Figura 40 – Demarcado em azul as UTFs do Formão. Fonte: Imagem do autor.	117
Figura 41 – UTF Transformativa dos formões. Fonte: Imagem do autor.	118
Figura 42 – Desgaste nas UTF Transformativas. Fonte: Imagens do autor. ..	118
Figura 43 – Marcas de desgaste devido a percussão na área receptiva. Fonte: Imagem do autor.	119
Figura 46 – Blocos lascados bifacialmente, classificados também como Choppers, Chopping-Tools peças: IV.3176 IV.3142 e IV.3168. Fonte: Imagem do autor.	130
Figura 47 – Entalhadores. IV.3138 e IV.3291. Fonte: Imagens do autor.	131
Figura 48 – Artefatos plano-convexos, rabotes e raspadores. Utilizados para confecção dos arcos e bordunas. Peças. Conj.X11, IV.3130 e IV.3149. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Fotos: Douglas Fróis.	132
Figura 49 – Artefato/Percutor. Fonte: Imagem do autor.	132
Figura 50 – Artefato multifuncional, em destaque para a área de polimento em azul. Fonte: Imagem do autor.	133
Figura 52 – Detalhes do artefato com a cavidade do quebra-coquinho e marcas de polimento. Fonte: Imagens do autor.	135
Figura 53 – Artefato com sinais de polimento em uma das faces e de quebra-coquinho na outra. Fonte: Imagem do autor.	136
Figura 54 – Percutores com marcas de uso bem aparentes. Fonte: Imagem do autor.	136
Figura 57 – Itaneppraká. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W.Kozák.	138
Figura 58 – Cabos presentes no acervo. Fonte: Imagem do autor.	139

Figura 59 – Partes do artefato, modificado da foto de Douglas Fróis. Fonte: Acervo MAE-UFPR.	140
Figura 60 – Nós da madeira no cabeça do cabo. Fonte: Acervo MAE – UFPR. Foto: Douglas Fróis.	141
Figura 61 – Concavidades esculpidas para lâmina, detalhes das rachaduras indicado pelas setas em vermelho. Fonte: Imagem do autor.	142
Figura 62 – Concavidade para lâmina com as rachaduras, indicado com a seta em vermelho. Fonte: Imagem do autor.	142
Figura 63 – Detalhe para a posição da lâmina no cabo. Fonte: Gustavo Neves.	143
Figura 64 – Detalhe para haste ainda natural. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W.Kozák.	143
Figura 65 – Detalhe para os golpes de corte na construção do pescoço, parte que separara o cabo da cabeça. Fonte: Acervo MAE UFPR. Foto: Douglas Fróis.	144
Figura 66 – A UTF Transformativa da Cavadeira, posição do gume demarcado com linha vermelha e a alavanca/cavadeira demarcado com círculo azul. Fonte: Imagem do autor.	145
Figura 67 – Registro fotográfico de dois homens utilizando os cabos do machado de pedra para cavar o fosso de uma armadilha. Fonte: KOZÁK, 1981, p. 78, figura 43.	146
Figura 68 – As seis lâminas Xetá no acervo. Fonte: Imagem do autor.	147
Figura 69 – Detalhes em azul da linha média da área de polimento e picoteamento. Fonte: Imagem do autor.	148
Figura 70 – Partes da lâmina de machado. Fonte: Imagem do autor.	149
Figura 71 – Detalhe dos Gumes. A – IV. 2357, B - IV. 3353, C - IV. 3356, D - IV. 3396; E - IV. 3352, F - IV. 3355. Fonte: Acervo MAE-UFPR, Fotos: Douglas Fróis.	150
Figura 72 – Detalhe dos Gumes. A – IV. 2357, B - IV. 3353, C - IV. 3356, D - IV. 3396; E - IV. 3352, F - IV. 3355. Fonte: Acervo MAE-UFPR, Fotos: Douglas Fróis.	151
Figura 73 – Seta azul está a indicação do polimento e em vermelho a posição da concavidade do quebra-coquinho. Foto: Gustavo Neves.	152
Figura 74 – Linha azul demarcando a área polida. Fonte: Imagem do autor.	153

Figura 75 – Detalhe para o polimento após um acidente com o lascamento do gume. Fonte: Imagem do autor.	154
Figura 76 – O uso como machado. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W. Kozák.	155
Figura 77 – Homem segurando um laço de escalar árvores. Tem o machado de pedra preso às costas por uma corda, pronto para utilizá-lo no alto da árvore. Seta em vermelho indicando o detalhe da corda. Fonte: KOZÁK, 1981, p. 49, figura 21.....	156
Figura 78 – Dorso do cabo, com marcas de pancada. Fonte: Imagens do autor.	157
Figura 79 – Representação de movimento no uso do Itánepraká como cunha. Fonte: Ilustração de Luiz França, 2022.	158
Figura 80 – Xetá usando o Itanepraká. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de W. Kozák.	159
Figura 81 – Homem Xetá com seu arco e flechas. Fonte: Museu Paranaense. MP.KO.7367.1.	161
Figura 82 – Os seis arcos do acervo do MAE-UFPR. Fonte: Imagem do autor.	162
Figura 83 – Arco presente no acervo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Douglas Frois.	165
Figura 84 – Representação gráfica das partes da flecha e a flecha presente no acervo. Fonte: Imagem do autor.	166
Figura 85 – Os dois tipos de serrilhado das flechas. Flecha com os dentes mais largos e flecha com os dentes mais próximos. Fonte: Imagem do autor.....	166
Figura 86 – As pontas das flechas Xetá. Fonte: Imagem do autor.	169
Figura 87 – Detalhe dos dentes da Flecha. Fonte: Imagem do autor.	170
Figura 88 – Detalhe dos dentes da Flecha (2). Fonte: Imagem do autor.....	170
Figura 89 – Ponta de flecha com coquinho de macaúba. Fonte: Imagem do autor.	171
Figura 90 – Furos nas hastes das flechas. Fonte: Imagem do autor.	172
Figura 91 – Rêmige das flechas farpadas (à esquerda) e da flecha rombuda (à direita). Fonte: Imagem do autor.	173
Figura 92 – Representação da posição das penas em relação a haste. Fonte: Ilustração do autor.....	174

Figura 93 – Nock das flechas Xetá. Fonte: Imagem do autor.	174
Figura 94 – Detalhe do cálamo da pena bifurcado (seta laranja), e preso com o fio duplo de caraguatá (seta azul) para construção do rêmige. Fonte: Imagem do autor.	175
Figura 95 – Amarrações da ponta da flecha. Fonte: Imagem do autor.	176
Figura 96 – Amarrações próximo ao nock. Fonte: Imagem do autor.	176
Figura 97 – Posição de preparo antes do tiro com o arco e flecha. Fonte: Museu Paranaense MP.KO.6981.1.tif.	177
Gráfico 1 – Relação de comprimento das pontas e das flechas.	178
Figura 98 – As duas bordunas do acervo. Fonte: Imagem do autor.	180
Figura 99 – Detalhe do polimento e da cor das bordunas. Fonte: Imagem do autor.	181
Figura 100 – Detalhe do polimento e da cor das bordunas. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Douglas Fróis.	181
Figura 101 – Peças de armadilhas suporte 1. Fonte: Imagem do autor.	182
Figura 102 – Peças de armadilhas suporte 2. Fonte: Imagem do autor.	183
Figura 103 – Armadilha suporte 3. Fonte: Imagem do autor.	183
Figura 104 – Marcas de cimento. Fonte: Imagem do autor.	184
Figura 105 – Armadilha Xetá (1). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.	185
Figura 106 – Armadilha Xetá (2). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.	185
Figura 107 – Armadilha Xetá (3). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.	186
Figura 108 – Armadilha Xetá (4). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.	186
Figura 109 – Detalhe para o laço e a amarração de fibra de caraguatá na construção do mecanismo de acionamento da armadilha, indicado com a seta em vermelho. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.	187
Figura 110 – Armadilha armada próximo de coquinhos e bagaços de jerivá. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	189
Figura 111 – Homens preparam as lanças que compõem a manduka, feitas em jatobá ou ipê. Segundo Kozák (1979), a confecção das lanças, observando pela foto,	

é realizada com um pequeno artefato lítico. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção V. Kozák - MP.KO.6977.	190
Figura 112 – Pilão vertical demarcado em laranja e pilão horizontal demarcado em azul. Fonte: Acervo Museu Paranaense, MP.KO.7099.1.JPG. Foto: V. Kozák.	191
Figura 113 – Artefatos não presentes na coleção, aúra haimbé. Fonte: Acervo MUPA. MP.KO.6921.	192
Figura 114 – Pilão horizontal. Fonte: Imagem do autor.	192
Figura 115 – Pilão horizontal. Fonte: Imagem do autor.	193
Figura 116 – Cavidade do Pilão Horizontal. Fonte: Imagem do autor.....	193
Figura 117 – Depressão de quebra-coquinhos. Fonte: Imagens do autor.	194
Figura 118 – Marcas de utilização como apoio. Fonte: Imagens do autor.....	194
Figura 119 – Mulher Xetá utilizando o pilão. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	195
Figura 120 – Pilão vertical. Foto: Douglas Fróis.	196
Figura 121 – Forma da concavidade. Fonte: Imagem do autor.	197
Figura 122 – Demonstração da posição da pedra no fundo do Pilão. Fonte: Imagem do autor.	197
Figura 123 – Pedra para se alocar no fundo dos pilões coletada por Laming-Emperaire. Fonte: Imagem do autor.....	198
Figura 124 – Parte do Pilão vertical. Peça s/n. Fonte: Imagem do autor.	198
Figura 125 – Detalhe do Brilho do Polimento causado pelo atrito da pedra na madeira. Fonte: Imagens do autor.	199
Figura 126 – Pilões em contexto, detalhe para a amarração abaixo da linha do solo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	200
Figura 127 – Xetás usando um pilão vertical. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção W. Kozak - MP.KO.7371.1.	201
Figura 128 – Pilão que não faz parte do acevo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W. Kozák.	202
Figura 129 – Tipoia, cesto bolsiforme e fragmento de esteira. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	203
Figura 130 – Tipoia em uso. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	204
Figura 131 – Abanos e Esteiras. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	204

Figura 132 – Artefatos trançados. 1. Abano, 2. Pré-forma de peneira. 3. Peneira Finalizada. 4. Tigela. Fonte: Imagens do autor.	205
Figura 133 – Preparo das fibras de caraguatá. Fonte: Acervo Museu Paranaense, nº de registro MUPA MP.KO.6893.	206
Figura 134 – Preparo das fibras de caraguatá. Fonte: Acervo Museu Paranaense, nº de registro: MUPA. MP.KO.6894.	207
Figura 135 – Amarração das folhas de erva-mate com envira de guaraguatá. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto V. Kozák.	207
Figura 136 – Linhas de guaraguatá. Foto 1. Novelo. Foto 2. Costura da diadema de cauda de macaco. Fotos 3 e 4. Costura em espata de palmeira. Fonte: Imagens do autor.	209
Figura 137 – Detalhe da amarração das taquaras na peneira. Fonte: Imagem do autor.	210
Figura 138 – Uso de diversas cordas no fogão suspenso. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.	210
Figura 139 – Homem Xetá com adornos. Fonte: Acervo Museu Paranaense: Foto V. Kozák.	212
Figura 140 – Colar de dente de quati. Fonte: Imagens do autor.	212
Figura 141 – Colar feito com sementes, fios e dentes de quati. Fonte: Imagem do autor.	213
Figura 142 – Homens Xetá com seus adornos. Fonte: Acervo Museu Paranaense, nº de registro Foto 1. MP.KO.7314, Foto 2. MP.KO.7210.1.TIF.	213
Figura 143 – Brincos Xetá. 1. pavó (<i>Pyroderus scutatus</i>) e 2. pica-pau-rei (<i>Campephilus robustus</i>). Fonte: Imagens do autor.	214
Figura 144 – Flautas Xetá. Fonte: Imagens do autor.	215
Figura 145 – Espata de Palmeira de Jerivá. Fonte: Imagem do autor.	216
Figura 146 – Espata com água e areia para auxiliar no polimento. Foto: Acervo MAE-UFPR.	218
Figura 147 – Usado como recipiente para armazenar porções de larvas de coleópteros, percebe-se os dois suportes que abrem a espata. Fonte: Acervo MAE-UFPR.	219
Figura 148 – Usado para armazenar os tubérculos antes ou após seu preparo. Fonte: Acervo MAE-UFPR.	219

Figura 149 – Provavelmente é o cocho (tanuango). Fonte: Acervo MAE- UFPR. Foto: V. Kozák.....	220
Figura 150 – Crânios amarrados (1). Fonte: Imagem do autor.....	221
Figura 151 – Crânios amarrados (2). Fonte: Imagem do autor.....	222
Figura 152 – A- Jaguaririca (cf. <i>Leopardus pardalis</i>), B- Quati (cf. <i>Nasua Nasua</i>), C- Lontra (cf. <i>Lontra longicaudis</i>), D- Javali juvenil (cf. <i>Sus Scrofa</i>). Fonte: Imagens do autor.....	222
Figura 153 – Instrumentos cirúrgicos. Fonte: Imagem do autor.....	223
Figura 154 – Agulhas e perfuradores. Fonte: Imagem do autor.....	223
Figura 155 – Xetá fazendo uso do Aura-pera, os Travesseiros/Pau de chuva. Fonte: V. Kozák, 1981, figura 38.....	224
Figura 156 – Xetá dormindo com o travesseiro. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.....	225

Sumário

Introdução	19
1 Xetá, histórias e seus contextos	29
1.1. Primeiras evidências históricas e contatos relatados para o Século XIX.....	30
1.2. As expedições do Século XX ao território Xetá	38
1.3. Reflexões sobre o espaço, território e paisagem Xetá na contemporaneidade 50	
2 Aspectos teórico-metodológicos sobre tecnologia	70
2.1. Comportamentos Técnicos	75
2.2. Objeto Técnico	79
2.3. Análise Tecnológica nas Coleções Perecíveis	87
2.4. Análise Tecnológica Em Artefatos Líticos.....	92
3 O fluxo de vivência dos artefatos	99
3.1. Ferramentas	101
3.1.1. Perfurador/Escarificador/Entalhador em dente de roedor.....	101
3.1.2. Pincéis em pena.....	107
3.1.3. Formões ou Cinzéis Ósseos.....	109
3.1.4. Instrumentos Líticos Lascados	120
3.1.5. Instrumentos Líticos Brutos	133
3.1.6. <i>ITÁNEPRAKÁ</i> (O machado)	137
3.1.6.1. O cabo	139
3.1.6.2. A lâmina.....	146
3.1.6.3. Os Itáneppraká em ação	154
3.2. Armas	159
3.2.1. Arco e Flecha	159
3.2.1.1. Arco	162
3.2.1.2. As Flechas.....	165
3.2.1.3. Arcos e flechas em movimento.....	177
3.2.1.4. Borduna	179
3.2.2. Armadilha e Laços	182
3.3. Pilões.....	191
3.3.1. Pilões horizontais (ou mesa de trabalho).....	192
3.3.2. Pilões verticais.....	195
3.4. Outros objetos Xetá da coleção do MAE-UFPR	203
3.4.1. Trançados.....	203
3.4.2. Cordões, fios e tecidos	206
3.4.3. Adornos	211
3.4.4. Sinalizadores e Instrumentos Musicais.....	214
3.4.5. Recipientes.....	215
3.4.6. Mágicos e médicos.....	221
4 A Coleção Xetá como materialidade vivida e experienciada	227
Referências Bibliográficas	240

Introdução

Esta tese visa uma reflexão tecnológica sobre os artefatos Xetá acervados no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR). O foco está na valorização das informações do acervo musealizado e a proposta de gerar e concatenar dados para nova revisão das descrições das peças no catálogo do museu. Esta proposta está baseada em aspectos que mesclam perspectivas tecnológicas e etno-históricas, ressaltando a materialidade no seu fluxo de vivências por meio dos seus sistemas técnicos. Para isso, utilizo de conceituação os aspectos dos estudos de antropologia das técnicas dentro da visão de um arqueólogo de formação.

Segundo Lemonnier (1996), a tecnologia expõe as escolhas feitas pela sociedade nas mais diversas possibilidades relacionadas à materialidade, dentre as quais as técnicas fazem parte. A representação cultural das técnicas e sua classificação por um dado grupo contribuem para firmar seu caráter sistêmico e, ao mesmo tempo, para reafirmar suas identidades culturais. As técnicas neste trabalho são entendidas como produções sociais que expressam e definem identidades, ajudando a reafirmar, representar e dar sentido a um mundo de possibilidades e limites.

A ideia é considerar as técnicas como formas de ação, que estabelecem vínculos distintos entre as diversas ações e interações entre pessoas, seres e coisas – de modo que a ênfase está menos no porquê (nas razões ou nos fins) do que em como (no processo) (FERRET, 2014). Logo, veremos a técnica como o “teatro das transformações”, ou seja, não como uma causa ou efeitos pré-definidos, mas como formas variadas da mediação (SAUTCHUCK, 2017a).

Ao considerar as técnicas como formas de ação, vemos que existem vínculos distintos entre as diversas ações e interações entre pessoas, seres e coisas, de forma que a ênfase está nos processos e relações e menos nos resultados ou em suas razões estritamente objetivas (FERRET, 2014). Os sistemas tecnológicos são, portanto, fenômenos de relações e manutenções sociais e ambientais, simbolicamente construídos e repassados pela tradição cultural.

Portanto, o estudo da materialidade é o estudo das condições de coexistência e transformação recíproca de um sistema tecnológico e da organização tecnológica da sociedade na qual opera. Desta forma, os Xetá são a força motriz desse fluxo de objetos que hoje estão sob a guarda do MAE-UFPR e sua observação em laboratório seguiu esse pensamento.

Mas, quem são os Xetá, a força motriz de tudo a ser discutido neste trabalho?

Os Xetá são indígenas falantes de uma língua da família Guarani (GUÉRIOS, 1959; RODRIGUES, 1978), e se constituíam como um povo de alta mobilidade residencial e de subsistência calcada na caça e na coleta (FERNANDES, 1959, LAMING-EMPERAIRE, 1964; LAMING-EMPERAIRE et al., 1978) que habitavam o noroeste do estado do Paraná, e que são conhecidos na bacia do rio Ivaí desde o século XIX (MOTA, 2013).

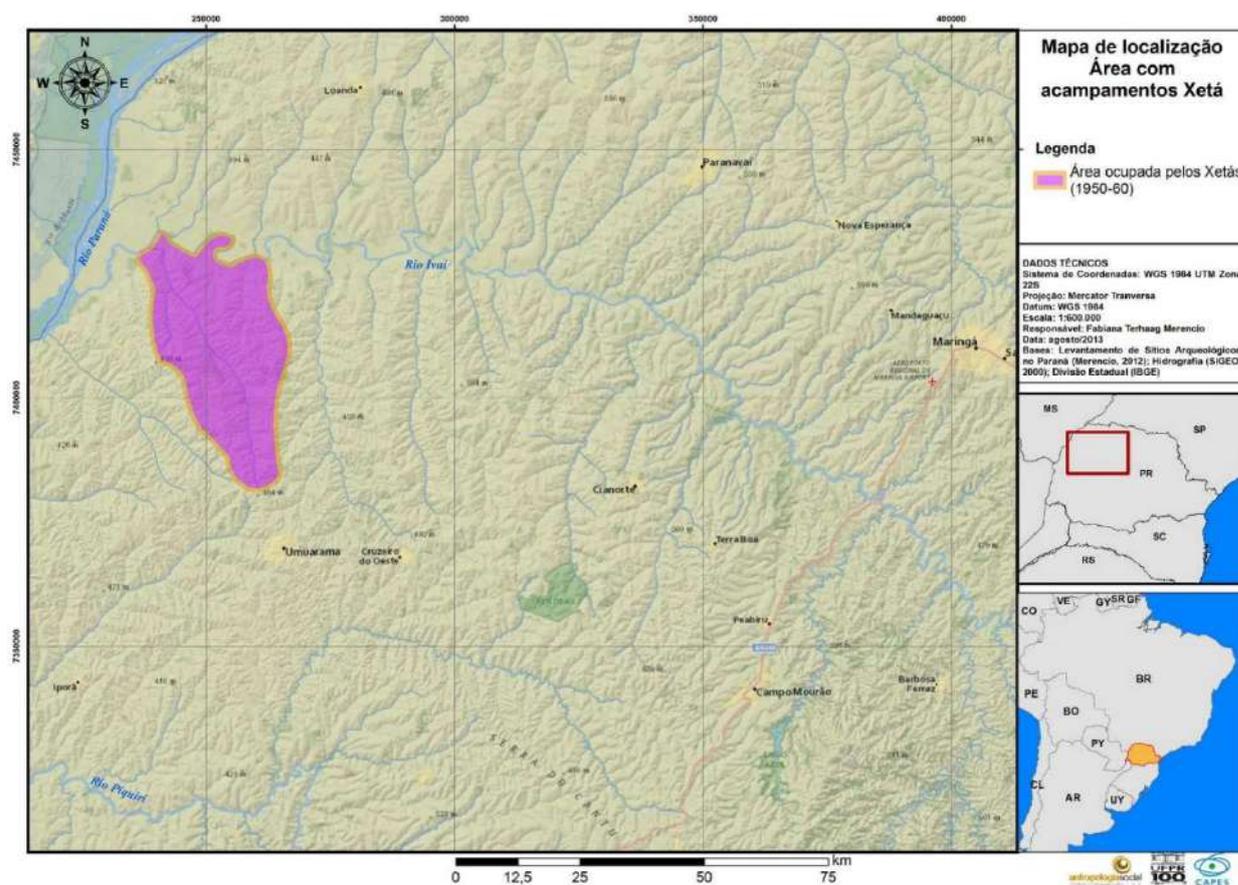


Figura 1 – Mapa de delimitação do território xetá baseada nas pesquisas de Silva (1998, 2003). Fonte: MERENCIO, 2014, p. 16.

São marcados por serem a última etnia do Estado a serem contatados e identificados pela sociedade brasileira como remanescentes de uma “idade da pedra” (LEITE, 2019). Desde o início do século XX, seus territórios foram invadidos por frentes colonizadoras, financiadas pelo governo, até que, no final dos anos 1950, foram reduzidos a poucos indivíduos. Tikuen, um dos sobreviventes deste extermínio, descreve como se deu este processo:

Eu me lembro bem de toda a nossa história e do nosso lugar. Nós éramos muitos, nossa terra era grande. Éramos muitas crianças; muitas crianças mesmo; muitas mulheres, homens e velhos. A gente não pensava que ia aparecer branco aqui. Os antigos falavam que um dia eles iam surgir. Eles até contavam história deles pra nós, diziam que os brancos eram índios também, eram dois irmãos que viraram branco (...). Nós não pensávamos que eles iam aparecer tão rápido e acabar com tudo. Eles foram aparecendo, roubando as crianças, trazendo doença, matando de muitas maneiras. Foram derrubando árvore pra tirar madeira, para plantar café e criar gado. Foram apurando a gente que foi fugindo dia e noite. A gente não pensava que a gente fugindo, eles tomavam tudo. Eles vinham pelo rio Ivaí, vinha de lá de cá norte, oeste, sudoeste. Bem no fim, não tinha mais como fugir. O córrego 215, o Indoivaí e tudo isto que tem aqui, foi tomado da gente, ficamos na luta, ficamos sem nada e a terra ficou assim, limpa, sem nada. Só ficaram esses capão de mata aqui e acolá (DA SILVA, 2003, p. 1).

Após toda essa barbárie e resistência por parte dos Xetá, grande parte feneceu frente à expansão capitalista liderada pelos “*Kikãtxu*”, os homens brancos (SILVA, 1998, p. 194). Do grupo familiar que entrou em contato com Loureiro da Silva na Fazenda Santa Rosa nos anos 1950, apenas quinze pessoas sobreviveram. São eles (PASSOS, 2021, p. 60):

Os adultos	E as crianças
Adjatukã - falecido em 1964	Kaiuá - falecido em 1976
Eirakã (Aricã ou Arigã) - falecido em 1967	Tuca
Kuein	Ana Maria Tiguá (filha de Eirakã),
Natjé (irmã de Tuca e esposa de Adjatukã) - falecido em 1966	Maria Rosa ã (irmã de Kaiuá),
Iati (irmã de Tuca e esposa de Eirakã) - falecido em 1967	Maria Rosa Tiguá Brasil (filha Iratxamëway),
Haikumbai (Mã) (irmão de Adjatukã) - falecido em 1972	Tikuein Gaméi, conhecido como Geraldo Brasil (filho de Mã) - falecido em 1973
Nhengo - falecido em 1973	Tikuein (filho de Mã) - falecido em 2005
	Tiquein (filho de Eirakã e Iati)

Já em 1976, o grupo foi reduzido a apenas oito pessoas: sete crianças e Kuein, que na época tinha com cerca de 18 anos. São eles: Tikuein (filho de Mã) que faleceu em 2005; pai de Claudemir e Dival (atuais lideranças Xetá), Tucanambá, que faleceu em 2007, Ana Maria Tiguá, ã, Maria Rosa Tiguá e os irmãos Tiquein, falecido em 2017, e Rondon Xetá (DA SILVA, 1998a; PASSOS, 2021)

Em 1998 foi promovido um encontro dos sobreviventes do extermínio (DA SILVA, 1998b), que contou com a presença de Rondon Xetá, Tucanambá, Tikuein (Mã), ã, Ana Maria Tiguá, Maria Rosa Tiguá e Kuei (Figura 01). Atualmente, Dival afirma que existem entre 250-260 xetás dispersos em várias localidades.

Todos nós queremos ser reconhecidos como membros do povo Xetá. Independentemente de sermos sobreviventes ou descendentes, todos nos reconhecemos como Xetá (Documento final de encontro do povo Xetá. Guarapuava, Paraná, 8 de outubro de 2007).



Figura 2 – Foto do encontro entre os sobreviventes. Da esquerda para a direita: Rondon Xetá, Tucanambá, Tikuein (Mã), Ã, Ana Maria Tiguá, Maria Rosa Tiguá e Kuein. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Márcia Rosato.

Atualmente, os Xetá lutam por manter sua cultura viva e lutam pela sua terra. No ano de 2014, a TI *Herarekã Xetá* foi identificada com 2.686 hectares e aproximadamente 22 km de perímetro e está localizada no município de Ivaté, região noroeste do estado do Paraná-Brasil. Está situada na região onde as últimas famílias Xetá foram contactadas, o Córrego 215 e Córrego Tiradentes, conhecida como floresta da Serra dos Dourados (FUNAI, 2013).

O processo de Identificação encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) em Porto Alegre e esbarra na ação do Marco Temporal fixado pelo Supremo Tribunal Federal em 2010. O chamado Marco Temporal é uma ação no STF que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988, ou seja, o direito a terra só estaria “garantido” naqueles territórios indígenas ocupados ou em disputa na data de promulgação da Constituição Federal, dia 05 de outubro de 1988. Um absurdo sem precedentes.

O TRF4 conclui em 2018¹ que o processo de desocupação do território teria ocorrido de forma pacífica, em período anterior a data fixada como Marco Temporal. Declarando nulidade de todos os atos relativos à reivindicação e, conseqüentemente, negando o direito de vivência dessa população, desonrando a própria Constituição Federal (1988, artigo 231) que diz que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" e não delimita nenhuma data.

A Fazenda São Francisco abrange toda a demarcação da TI. O imóvel, com superfície de 3.836ha, está sob responsabilidade da Santa Maria Agropecuária Industrial S/A desde quando foi originalmente demarcada como Gleba 9 da Colônia Serra dos Dourados (FUNAI, 2013). O tribunal saiu em defesa do agronegócio e perpetua a violência para com as populações indígenas, demonstrando um imenso descaso pelo genocídio que o próprio Estado promoveu, e desconsiderando uma grande quantidade de documentação que atesta a presença Xetá na região datada ainda do séc. XIX (LIMA, MARINHO, 2018; MARINHO, 2018). Espero que essa tese possa contribuir de alguma forma para construção desta luta.

No primeiro capítulo trago um recorte dessas histórias sobre os Xetá e reflito sobre seus espaços e territórios. O capítulo II apresenta uma reflexão teórica-metodológica sobre tecnologia, objetos e métodos, para no capítulo III apresentarmos as análises dos artefatos sob essa visão tecnologicamente orientada, para finalizar com uma reflexão sobre os temas no último capítulo.

O acervo utilizado como base desta pesquisa foi montado justamente neste contexto de genocídio. Grande parte da coleção foi comprada, saqueada, trocada ou obtida a pedido do antropólogo José Loureiro Fernandes e de sua equipe, em especial o cineasta e fotógrafo Vladimir Kozák e a arqueóloga francesa Annette Lamming-Emperaire, durante expedições científicas à Serra dos Dourados, realizadas entre os anos de 1955 e 1961 (FERNANDES, 1959, 1962; DA SILVA, 2003; SOUZA, 2017; PASSOS, 2021).

¹ Processo Administrativo FUNAI/BSB n.º 08620.003478/1999-10.
Fonte: <https://eproc.trf4.jus.br>. Acesso em 25/11/2021.

O acervo compôs um Museu Didático no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (DEAN-UFPR), até a década de 1990, quando passou a integrar o acervo sob guarda do MAE-UFPR. Devido à natureza das coletas e às ações que as instituições tomaram com o acervo, é muito visível a falta de dados conectados entre as diversas informações documentais e a falta de inserção novos dados ao acervo, gerando uma lacuna na bibliografia institucional (PASSOS, 2021).

O MAE-UFPR, museu universitário fundado em 1963 sob o nome de Museu de Arqueologia e Artes Populares na cidade de Paranaguá-PR, iniciou um processo de reestruturação nos anos de 2010, com a composição de uma equipe especializada para assumir as diversas áreas da instituição: arqueologia, museologia, arquivo histórico, ações educativas e, por fim, a etnologia indígena. Logo, como arqueólogo do MAE-UFPR desde 2011, fiz parte dessa reestruturação e tive contato com as coleções, eventos e visitas, além das discussões internas sobre os bancos de dados, catálogos e demais revisões que a instituição tem passado na última gestão iniciada em 2017.

Assim, como parte dos resultados gerados nesta tese, temos como proposta a revisão das nomenclaturas e descrições das peças amostradas, ferramentas e armas, além de gerar informações novas e criar um banco de dados fotográfico do acervo. Dada a importância deste acervo material para a memória e história Xetá (DA SILVA, 1998, 2003; PASSOS, 2021) espera-se que essas palavras escritas sejam como documentos que atestam o uso tradicional de território em luta pela demarcação que foi negado.

Segundo Passos (2021), os grupos familiares Xetá não fizeram referência aos objetos Xetá sob cuidado do MAE-UFPR na tentativa da criação de uma escola indígena em 2008. O interesse apenas nos acervos coletados por Kozák, atualmente no Museu Paranaense (MuPa), se deu em relação à posição das coisas e seus colecionadores na memória transmitida entre os membros dos grupos familiares Xetá, dado que suas coleções foram incorporadas por meio de ações institucionais, criando um distanciamento entre a população e o acervo, perspectiva que o MAE-UFPR vem mudando com ações nos últimos anos.

Dito isso, a tese vem integrar o acervo Xetá em contextos de vivência da materialidade acervada e registrada etnograficamente no momento de constituição da coleção, alcançando os conhecimentos transmitidos pelos antigos e permitindo que estes itens, musealizados por meio das expedições na Serra dos Dourados, sejam de acesso à comunidade e relacionada com as literaturas e demais saberes da população Xetá, fortalecendo uma demanda da própria comunidade:

Dival, como pesquisador da cultura Xetá, e seu grupo familiar estão em busca dos conhecimentos produzidos pelos não indígenas, em um movimento que os impulsiona a acessar documentos textuais, áudios, fotografias, filmes e objetos, visitar as reservas técnicas dos museus e utilizá-los para fortalecer seus trabalhos (PASSOS, 2021, p. 296).

As nomenclaturas (tesauro) das peças nesta tese não estão de acordo com os termos do catálogo institucional. O MAE-UFPR está passando por um novo processo de catalogação dos seus acervos e a implementação dos softwares de banco de dados. Desta forma, as classificações museológicas, acondicionamento, inventários e demais ações próprias estão em um momento de revisão e atualização. O acervo nos catálogos do MAE-UFPR conta com 104 objetos perecíveis, 145 peças líticas e 1 crânio humano. Calcado no levantamento realizado, constituímos um inventário, onde consta: três perfuradores/escarificadores/entalhadores; dois pincéis em pena; três formões ósseos; seis lamininas polidas e três cabos de Itánepráká (machados); seis arcos e nove flechas; duas bordunas; três paus ígneos; treze peças relacionadas a armadilhas; dois pilões verticais e dois pilões horizontais; dois abanos trançados; um tirambetá (tembetá); vinte e cinco brincos e plumárias de cabelo; sete colares; uma diadema de cauda de macaco; um estojo de espata de palmeira de Jerivá; três peneiras; três recipientes de espata de Jerivá; um recipiente de casca de árvore; quatro tipoias; uma tanga; três travesseiros/pau de chuva; uma bolsa trançada; quatro crânios de mamíferos amarrados; quatro perfuradores em osso; quatro conjuntos de agulhas amarradas; vinte partes de flautas e flautas e 145 líticos lascados e brutos.

Além destas, o acervo Xetá ainda conta com uma grande quantidade de amostras, muitas delas sem contextualização de origem ou significado, tais como: insetos e caramujos; unhas, patas (quati, tatu, lontra) e fragmentos de pele de animais; sementes, cascas e cocos de frutas (jatobá, macaúba); amostras de ervas; solução

de jenipapo; embira de caraguatá; resinas de cera de abelha e jatobá; folhas trançadas e espata de palmeira; madeiras; cordões, cordas e fios de fibras vegetais. Entre as peças catalogadas ainda existe um crânio humano, apenas com uma etiqueta e uma marcação indicando: “Xetá”. O material lítico Xetá é composto de 145 peças, entre percutores, polidores, lascas, artefatos, núcleos, resíduos e demais produtos do lascamento.

Esse acervo lítico já foi estudado em duas oportunidades, a primeira no momento de sua coleta, feito pela pesquisadora Annette Laming-Emperaire e publicado em 1978, e com a pesquisadora Fabiana Merencio, em 2014. Os trabalhos seguiram perspectivas distintas: o primeiro, em um contexto etnográfico, buscou a relação dos tipos líticos, e o segundo visou uma análise tecnológica voltada a uma comparação com as perspectivas adotadas em vestígios arqueológicos. Desta forma, ambos os trabalhos acabam por não colocar as peças líticas em contato com a materialidade percível, e nem enfatiza as relações e fluxos que a materialidade da vivência Xetá permite.

No terceiro capítulo, é apresentado uma análise tecnológica dos fluxos e vivências relacionada a estes objetos. Como recorte amostral, foram observadas e descritas todas as peças relacionadas às armas e às ferramentas. Dado a natureza das coletas e sua preocupação no saber-fazer (PASSOS, 2021), as ferramentas e as armas constituem-se como as peças que possuem o maior número de interações descritas e documentadas, bem como sua gênese se aproxima de vestígios arqueológicos. Portanto, minha escolha amostral permitiu refletir sobre as relações entre os artefatos e suas vivências. Mesmo com o recorte, todas as peças foram observadas em relação aos parâmetros delineados.

Para essa análise, utilizei 301 registros fotográficos digitalizados, dos aproximadamente 654 pertencentes ao Arquivo Histórico do MAE-UFPR, e 830 registros fotográficos digitalizados do acervo do Museu Paranaense. Grande parte destas fotografias foram feitas por Vladimir Kozák, durante as expedições científicas lideradas por Loureiro Fernandes. Também foi utilizado como fonte documental para a análise da coleção aqui apresentada o documentário feito pela UFPR em 1959, em

parceria com o Museu do Homem de Paris, intitulado *Os Xetá da serra dos dourados*,² com direção de José Loureiro Fernandes e fotografia de Vladimir Kozák. Também foram utilizados como referência de análise os relatos e narrativas dos sobreviventes do extermínio (Da Silva, 1998) descritos na tese de Carmem Lúcia da Silva em 2003, bem como as entrevistas realizadas e gravadas no MAE-UFPR com Dival e Claudemir (atuais líderes Xetá) em visitas à reserva técnica do MAE/UFPR nos anos de 2017 e 2018.

Registro também que, em março de 2019, com o intuito de iniciar um diálogo com a comunidade Xetá, realizei juntamente com colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR uma visita a comunidade Xetá que reside na TI de São Jerônimo da Serra. Em uma reunião, que ocorreu no barracão da TI e contou com a participação do grupo familiar extenso, crianças, jovens, mulheres e homens, apresentamos nossas intenções de pesquisas e fomos bem recebidos por todos. Nesta viagem estavam presentes Lilianny Passos, Giancarlo Leite e Luana Souza e seu filho. Além destes, ainda pesquisavam os Xetá à época, Ana Clara Zilli, Rafael Pacheco e Edilene Lima. Ainda em maio 2019, acompanhei uma visita com vários representantes da comunidade Xetá, vindos da TI de São Jerônimo da Serra, de Umuarama e da aldeia Kakané Porã, em Curitiba, na reserva técnica do MAE-UFPR e no Museu Paranaense, com uma troca de conhecimentos e emoções muito forte. Essa visita foi promovida graças aos esforços da pesquisadora Lilianny Passos para a sua pesquisa de doutoramento, defendida em 2021.

² O filme disponível em seu formato 16mm no MAE-UFPR também pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=y1Gdsanp8WM&t=248s>

etá, histórias e seus contextos

Os Xetá são indígenas falantes de uma língua da família Guarani, que habitavam o Noroeste e centro do Estado do Paraná, e que foram contactados na região da Serra dos Dourados, próximo às atuais cidades de Douradina e Ivaté, situadas nos vales dos rios Ivaí e Indoivaí.

A bacia hidrográfica por onde flui o Rio Ivaí ocupa uma área de 35.845 km² entre as latitudes 23°10'14" e 25°36'11 "S e longitudes 53°43'27" e 50 °0"43'W. Nascido da confluência dos rios dos Patos e São João, o Rio Ivaí (ou Rio Grande, como chamam os Xetá) inicia-se aproximadamente 45 quilômetros ao norte de Tereza Cristina. Com 685 km² até sua confluência com o Rio Paraná, sua área total é correspondente a 26% do território paranaense, sendo a segunda maior bacia do estado, totalizando 35.845km². No seu curso de SE para NW, o rio Ivaí drena uma série de unidades de paisagens vinculadas aos terrenos da Bacia Sedimentar do Paraná. O mergulho para oeste, das camadas da bacia sedimentar, permitiu o desenvolvimento de relevos de "*cuestas*", formado por rochas ígneas e metamórficas do pré-cambriano (SANTOS & FORTES, 2008).

Os índios contactados na Serra dos Dourados já foram chamados por vários nomes: Botocudo, Aré, Yvaporé, Xetá e Héta. Em 1907, Alberto Vojtěch Frič, um etnógrafo e botânico tcheco localizou entre os Kaingang três cativos denominados de Kurutó, enquanto estes se autodenominavam Šetá (FRIČ, 1943; FERNANDES 1962). Segundo Silva (2003), os Xetás discordam da denominação Xetá para etnia, sendo o termo *Ñadereta* ("nós gente e/ou nossa gente") o modo de se auto referirem. No entanto, essa também não é uma autodesignação.

Os Xetá escolheram sua forma de sobrevivência, fugindo e resistindo; não se aproximaram dos aldeamentos religiosos estabelecidos no norte da província e evitaram as relações e contatos com as populações de colonizadores que adentraram seus territórios. Assim, conseguiram manter o seu modo de vida até próximo da década de 1950, quando seus últimos redutos foram transformados em pastagens e cafezais (MOTA, 2013). De acordo com seus sobreviventes, formavam um grupo grande, subdividido em subgrupos que, por sua vez, desmembraram-se em pequenos

núcleos familiares, distribuídos em diferentes pontos da mata ao longo do rio Ivaí e seus tributários. Segundo o vice cacique Claudemir (informação verbal),³ os Xetá possuíam três subgrupos, uns viviam mais próximos ao Rio Ivaí, outros no meio, e outros mais afastados, dentro da mata.

Em conversa com seus líderes em 2019,⁴ Dival e Claudemir, os Xetá estão buscando se reafirmar enquanto uma população viva por meio da educação e lutando para o reconhecimento e demarcação de suas terras tradicionais e em seu antigo território, no noroeste do Paraná. Atualmente, somam um pouco mais de 250 pessoas, a maior parte delas moradoras da Terra Indígena de São Jerônimo da Serra, no Paraná, estando os demais dispersos em sete diferentes localidades, entre Paraná e Santa Catarina.

1.1. Primeiras evidências históricas e contatos relatados para o Século XIX

Em 1842, João da Silva Machado, o Barão de Antonina, recolheu relatos de presença indígena no rio Ivaí a partir de informações de Antônio Pereira Borges, comandante da companhia exploradora que avançou pelo noroeste paranaense atrás de notícias sobre os Campos de Paiqueré.⁵ Os relatos compilados eram endereçados ao Ministério da Guerra e o Barão de Antonina redigiu, a partir destes, um relatório para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lido na 99ª Sessão, em fevereiro de 1843, e depois publicado na Revista do IHGB, no mês de abril de 1843. A expedição saiu da freguesia do Amparo (Alto Amparo) no dia 15/5/1842 em direção ao rio Ivaí até sua foz (MOTA, 2013). Em alguns trechos de navegação pelo rio Ivaí são relatadas pequenas áreas de mineração nas margens, com cascalho revirado, o que indicava a presença de não-indígenas na região em busca de ouros e pedras preciosas. Em determinado momento da viagem, a expedição encontrou-se com outra, liderada por

3 Comunicação pessoal em 2019.

4 Apesar de não fazer uma etnografia, fiz a viagem a campo e participei de algumas das visitas das lideranças e grupos familiares no museu.

5 Um termo associado a promessa de terras férteis no oeste do Paraná.

Francisco F. da Rocha Loures, conhecido por Rochinha, que possuía o mesmo objetivo, ou seja, trazer notícias sobre os Campos de Paiqueré.

Após essa confluência de exploradores, são relatados em Mota (2013) muitos sinais que indicam a presença indígena nas margens do rio Ivaí. Desde o Porto do Bom Encontro (onde as expedições se encontraram), até o rio Paraná, foram encontrando diversas aldeias com roças de coivara e, junto às aldeias, canoas ancoradas, prontas para o uso. Pelos relatos dos comandantes das Companhias, eles sentiam-se observados todo o tempo, mas sem nenhuma ocorrência de encontro ou contato, apesar de terem ocorrido invasões às residências indígenas em busca de objetos de interesse. Dentre os objetos coletados nestas expedições, ressaltam-se novelos de linha e um botoque, que para Mota (2013) podem ser pertencentes a grupos Xetá, “mas **também podem** ser grupos de Kaiowá que estavam espalhando-se na região a partir da margem esquerda do rio Paraná, pois eles, como os Xetá usavam adornos labiais, e teciam o algodão” (MOTA, 2013, p. 20, grifo do autor).

Em 1845, o Barão de Antonina enviou uma expedição exploradora para os vales dos rios Paraná e Ivaí. A expedição foi comandada por Vergueiro, genro do Barão de Antonina, e contava com trabalhadores experientes. Após 22 dias do início da viagem, encontraram árvores derrubadas para retirada do mel e ranchos abandonados, que seriam os primeiros sinais indígenas. Até que, no dia 28 de outubro, encontraram seis ranchos indígenas, no lugar denominado Porto do Bom Encontro (já relado pela expedição anterior). Segundo um dos membros da expedição, John Henrique Elliot, os ranchos seriam para aproximadamente 250 pessoas (MOTA, 1998), um número bastante expressivo para grupos de subsistência baseada na caça e coleta e nos relatos posteriores sobre os Xetá.

Nas memórias Xetá, como consequência das invasões brancas, aqueles que conseguiram sobreviver deixaram as grandes habitações coletivas, espalharam-se pelo mato e passaram a viver em pequenos grupos familiares (DA SILVA, 2003). Um relato de mudança de padrões de subsistência, do sedentarismo para o nomadismo, já foi relatado por Fausto (2001) entre os Paranakã, onde "os processos socioeconômicos nativos não devem ser tratados como meros subprodutos da ação de forças exógenas, mas como o resultado da interação de dinâmicas internas e forças externas" (p. 32).

Conforme a expedição foi em direção à foz do rio, em 19 de novembro, o grupo encontrou uma *óka awatxu*, na qual Elliot descreve o encontro com um grupo indígena, provavelmente em sua hora de refeição matinal, o que causou um susto coletivo durante alguns instantes. Neste relato aparecem menções ao uso de arcos e flechas, machados de pedra e outros instrumentos líticos, juntamente com objetos de ferro adaptados (MOTA, 1998).

A *óka awatxu* era a “aldeia grande”, um espaço ocupado pelas famílias extensas patrilineares e seus afins. Estava relacionado aos lugares de sociabilidade, dos rituais de beberagem e de iniciação masculina. Era o tempo dos encontros, das trocas, de fazer novas relações e reforçar os laços de solidariedade. É uma característica do tempo do mato, uma referência ao passado Xetá (DA SILVA, 2003) e está relacionado a sazonalidade dos ciclos de mudança residencial do grupo.

Segundo Mota (1998), as características descritas no relato de Elliot fazem concluir que se tratava de um grupo Xetá:

[...] ... o labio inferior furado e dentro do ourificio hum botoque de rezina que a primeira vista parecia alhiambre. Homnes e mulheres traziam cabellos compridos e ambos cobriam as partes que o pudor manda esconder, as mulheres com uma qualidade de tanga de panno grosso tecido da fibra de ortiga brava, e os homens com pedaço do mesmo (ELLIOT, 1845 *apud* MOTA, 1998, p. 180).

Elliot ainda sustenta que as poucas palavras ditas eram semelhantes ao guarani (MOTA, 1998, p. 180).

Em 1855, Rocha Loures descreveu que viu nas margens do rio Ivaí muitas roças para o cultivo de mandioca, batata-doce, feijão, amendoim, algodão e bananas. Caso estas roças estivessem associadas aos Xetá, este fato contraria a tese de que seria um grupo com uma subsistência voltada unicamente para a caça e coleta.

Segundo Mota (2013), no ano de 1856, o francês Jean-Maurice Faivre, conhecido como Dr. Faivre e fundador da colônia Teresa Cristina (uma colônia de moradores que funcionava com base no cooperativismo e no socialismo utópico de Charles Fourier), identificou durante a abertura de uma estrada até Ponta Grossa uma

moradia (toldos) de Botocudos, um grupo indígena diferente dos já conhecidos Kaingang da região, principalmente por causa dos adornos labiais (botoques). A partir deste relato, conclui-se que os Xetá estariam vivendo à margem direita do rio Ivaí nessa época (Figura 3).

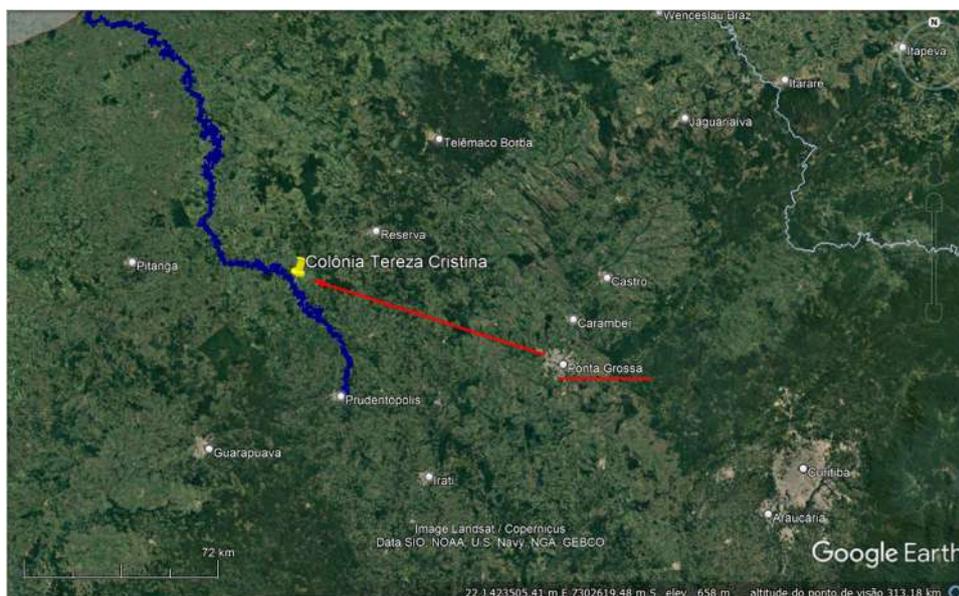


Figura 3 – Mapa com algumas localizações na área de ocupação Xetá baseado nos relatos.
Fonte: Google Maps.

Ainda segundo Mota (1998), em 1870, Joscelyn Borba, assim que assumiu o cargo de diretor da Colônia Teresa Cristina, conduziu seu irmão mais novo a uma exploração pelas redondezas onde noticiaram indicações de acampamentos indígenas.

Em 1873, o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither participava da *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*, expedição contratada pelo governo imperial brasileiro com a intenção de realizarem estudos de viabilização para a construção de uma ferrovia que interligasse as províncias do Paraná e Mato Grosso, quando se deparou com os Xetá (chamados em seus textos por Botocudos) na região ao norte da Colônia Tereza Cristina (BIGG-WITHER, 1878) (Figura 04).

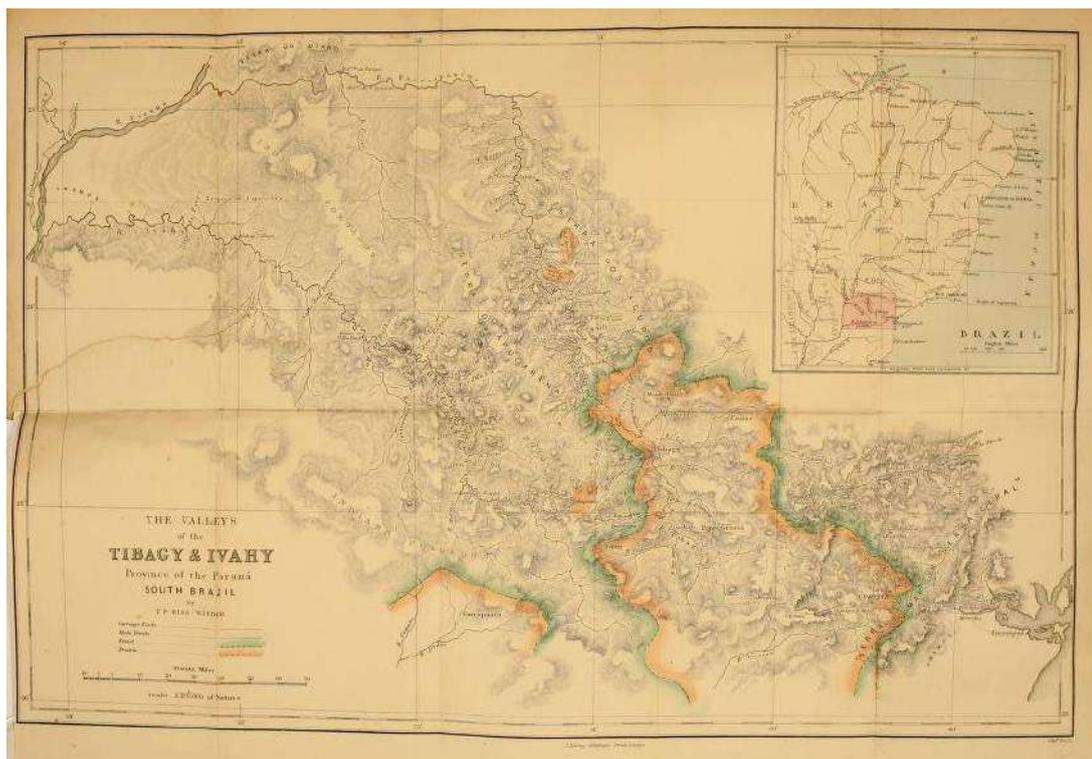


Figura 4 – Mapa da área de ocupação dos botocudos. Fonte: BIGG-WITHER, 1878.

Em meio a expedição, Bigg-Wither (1878) narra que um dos seus camaradas, ao buscar lenha, avistou um “indígena selvagem”. Após o alarme aos demais e uma busca armada em vão nas proximidades, o medo se instaurou entre os membros da expedição, que resultou na fuga de dois em uma canoa durante a noite. Com o objetivo de dar um fim a essa situação de pânico, criou-se um grupo para averiguar esses índios selvagens e fazer contato, e se possível, estabelecer uma relação amistosa com eles. Além de Bigg-Wither, o grupo contava com um Kaiowá chamado Luco, que conhecia os costumes e hábitos dos índios selvagens devido a encontros passados, e mais seis camaradas e escoteiros escolhidos por Luco.

Seguindo por antigas trilhas e picadas indígenas, o primeiro encontro foi uma choça feita de bambu que, segundo o narrador, tratava-se de uma cabana de caça, escondida, própria para atirar flechas nos animais que iriam se alimentar do barreiro próximo. Algum tempo depois, um grupo correndo é notado por Luco e ele segue sozinho até encontrar uma clareira com um rancho e uma fogueira. Ao retornar, Luco diz a Bigg-Wither (1878, p. 107) que:

[...] talvez haja Bugres no rancho, embora eu ache que não vamos encontrar nenhum. A tribo é 'Botocudo'. Eles vão correr se puderem, mas se não, eles vão lutar. O rancho é muito pequeno; não pode conter mais de seis ou sete bugres; podemos capturá-los sem lutar” (BIGG-WITHER, 1878, p. 107, tradução nossa).⁶

Interessante notar que os ranchos pequenos em clareiras condizem com as demais descrições sobre os Xetá conhecidas (Figura 5).



Figura 5 – Tapuy fotografado por Kozák. Fonte: Acervo MAE-UFPR.

Após se aproximarem do rancho e preparar um ataque para capturar os indígenas “embora, é claro, não pretendíamos infligir nenhum dano a eles” (BIGG-WITHER, 1878, p. 108), o grupo chega ao acampamento vazio, recentemente abandonado, com artefatos espalhados e a fumaça ainda escurecia a teto de onde pendiam cabaças (BIGG-WITHER, 1878).

Apenas foram encontrados alguns artefatos, como machado de pedra, cabaças, montes de ossos, fumo para as picadas de insetos e um arco com flechas

⁶ "There may possibly be Bugres in the rancho, though I do not think we shall find any. **The tribe is ' Botocudo.'** They will run if they can, but if" not, they will fight. The rancho is very small; it cannot contain more than six or seven Bugres; we can capture them without fighting” (tradução do autor).

classificadas como “horríveis”. No alto de um pinheiro foi avistado um dos indígenas, que prontamente foi impelido a descer sob ameaça do seu próprio arco.

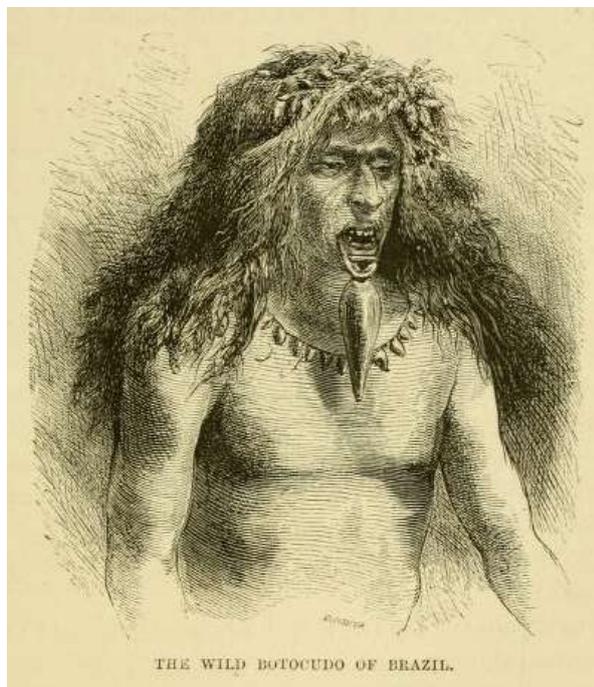


Figura 6 – Selvagem Botocudo do Brasil. Fonte: BIGG-WITHER, 1878, p. 113.

O Xetá capturado usava um enorme tembetá em seu lábio inferior, do tamanho e forma de um cone de abeto, feito de madeira dura e polida, conforme descreve Bigg-Wither (1878). O Xetá usava, em volta ao pescoço, um colar de dentes de bugio e grossos cordões de fibras de urtiga trançadas para adornar os pulsos, cintura e tornozelos, enquanto seus longos cabelos eram adornados com penas e peles de peito de tucano presos com cera.

Bigg-Wither (1878) continua dizendo que o cativo foi coagido a guiar o grupo até seu acampamento, com o objetivo de capturar todo o bando. Durante um pernoite, Luco descreve ao engenheiro inglês que o costume desses Botocudos era viver em famílias pequenas, pela dificuldade que eles tinham em conseguir alimentos para um bando maior. Contudo, era comum as famílias se juntarem para resistir a inimigos, como os Coroados – no caso, os grupos falantes de língua Jê – que Luco, como Kaiowá, devido a combates no passado, conhecia muito bem.

Na manhã do dia seguinte, o grupo invadiu uma aldeia e capturaram onze pessoas: cinco crianças, quatro mulheres e dois homens, além do primeiro prisioneiro (provavelmente um bando com dois grupos familiares).

O conjunto artefactual descrito é interessante, notando-se a presença de adornos como penas para os cabelos e colares de contas; patas de veado e de porco secas e amarradas; chocalho; tacapes; laços de armadilhas; pontas de flechas; flechas e arcos.

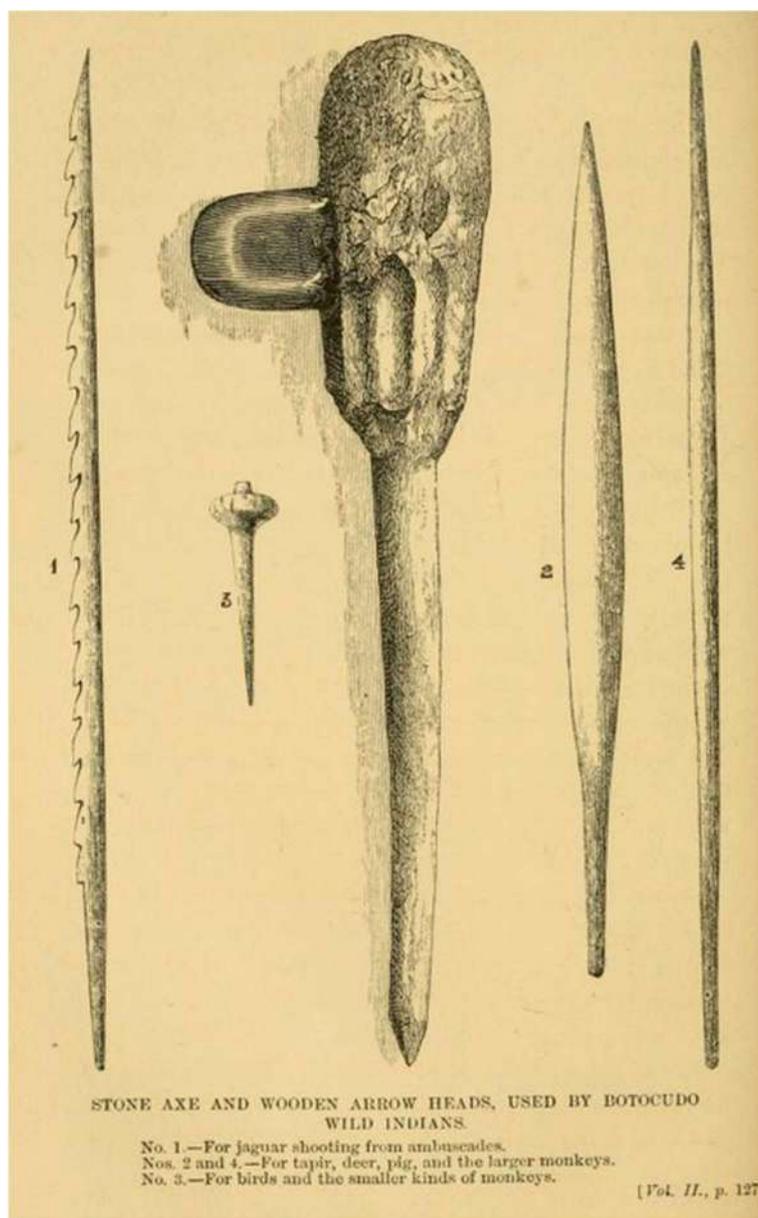


Figura 7 – Representação gráfica dos artefatos desenhado por Bigg-Wither. Fonte: BIGG-WITHER, 1878.

Assim encontrados, o grupo foi levado ao acampamento da expedição e, após duas semanas, já eram 26 indígenas capturados e em processo de civilização, como diz Bigg-Wither (1878). Após um nascimento, com direito a cerimônia, que o autor se recusou a descrever, o total de indivíduos aumentou para 27.

Para facilitar o convívio, duas crianças foram selecionadas para serem intérpretes, uma menina e um menino, uma prática de rapto que se tornou comum em toda a história de contato com os Xetá daqui para a frente. Os demais indígenas foram enviados para a Colônia Tereza Cristina, quando uma enfermidade acometeu todos, e um a um foram morrendo. Das duas crianças intérpretes que ficaram no acampamento, ambos foram acometidos da mesma enfermidade e apenas o menino sobreviveu, sendo logo removido, sem saber da morte de sua irmã e de seus parentes (BIGG-WITHER, 1878).

1.2. As expedições do Século XX ao território Xetá

Segundo José Loureiro Fernandes (1962), professor, antropólogo e médico de formação, então diretor do Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná (atual UFPR), as primeiras notícias sobre a presença Xetá na região da Serra dos Dourados foram trazidas por cultivadores de café que, no final da década de 1940, adquiriram das companhias de colonização glebas de terras na região do rio Ivaí, o que culminou no quase extermínio desses indígenas em poucos anos.

Mota (2017) aponta que, em maio de 1949, durante o primeiro mandato do governador Moyses Lupion, foi firmado um acordo entre os governos do Estado do Paraná e da União, que tratava de assistência e regularização das terras destinadas aos índios. Neste acordo, os decretos que regularizam os territórios indígenas foram revogados, e com isso as populações indígenas arcaram com uma diminuição de $\frac{3}{4}$ de suas terras, totalizando 53.000 hectares, além de definir que nenhum indígena poderia ficar fora das áreas delimitadas a partir de 1949 (MOTA, 2017).

Foi nesse contexto de apropriação dos territórios indígenas pelo governo Estadual do Paraná, desde a década de 1930, que a Serra dos Dourados dos Xetá foi

devastada por agrimensores e topógrafos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC).

Toda a região Noroeste do Paraná foi alvo da política de incentivo à produção cafeeira e o estado concedeu terras a várias companhias de colonização, além da Cobrinco (Companhia Brasileira de Imigração e Colonização), a empresa que adquiriu os títulos da região onde habitavam os Xetá. Nesta época, a região teve participação efetiva da Colonizadora Cafezal, Colonizadora Mariluz, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop) e Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Embora o interesse econômico do estado estivesse focado nas transações imobiliárias e seus tributos, o cultivo de café foi o grande atrativo de imigrantes para a região. Assim, as companhias procuravam alinhar seus interesses ao cultivo do café e formaram pequenas propriedades rurais, possibilitando aos imigrantes adquirir um pequeno lote (FABRINI, 2015). Foi uma época marcada por um colonialismo tardio (comparado a colonização europeia iniciada no século XVI), justificado pelo discurso de que se tratava de territórios demograficamente vazios (MOTA, 1994, 2017), mas a realidade era a criação de propriedade privada e a consequente manutenção do sistema capitalista.

A região da Serra dos Dourados fazia parte do Núcleo Colonial da Serra dos Dourados, com uma área de 114.000,00 hectares. Essa área foi dividida em 17 glebas, e negociada pelo governador Moyses Lupion com o Sr. Suemitsu Miyamura. Após a troca de governo, com a entrada de Bento Munhoz da Rocha, em 1951, a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco) assumiu o controle dos negócios imobiliários e a responsabilidade pelo retalhamento dos territórios dos Xetá na Serra dos Dourados (MOTA, 2017).

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) através da 7ª Inspeção, com sede em Curitiba, recebeu o relato do administrador da Fazenda Santa Rosa sobre a existência de indígenas perambulando pela mata. O SPI enviou sua primeira expedição para a Serra dos Dourados em agosto de 1950. Para lá seguiu o agente de sertão Wismar Costa Lima Filho, que vistoriou a região percorrendo 46 quilômetros de picadas nas cabeceiras do Rio do Veado onde confirmou a presença dos índios pela presença de armadilhas e cachos de Jerivá cortados com instrumentos diferentes de foices e machados (MOTA, 2017).

A segunda expedição foi comandada por Deocleciano de Souza Neném, em janeiro de 1951. Nesse relatório ele disse que era verídica a informação da existência de “índios arredios” na região. Os Xetá não quiseram contato com a expedição do agente Deocleciano, pois estes estavam acompanhados por Kaingang e homens da Companhia Myamura (MOTA, 2017; HELM, 1994).

Já em 3 de junho de 1952, foi relatado que um menino indígena, Tikuein-Ueió, foi capturado pelos agrimensores da Companhia de Colonização, na companhia de um adulto chamado de Pixipa, na margem esquerda do córrego 215, um dos tributários do rio Ivaí (HELM, 1994). Deocleciano sabia, por informação de um Guarani, que os índios da Serra dos Dourados usavam um adorno labial, similar ao utilizado pelos Xokleng. Por este motivo resolveu levar na expedição o Xokleng Vaipan, do Posto Indígena Rio dos Pardos, em Santa Catarina (Figura 7) (MOTA, 2017).



Figura 8 – Da esquerda para a direita: Deocleciano (meio corpo), o Xokleng Vaipan, os irmãos japoneses Tadao e Massayochi Ito fiscais da Cia Miyamura; Pixapa e o pequeno Kaiuá, o cozinheiro do acampamento, o sr. Jose Alves e outros trabalhadores da Companhia. (MOTA, 2017). Fonte: Hidemitsu Miyamura. Filme antigo (2): A Colonização da Serra dos Dourados. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2013/6/5/filme-antigo-2/>. Acesso em 29/07/2019.

O menino acompanhou Deocleciano em suas inspeções até as aldeias que estavam nas proximidades do acampamento da Companhia Myamura e do córrego 215, mas sem sucesso. Foram duas aldeias vazias, a primeira com:

[...] três choças armadas com varas de regular grossura, em forma de círculo, cumieira redonda com copa de chapéu, duas descobertas, e uma ainda com algumas folhas de palmeiras, [...] de um lado um monte de castanhas de coquinhos de palmeiras; mais adiante outro monte de ossadas de animais e junto uma choça que estava um tronco de palmito com uma cavidade queimada, tronco esse que é instrumento de fazer fogo (SPI. Filme 070, fotograma 0469 *apud* MOTA 2017, p. 19).

Na segunda aldeia havia quatro chochas (*tapuy*), três cobertos e um sem coberturas:

[...] perto de uma delas estava um pilão feito de tronco de palmeira; de outro lado um montão de castanhas de coquinho de palmeira, que calculamos ter mais de 200 litros; de outro lado estava uma ossada de animal, assim como muitas penas de diversas aves; no mato próximo estava uma árvore caída de uns 40 a 50 centímetros de grossura, e uns 7 a 8 metros de comprimento, que servia de privada, sendo utilizada de um só lado (SPI. Filme 070, fotograma 0472 *apud* MOTA 2017, p. 20).

Encontrar as aldeias abandonadas, assim como foi com as equipes posteriores que descrevo a seguir, é um sinal claro, que os Xetá, como estratégia de guerra e sobrevivência, se recusaram a ter relações de qualquer tipo com os invasores, ocidentais ou nativos. Inclusive, nesses primeiros anos da década de 1950, os Xetá apareciam com arcos e flechas para intimidar os trabalhadores das frentes de serviço, impedindo, por muitas vezes, a continuação dos trabalhos (MOTA, 2017).

Em 1953, outro menino foi capturado pelos medidores de terra da mesma companhia, Anambu Guaka, nomeado pelos brancos como Tucanamba José Paraná, conhecido como Tuca (DA SILVA, 1998). Em 06 de dezembro de 1954, seis homens Xetá saíram em paz da floresta em direção à Fazenda Santa Rosa, e como medida de proteção deixaram alguns dos seus companheiros cuidando das mulheres e das crianças. Neste local foi tentado um primeiro contato com o administrador da propriedade, Antônio Lustosa de Freitas, que se estabeleceu no local em 1952 (DA SILVA, 1998).

Mota afirma que, ao contrário do que se pensa, os Xetá não foram passivos durante a invasão dos seus territórios, e a procura de contato na Fazenda Santa Rosa foi uma última esperança, “quando muitos já haviam sido mortos pelas doenças trazidas pelos colonizadores ou a tiros por jagunços” (MOTA, 2017, p.15). De acordo com os relatos de Tuca e Kuein (outro Xetá sobrevivente) para a etnógrafa Lúcia da Silva, nos anos 1990, os Xetá adotaram a estratégia de invisibilidade durante todo este período, quando viam os *txikãndji* (brancos) no céu com seus aviões, nas águas do rio Ivaí e nas picadas e clareiras que abriam nas matas, mas os colonizadores não os viam escondidos nas matas (DA SILVA, 1998, p. 157-159, p. 163).

Em outubro de 1955, a Universidade do Paraná, com o apoio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI, atualmente FUNAI), montou uma equipe coordenada por Loureiro Fernandes, catedrático de antropologia, que foi acompanhado do cineasta tcheco Vladimir Kozák, do Sr. Antônio Lustosa de Freitas e duas crianças capturadas entre 1952 e 1953, Tuka e Kaiuá, para registrar os modos de vida deste grupo de indígena recém-contatados.



Figura 9 – Foto do primeiro grupo encontrado. Fonte: Acervo MAE-UFPR.

Tendo como base a Fazenda Santa Rosa, esta expedição localizou aldeias abandonadas recentemente, e vários objetos que foram coletados (ou furtados) hoje se encontram nos acervos do Museu Paranaense (MUPA) e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), que fazem parte da

presente pesquisa. Contudo, essa expedição não encontra nenhuma pessoa, nem mesmo os seis que visitaram a fazenda (DA SILVA, 1998).

O contato de fato, só ocorreu em uma segunda expedição do SPI em novembro de 1956, quando Tuca e Kaiuá acompanharam como intérpretes. Foram localizadas algumas pessoas do grupo e uma aldeia, onde encontraram os Xetá Mã (Haikumbay) e Ajatukã. Novamente, mais uma criança foi levada pelo SPI, na pessoa de Dival José de Souza. A criança, de nome Moko (Tamanduá) ou ã (como é conhecida hoje), foi nomeada Maria Rosa Padilha ou Maria Rosa ã Xetá, é irmã de Kaiuá e prima paterna de Tuca (DA SILVA, 1998). Até a escrita deste trabalho, ã ainda é viva, reside na TI de São Jerônimo e evita o contato com não indígenas.



Figura 10 – Foto do momento em que ã é levada por Dival José da Silva. Fonte: Acervo MAE-UFPR, foto de V. Kozák (1956).

Mais três expedições ocorreram entre 1956 e 1958, produzindo grande parte das coleções materiais e audiovisual alocados atualmente no MAE-UFPR. A primeira foi comandada pela Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná (UFPR), e coordenada também por José Loureiro Fernandes, guiados por Ajatukã,

Mã (Haikumbay), Tuca, o administrador da Fazenda e o mateiro Pedro Nunes, que localizam mais dois subgrupos Xetá no interior da floresta. Um desses grupos era o núcleo familiar de Nhengo (um dos sobreviventes), que foi massacrado no interior da mata por brancos armados. Nhengo, foi localizado sozinho e levado por repórteres da Revista Manchete para junto daqueles que viviam nas imediações da Fazenda Santa Rosa.



Figura 11 – Foto 13 (1 cópia) – Xeta Grupo 1c – informações apontam essa foto como o registro do encontro com esse primeiro grupo.

Ainda em 1956 ocorreu uma segunda expedição da Universidade, com objetivo de coletar novos dados etnográficos. A equipe estava convicta nesse caso, que os Xetá, habitavam o Córrego 215, tributário da margem esquerda do rio Ivaí. Neste mesmo ano, Tigua, filha de Iratxameway, outra sobrevivente, com aproximadamente oito anos foi tirada de seus pais e levada para ser criada pelo administrador da Fazenda, sendo nomeada posteriormente Maria Rosa Tigua Brasil. Em 1957, Tikuein Gamei, nomeado posteriormente Geraldo Brasil, filho de Mã (Haikumbay), também foi levado ainda criança para ser criado pelo administrador da Fazenda (DA SILVA, 1998).

Em setembro de 1960 outra expedição foi realizada, com o objeto era encontrar o último grupo de duas famílias que tinha se recusado unir-se aos colonos da região, bem como recolher informações sobre linguística e vida material. Segundo LAMING-

EMPERAIRE *et al.*, (1978), o grupo Xetá era composto por 7 pessoas: o chefe Ayatukã e sua mulher, Arigã e sua mulher, dois meninos e uma menina, com idades que poderiam variar entre cinco a nove anos de idade.

Nesta expedição participaram Aryon Rodrigues, Vladimír Kozák, o motorista Afonso Pereira, Tuca e Annette Laming-Emperaire, arqueóloga e relatora da expedição, participou com a proposta de observar em primeira mão, os lascadores em ação. Essa aldeia estava localizada a mais ou menos seis quilômetros de distância da Fazenda Santa Rosa. É nessa expedição que Annette Laming-Emperaire, recolhe e estuda artefatos líticos e seus modos de produção, pesquisa publicada em 1978 “O Trabalho da Pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados, Estado do Paraná” juntamente com Maria José Menezes e Margarida Davina Andreatta, suas alunas.

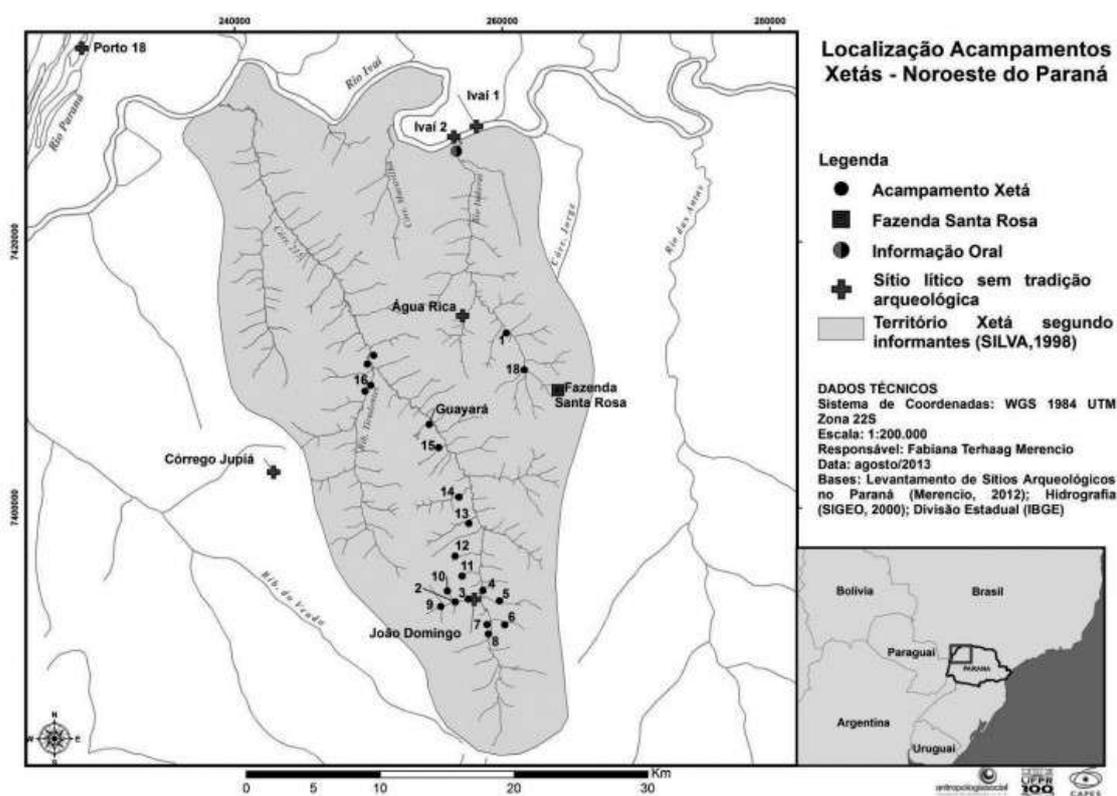


Figura 12 – Mapa apresentando localização dos acampamentos Xetás e sítios arqueológicos na região (MERENCIO, 2015, p. 72).

Os Xetá, na época, foram classificados como seminômades, um grupo étnico da floresta tropical com economia baseada na caça e coleta, que apresentava algumas influências da cultura Guarani. Segundo Laming-Emperaire, seriam entre 200-300 indivíduos (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978). Rodrigues (1978) indicava que o Xetá seria uma língua da família Tupi-guarani, filiada ao grupo dialetal Guarani,

o que não sustenta a hipótese de tratar-se de uma língua mista ou fortemente influenciada por idioma estranho, não tupi-guarani.

O estudo do material lítico sempre foi um grande chamariz “etnográfico” para os Xetá, pois uma população que era nômade e ainda usava artefatos feitos em pedra era vista como primitiva, um exemplo de como as populações viviam antes da colonização (na pré-história), como foi expressado por Loureiro Fernandes (1962), fato do qual Tikuein (Xetá) discorda, pois ele compreende que o modo de viver de seu povo era um sinal de sabedoria e domínio da situação em que o grupo se encontrava (DA SILVA, 2005).

Kozák, em uma caderneta de campo, indica que saíram pela última vez em janeiro de 1961, e essa seria a décima primeira ou décima segunda viagem para a Serra dos Dourados. Na sua caderneta ele não indica quem participou da expedição, mas indica que essa época era muito ruim devido às chuvas, o forte calor e uma grande quantidade de insetos (KOZÁK, 1960, p. 36). Segundo da Silva (1998), essa foi a última vez que visitaram o local do acampamento de Ajatukã, o qual era habitado por suas duas esposas e dois filhos, como também pela família de Eirakã esposa e filha Tiguá (Ana Maria) (DA SILVA, 1998, p. 8).

Em poucos anos após o contato, os Xetá foram reduzidos a poucos sobreviventes, entre crianças e jovens, que foram arrancados de seus territórios e familiares, e criados por famílias brancas em diversos pontos do Estado, afastando-lhes dos seus contextos e referências, enquanto alguns fugiram para o Mato Grosso – hoje Mato Grosso do Sul (DA SILVA, 1998, 2003; MOTA, 1998; LIMA e ZILLI, 2020).

As oito pessoas Xetá: ã, Tikuein (Mã), Tikuein, Maria Rosa Tiguá, Ana Maria Tiguá, Kuein, Tucanambá e Rondon, ao longo do tempo, foram sediados entre outras comunidades indígenas, como os Kaingang e Guarani, onde permaneceram separados por cerca de 40 anos (DA SILVA, 1998). Souza (2017) salienta que os funcionários do SPI tiveram um papel central no agenciamento e distribuição das pessoas Xetá, levando-os para os mais diversos espaços, desencadeando a dispersão e fragmentação do grupo.

Como salientam Lima e Zilli (2020), os Xetá foram dados como extintos de forma veloz, não só pelo Estado, como também pela literatura antropológica já nas

décadas subsequentes ao contato. Tratados como testemunhos de uma extinção, esse discurso reforça a ideia de que pessoas longe de seus contextos culturais originais não reproduzem sua cultura e perdem o direito de fazer parte de sua etnia (LIMA e ZILLI, 2020).

Segundo as autoras, o próprio Loureiro Fernandes estava atento para a extinção do grupo, que devido à sua forma primitiva de viver, estariam fadados a morrer no futuro (FERNANDES, 1962). Em uma carta para Antônio Lustosa de Oliveira, em 5 de dezembro de 1958, ao tratar da próxima expedição que estavam planejando para 1959, Loureiro Fernandes traz a seguinte preocupação:

Necessito completar o meu trabalho e devo colher algum material mais. Aliás, espero seu valioso auxílio, nesse sentido. Temos que conseguir mais peças para as coleções: machado de pedra e cabo, arcos, flechas, colares de contas pretas e dentes de coati, cestos, adornos de lábio, tangas masculinas, estojos de palmeira com todo o material que guardam internamente, lâminas de pedras, porungos enfim tudo que constitui elemento característico da cultura desses índios. Tenho muito interesse na peça de madeira com que perfuram o lábio, quero também outro daqueles cacetes com que brigam. Você é pessoa inteligente e pode ir juntando uma coleção para mim deste material, a mais completa possível (LOUREIRO, 1958).

Ele finaliza dizendo: “Estou vendo que esses índios vão desaparecer antes de nós termos tempo de reunir esse material indispensável para meus estudos” (LOUREIRO, 1958)⁷, o que me parece que, para Loureiro, a luta Xetá era uma causa perdida frente a expansão do capitalismo.

De qualquer forma, foram nesses contextos de expedições, genocídio e lutas que o acervo a ser estudado nesse trabalho foi constituído. Nesta carta, é observável que Antônio Lustosa de Freitas também foi um dos grandes responsáveis na produção da coleção dos objetos Xetá, além de Loureiro Fernandes, Annette Laming-Emperaire e Vladimir Kozák (SOUZA, 2017).

Este acervo, formado por registros escritos, imagéticos, sonoros e materiais, de certa forma, são parte de um projeto pautado no resguardar, salvar e registrar o que estava fadado a desaparecer. A formação desse acervo, porém, gerou uma série

⁷ LOUREIRO FERNANDES, José. Carta para Antônio Lustosa de Freitas. Curitiba, 5 dez. 1958. MAE UFPR. Documento registrado sob o código MAE III.001.148.003

de trocas entre os indígenas e os pesquisadores. Algumas dessas trocas eram furtos, recolhiam-se os artefatos nos acampamentos recém-abandonados e deixavam objetos de branco no lugar. Por outro lado, em outros momentos houve uma interação pessoal, conseqüentemente o acervo é um produto das relações estabelecidas entre os envolvidos, pesquisadores, colonizadores e os Xetá.

Cabe ressaltar que, por meio dessas relações, o acervo Xetá não é apenas composto pelos objetos coletados, mas também por imagens fotográficas, vídeos e gravações sonoras. Envolto também pelos contextos que se geraram a partir das relações pessoais, pois em alguns casos, objetos, alimentos ou rituais foram feitos para serem filmados e fotografados (SOUZA, 2017).

Como vimos na carta de Loureiro Fernandes para Antônio Lustosa, há menções de encomendas de objetos (na base da troca). São relatados pedidos de machados, arcos, flechas, brincos, ornamento labial, tipoias, cestas, tanga, de osso e de resina, que em troca, os Xetá recebiam os objetos de brancos, como roupas, facas, miçangas, machados e açúcar.

Embora pareça-nos paradoxal, as várias expedições de pesquisa junto ao grupo que estabeleceu contato com a Fazenda Santa Rosa não resultaram na produção de conhecimentos da ordem social Xetá e tampouco de seu universo cosmológico, parentesco, etc. O que se produziu à época do contato do grupo com o mundo dos brancos foram alguns estudos no âmbito da cultura material e lingüística, que não supre assim o hiato de informações a respeito desta sociedade (DA SILVA, 1998, p. 15).

Nos diários de campo de Kozak é observado que era bem comum ele levar algumas “matérias-primas”, como cera, para que os Xetá fizessem as esculturas. Laming-Emperaire (1978) indica que Kozak também levava cera para reprodução de tembetás. Não consegui observar na literatura se era uma prática apenas de Kozak ou se os outros membros das expedições também praticavam esse ato.



Figura 13 – Foto das esculturas de cera produzidas pelos Xetá. Fonte: Acervo MP. KO. 7463.1. V. Kozák.

Souza (2017) atenta que os Xetá fizeram apropriações de elementos dos brancos, e começaram a incorporar alguns desses elementos na produção de seus objetos tradicionais. Quando Laming-Emperaire esteve entre os Xetá, em setembro de 1960, produziu um inventário do equipamento que o grupo Xetá vinha utilizando, entre eles muitos objetos eram considerados como “objetos europeus”, como machado, caçarola, caldeirão, facas, boneca de borracha, entre outros.

Contudo, esses elementos e materiais exógenos não fazem parte das coleções de objetos etnográficos, o que aponta para um critério de coleta bastante claro. A preocupação estava na caracterização do primitivo e selvagem, sob um olhar tecnicista e, até certo ponto, dotado de um evolucionismo.

1.3. Reflexões sobre o espaço, território e paisagem Xetá na contemporaneidade

O comportamento violento dos colonos da região, com apoio do Estado, culminou em um genocídio, provocando deslocamentos forçados e muitas mortes, afetando de forma substancial as relações familiares, os fenômenos materiais e simbólicos dos Xetá, deixando marcado nas memórias e nas narrativas, as sombras de assassinatos, doenças, fome, rapto de crianças, fugas e invasões que ainda perduram (DA SILVA, 1998).

O SPI foi o responsável por separar os sobreviventes e distribuí-los por diversas Terras Indígenas pelo interior do Paraná. Os sobreviventes transitaram entre as TIs de Marrecas (município de Turvo); TI de Pinhalzinho (município de Tomazina), TI de Rio das Cobras (município de Laranjeiras do Sul), TI de São Jerônimo (município de São Jerônimo da Serra), TI de Queimadas (município de Ortigueira) e TI de Rio D'Areia (município de Inácio Martins) (DA SILVA, 1998, 2003).

No ano de 1997, os oito sobreviventes se reuniram e encaminharam aos órgãos governamentais um documento em que pautavam o reconhecimento da sua existência como povo vivo e a demarcação de seu território. No ano de 2007, após o falecimento de Tucanambá José Paraná, os grupos familiares Xetá se encontraram no município de Guarapuava, região sul do estado do Paraná, em um evento organizado pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Na pauta⁸ das discussões solicitam a reabertura do processo de demarcação de terra, seu reconhecimento como povo vivo e um suporte pedagógico próprio Xetá, revitalizando sua língua. Em 2014, a Terra Indígena Herarekã Xetá foi identificada com 2.686 hectares, entre os córregos 215 e o córrego Tiradentes, no município de Ivaté, região noroeste do estado do Paraná.⁹ O Processo de Identificação encontra-se no TRF4 em Porto Alegre e esbarra no critério do Marco Temporal fixado pelo Supremo Tribunal Federal em 2010 (PASSOS, 2021).

⁸ Disponível em <https://cimi.org.br/2007/10/26590>, acessado em 26 de abril de 2022.

⁹ Processo Administrativo FUNAI/BSB n.º 08620.003478/1999-10. Disponível em <https://eproc.trf4.jus.br>. Acessado em 24 de março de 2022.

Segundo essa prerrogativa, o direito à demarcação dos territórios indígenas recai somente aqueles ocupados e disputados pelos grupos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988. Desta forma, em 2018, o TRF4 conclui que o processo de desocupação do território se deu de forma pacífica, em data anterior ao Marco Temporal. Desconsiderando relatos e estudos (já aqui listados), o Estado brasileiro indica que não havia indícios que os Xetá ocupassem ou reivindicassem o território (PASSOS, 2021).

Watts-Powless alerta que:

Nossos entendimentos do mundo são comumente vistos como 'míticos' pela sociedade moderna, enquanto nossas histórias são consideradas modos alternativos de compreensão e interpretação, ao invés de eventos 'reais'. Colonização não é um ataque apenas às pessoas e aos territórios, mais que isso, esse ataque é consumado em parte através de uma ignorante e proposital deturpação das cosmologias indígenas (WATTS-POWLESS, 2017, p. 253).

Segundo a autora, não existe uma separação entre os locais e os pensamentos para as populações indígenas, eles são uma só existência. Watts-Powless (2017) define um conceito de lugar-pensamento. Lugar-Pensamento¹⁰ é o espaço que não se pode dissolver ou separar, é indivisível, calcado na relação de que o território está vivo e agindo, onde humanos e não humanos se relacionam, derivando sua agência como uma extensão do organismo território. Uma visão que também é compartilhada de certa forma por Krenak (2020), onde a terra é um organismo vivo:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2020, p. 6).

10 Lugar-Pensamento, um conceito teórico advindo das cosmologias haudenosaunee e anishnaabe.

Desta forma, o que o ocidente trata como natureza, segundo a autora, para os povos indígenas, ecossistemas e habitat são melhor entendidos como sociedades, onde seres não humanos são agentes da sociedade. Não apenas circundantes, mas sim influenciando na maneira como os seres humanos se encaixam nessa sociedade (WATTS-POWLESS, 2017).

Entre os Xetá, a formação do mundo ocorre após um dilúvio:

Eh! Secou a água, eles disseram. Eles ficaram muito contentes por a água ter secado, e se formaram aquelas árvores, aquele mato outra vez. Eles andaram, clareou tudo [...]. Se não tivesse acontecido aquela grande chuva, a terra era retinha, não teria montanha, nem barro, nem morro [...]. Era o tempo que o Sol e o Lua viviam andando pela terra (DA SILVA, 2003, p. 94).

Assim, segundo as narrativas de Tikuen e Tuca, para Lucia da Silva (2003) é a partir deste dilúvio que ocorre uma nova terra, é neste momento que se tem início a criação de todas as coisas Xetá, como deveriam aprender, o seu território e onde exercitariam o seu modo de ser. A história Xetá mostra uma relação direta entre seres não humanos na criação da terra, em especial os pássaros, que emplumam seus cabelos e corpos, e que são os grandes arquitetos da paisagem Xetá.

A estrutura das sociedades é uma extensão do território, da Mulher Céu¹¹ ou a Mãe Terra, Gaya, Terra pós-dilúvio. Como pode ser conhecida em outras culturas Ameríndias, a estrutura das sociedades passa a ser demarcada pelo território, que, mais uma vez, é uma extensão da circunstância original (WATTS-POWLESS, 2017). Para os Xetá, seria o presente do Sol, pois o Sol que criou e ensinou os ancestrais Xetá sobre as histórias dos animais, de como se alimentar. O Sol deixou tudo para os Xetá.

Para os Xetá, cada lugar possuía um nome, sendo que o rio Ivaí, *hãñyn awýdja* na língua Xetá, possui um papel fundamental, pois era nas suas cachoeiras que habitavam os imortais, a fartura e a perfeição, e é dos antepassados que moram embaixo das cachoeiras do Ivaí que vieram as sementes de coquinho. Os rios, a

11 “É a concretização literal do feminino, da Primeira Mulher, na qual muitas histórias de criação indígenas encontram sua origem. Quando a Mulher Céu cai sobre as costas de uma tartaruga, ela não se torna apenas capaz de criar terra, mas se torna o próprio território” (WATTS-POWLESS, 2017, p. 254).

floresta e o ecossistema são as principais referências dos limites espaciais e sociais do território perdido. A destruição do território Xetá, muito além do desastre ambiental provocado, destrói uma forma de vivência, uma experiência, e retira o direito de existir dessas populações, bem como seus antigos alertavam (DA SILVA, 2003).

Desta forma, a demarcação das terras Xetá não é uma questão de propriedade, é uma questão de território, de cosmologia e experiências se examinarmos pelos olhares do Lugar-Pensamento. A perda dos seus territórios culmina não só na perda da identidade e do espaço físico, a colonização cessou a capacidade Xetá de comunicação com o lugar e o Estado os impede de serem o povo que habita suas próprias terras, de serem o próprio povo.

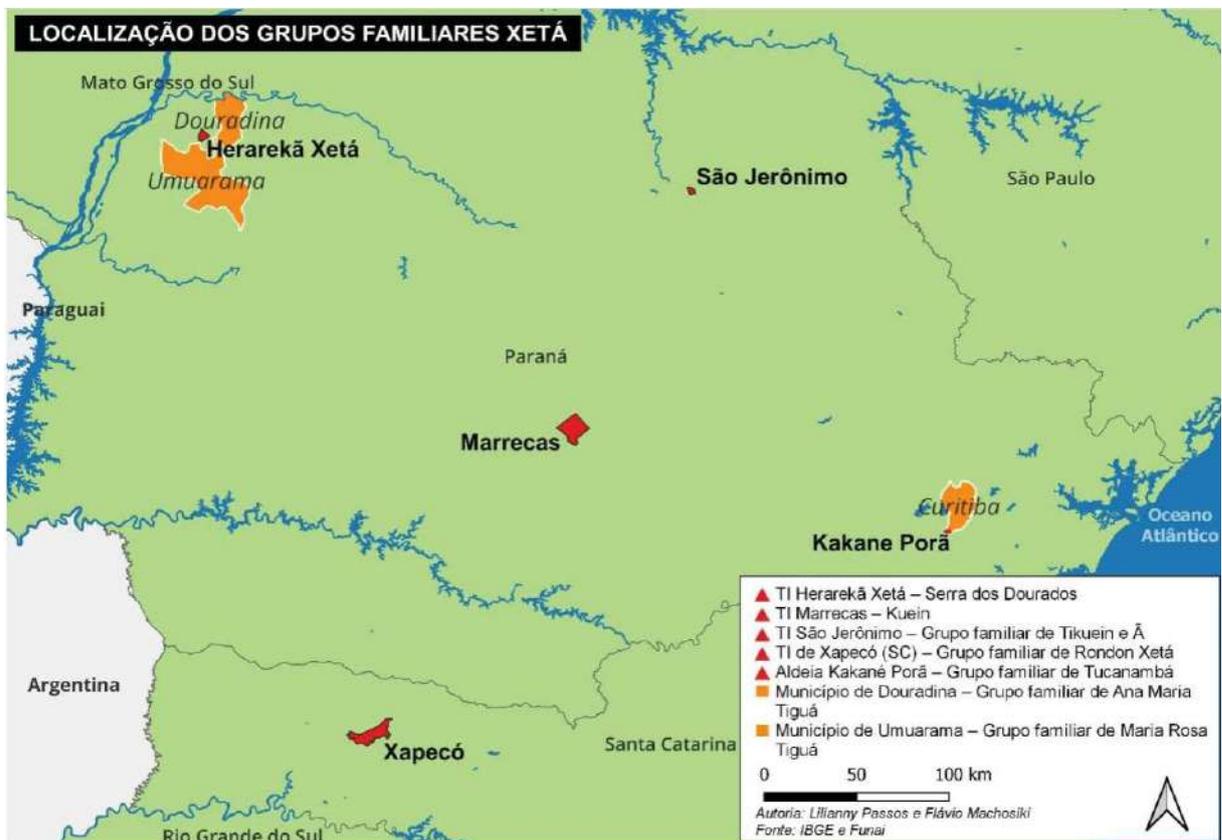


Figura 14 – Localização dos grupos familiares Xetá na contemporaneidade. Fonte: PASSOS, 2021, p. 6.

Lee e Daly (1999) definem que a unidade básica de organização social da maioria (mas não de todos) os povos caçadores e coletores é o bando, um grupo nômade de pequena escala aparentadas pelo parentesco, com ênfase na

reciprocidade como o principal papel nas interações sociais, e seguem 4 características.

Primeiro, eles possuem um sistema igualitário, onde a liderança do bando é menos formal e mais sujeita às restrições da opinião do que nas sociedades de aldeias governadas por chefes e chefes. A persuasão e o exemplo são mais fortes que a ordem.

Outro fator importante nos bandos é a mobilidade. As pessoas tendem a mudar seus assentamentos com frequência, várias vezes por ano, e essa mobilidade é um elemento importante de sua política.

Uma terceira característica é que todos os povos organizados em bandos exibem um padrão de concentração e dispersão, pois as sociedades de bandos tendem a passar parte do ano dispersas em pequenas unidades de forrageamento e outra parte do ano agregadas em unidades muito maiores.

A quarta característica é um sistema de posse de terra baseado em um regime de propriedade comum. Nesse tipo de regime, enquanto os bens móveis são propriedade dos indivíduos, a terra é propriedade de um coletivo relativo ao parentesco.

A sociedade de economia calcada na caça e coleta foi considerada como a primeira sociedade da afluência, aquela em que se os desejos materiais das pessoas são poucos, e estes são facilmente satisfeitos (SAHLINS, 1972, p. 13). A ideia de sociedade afluyente original centrando em um enfoque com teor mais materialista e histórico, colocando as análises teóricas voltadas a entender os meios de produção próprios desse tipo de comunidade, incitou o aprofundamento de pesquisas quanto às características da economia e política dos caçadores-coletores, mas os aspectos simbólicos e cosmológicos são excluídos dessas perspectivas. Assim sendo, temos dois modelos que merecem atenção: o modo de produção doméstico de Sahlins (1972, 1978) e o modelo de produção Forrageiro de Lee (1988; LEACOCK & LEE, 1982; LEE & DALY, 1999).

O primeiro modelo é o modo de produção doméstica de Sahlins, onde a reciprocidade garante as relações de distribuição da produção para todas as unidades

domésticas. Desta forma, esse conceito de modo de produção doméstico de Sahlins é baseado nas unidades domésticas, que possuem certa autonomia na produção e consumo, possuindo acesso aos próprios meios de subsistência, onde “A produção é voltada para as necessidades habituais da família. A produção é para o benefício dos produtores”¹² (SAHLINS, 1978, p. 77, tradução nossa). Ou seja, Sahlins pensa num momento inicial que a unidade doméstica (unidade de produção doméstica) é caracterizada pela família nuclear, em especial ao casal adulto, com a divisão do trabalho pelo sexo, o que seria dominante em toda a sociedade, e se existe cooperação entre dois ou mais grupos domésticos, ou se algumas atividades são realizadas coletivamente por linhagens ou outros grupos, isso não altera o modo de produção no seu essencial. O modo de produção não prevê o acúmulo de riquezas, ele é por característica anti excedente (SAHLINS, 1978).

Já a segunda proposta, com foco ambiental e econômico acima de qualquer relação simbólica, está relacionada ao conceito de forrageiro. O modelo de produção forrageira é caracterizado especialmente por sua subsistência baseada na caça, pesca e coleta de plantas e animais com a ausência de horticultura ou domesticação de animais (LEE, 1988), uma característica que aproxima essa perspectiva do comunismo primitivo (LEE, 1988). As posses do grupo são coletivas, com pouca acumulação material com relações de divisão e reciprocidade na distribuição de recursos obtidos. As alianças sociais ou de casamento norteiam as posses de bens e organizam o acesso igualitário entre os membros aos instrumentos necessários à aquisição de recursos (KELLY, 1995).

Contudo, uma nova visão de domesticação da paisagem e manejo florestal pode alterar as categorias de subsistência, pois as relações cosmológicas são diferentes desses entendimentos de recursos. Entre os Nukak (POLITIS, 2010), o manejo florestal implica em uma categoria diferente de horticultora, e podemos observar manejo de espécies entre os Xetá, em especial aos coquinhos de Jerivá. Inclusive, segundo Lucia da Silva (2003), durante a visita as regiões tradicionais dos

12 *Production is geared to the family's customary requirements. Production is for the benefit of the producers*” no original.

Xetá, as palmeiras de Jerivá ainda constituíam verdadeiras ilhas na paisagem do agronegócio.

Binford (1980) procura explicar que as variações dos sistemas de subsistência e a mobilidade dos grupos caçadores-coletores podem ser interpretadas em função das características ambientais. Dessa maneira, a mobilidade do grupo está associada à produtividade ambiental e condicionando concomitantemente as estratégias de uso do ambiente. Binford delinea dois modelos de identificação de grupos caçadores-coletores, o forrageiro e o coletor. O modelo forrageiro foi baseado em estudos etnoarqueológicos entre os Kung! (também conhecidos como San), no deserto do Kalahari em Botswana e entre os Alyawara da Austrália Central. Este modelo é associado a grupos viventes de áreas quentes, desérticas ou tropicais (BINFORD, 1980, 1986). Foi caracterizado por uma alta mobilidade residencial de caráter sazonal em um amplo território, intercalando as áreas de recursos de caça, coleta de vegetais, matérias-primas e especialmente as fontes de água. Esses grupos não apresentam estratégias de estocagem de alimento e a coleta (e caça) de alimentos se dá por saídas diárias no entorno do acampamento base, sempre situado próximo a recursos importantes.

O segundo modelo descrito por Binford é o coletor, que tem como base inferencial suas observações etnoarqueológicas junto aos Nunamiut no Alasca, o que deixa claro que o modelo está relacionado a grupos de regiões com climas temperados a árticos. Esse modelo é caracterizado por ser semissedentário em áreas que possuem uma grande variação de recursos alimentícios ao longo do ano. Assim sendo, os recursos disponíveis são mapeados pelo bando por meio da mobilidade residencial, enquanto a caça e a coleta são tarefas de grupos especializados que deixam a base residencial e estabelecem-se em acampamentos provisórios associados à procura e ao processamento dos alimentos coletados, que em parte serão acondicionados para consumo em épocas de escassez. (BINFORD, 1980).

Binford (1980) propõe dois conceitos de mobilidade que são bem interessantes e ajudam a refletir sobre as andanças, caminhadas, território e seus padrões residenciais. São as mobilidades residenciais e logísticas. A mobilidade residencial consiste na mudança do local de habitação de um espaço para outro, seja aproveitando um acampamento preexistente ou a construção de um novo

assentamento, ou seja, é quando todo o grupo sai de um espaço para outro espaço residencial. O segundo conceito é o de mobilidade logística, entendido como um grupo de indivíduos que se move para realizar tarefas específicas, como a busca de recursos ou práticas rituais, sem mudar a base residencial que permanece habitada por outros membros.

Gustavo Politis (2010), define uma terceira mobilidade, a diária. A mobilidade diária consiste nos caminhamentos e viagens de forrageamento diárias, onde os indivíduos saem da residência base para realizar tarefas específicas e voltam no mesmo dia.

Entre os relatos e fontes consultadas ao longo da tese, podemos recolher alguns exemplos de como os Xetá se movem pelo seu território e refletir sobre a aplicabilidade destes modelos como método de observação.

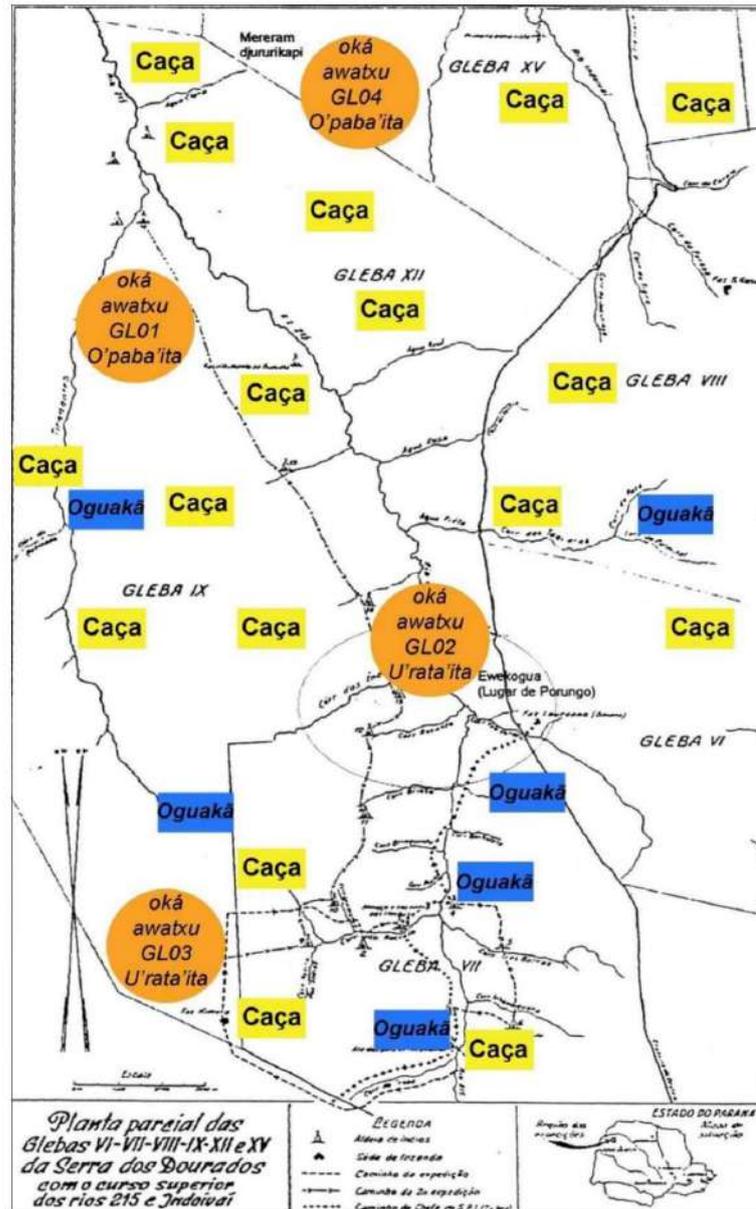


Figura 15 – Localização dos grupos locais, área de caça e *Oguakã* (os acampamentos de caça). Fonte: MERENCIO (2014), adaptado de SILVA (2003, p. 173), mapa base de Ney Barreto, extraído de FERNANDES (1959).

É interessante traçar comparações entre os sistemas de territorialidade e mobilidade entre os Xetá e os Aché (antes eram chamados de Guayaki), que também pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani e, atualmente, habitam as florestas (*Chaco*) do oriente paraguaio. De maneira semelhante, os Aché passaram, assim como os Xetá, por uma invasão dos colonizadores brancos em uma época tardia, e resultou em um genocídio similar. Os Aché também são interpretados (sem generalizações) como um povo que teria perdido a agricultura devido aos conflitos com os guaranis e espanhóis (CLASTRES, 1995, p. 73).

Os Aché se organizam em pequenos grupos, que por vezes se reúnem para rituais, e são uma sociedade que não praticava agricultura e possuía como subsistência a caça e a coleta, cabendo aos indivíduos masculinos a caça, e a coleta fazendo parte das atividades femininas. Mas essa divisão, bem como em outros contextos da vida Aché, não são situações tranquilas, mas cheias de contradições e tensões no plano simbólico e afetivo (CLASTRES, 1995).

A alta mobilidade documentada entre os Aché, usando cada acampamento raramente por mais de um ou dois dias, está relacionado ao fato de não haver estocagem de alimentos, que geralmente são consumidos nas 24 horas após a sua aquisição (CLASTRES, 1995). Borrero & Yacobaccio (1989) associam esta alta mobilidade ao ambiente de selva, devido à distribuição e estrutura das espécies animais presentes. Na percepção dessa mobilidade diária, Borrero & Yacobaccio se deparam com o acampamento habitado apenas pelas crianças:

De fato, quando chegamos ao acampamento, ao meio-dia, apenas as crianças estavam lá, já que todos os adultos estavam na selva caçando ou coletando comida. Ao entardecer os adultos retornaram ao acampamento com os resultados de suas atividades (BORRERO & YACOBACCIO, 1989, p. 13, tradução nossa).¹³

Os Xetá, por sua vez, afirmam que o território ocupado por seu povo, desde os tempos de seus antepassados, era muito maior (e mais do que apenas o espaço) do que aquele identificado nos documentos e nas fontes bibliográficas que registram o contato dos Xetá com o mundo dos brancos, a terra era muito mais que as aldeias conforme afirmaram Kuein, Tuca e Tikuein (Mã) na TI Rio das Cobras para Da Silva (1998).

13 No original: "Efectivamente, cuando nosotros Uegamos al campamento, en horas del mediodía, solamente estaban los niños, pues todos los adultos estaban en la selva cazando o recolectando alimentos. Al atardecer los adultos retornaban al campamento con el resultado de sus actividades".

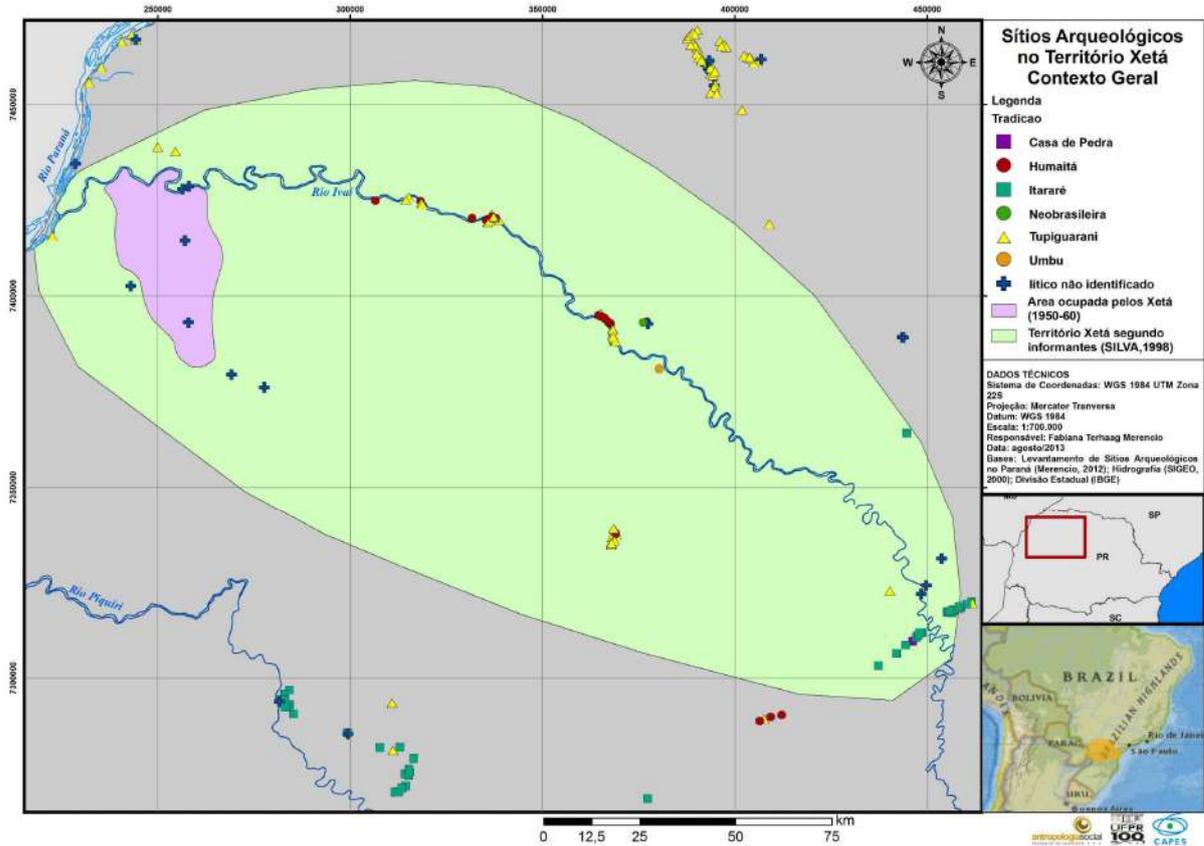


Figura 16 – Mapa dos sítios arqueológicos no território xetá – contexto geral. Delimitação do território Xetá baseada nas pesquisas de Silva (1998, 2003). Fonte: MERENCIO, 2014, p. 35.

Tuca para Da Silva (1998) demonstra um pouco da mobilidade do grupo, o que podemos relacionar ao que descrevemos como um acampamento logístico, onde um grupo de indivíduos se move para realizar tarefas específicas, no caso a caça, sem mudar a base residencial que permanece habitada por outros membros:

Nós mudávamos muito e, dependendo do bicho que íamos caçar, era preciso fazer um *tapuy-kã* e ficar no lugar durante um tempo. Por isso, nem sempre onde tinha casa era aldeia e se morava mais tempo [...]. Às vezes a gente parava num lugar de armar armadilha pra caçar animal grande” (DA SILVA, 1998, p. 120).

Outro momento que definia uma mudança era em caso de morte, onde a aldeia era abandonada durante um curto período. Para eles, todos os locais onde se caçava, coletava, de enterramento, as aldeias grandes e os locais onde os parentes antigos viveram eram constitutivas do território Xetá. Em depoimento de Kuein, Tuca e Tikuein (Mã) para a etnógrafa Lucia da Silva, em 1997, dizem:

Antigamente, muitos tempos atrás, não me lembro o ano, porque foi o meu falecido pai que me contou, nós e nossa gente, meus tios, irmãos dele e da minha mãe, meus avós, parentes, enfim todos nós morávamos na floresta, lá naquele sertão, na região do Rio Ivaí, Piquiri, Paraná, onde tinha gente nossa, até mais pra riba [para cima, no alto], onde fica hoje Maringá e Apucarana. Ainda não havia branco por aquelas bandas (Kuein, Tuca e Tikuein (Mã), Rio das Cobras, 1997, DA SILVA, 1998, p. 121- 122) “[...] quando moramos por ali. Éramos só nossa gente e aqueles outros índios que fugiam deles. Nós vivíamos todos ali naqueles lugares, onde hoje tem o tal de -Campo Mourão, Ivaiporã, Maringá, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Maria Helena, Ivaté, Serra Dourada e outras cidades que hoje eu não sei o nome (DA SILVA, 1998, p. 122).

É visto na etnografia que a distribuição geográfica das diferentes aldeias é sempre referenciada em: um que oscila entre “o tempo sem o branco” ou o “tempo dos antigos”, de quando existia a harmonia, a natureza era abundante e o manejo das relações era praticada pelo grupo, e o “tempo em que o branco chega”, marcado pelo desequilíbrio da natureza (LUCIA DA SILVA, 1998). O mesmo acontece nas memórias relacionadas aos objetos, onde os objetos antigos trazem de volta esse tempo bom, dos antigos (PASSOS, 2021).

Nas narrativas coletadas por Lucia da Silva (2003), fica visível que são os grupos familiares que ocupam determinados espaços do território Xetá, mas com uma relação próxima pelos fenômenos de parentesco:

Os três [informantes - Tuca, Tikuein e Kuein] são oriundos de grupos locais distintos, são primos cruzados, e se seu povo ainda existisse, seriam cunhados, ou até mesmo genros e sogros. Possivelmente haveria entre eles e seus supostos grupos na relação de aliança marcada pela reciprocidade (DA SILVA, 2003, p. 84).

Segundo Tuca, os grupos Xetá se organizavam em pequenas famílias, justamente por uma questão de dificuldade de manter a alimentação para um grupo maior. Kozák (1979) indica em vários momentos essa organização em pequenas famílias, e no momento de fome, 3 ou 4 homens com suas parceiras e filhos visitavam a Fazenda Santa Rosa. Contudo, essa escassez colocada não reflete bem as narrativas, pois “a terra onde nós vivíamos era farta enquanto tinha a mata e os bichos” (Tuca, Tikuein e Kuein para DA SILVA, 2003, p. 96).

Uma informação do tempo do mato, registrada por Kozák (1979), indica que os locais residenciais dos Xetás, para seus curtos acampamentos, eram marcados por

clareiras na floresta (naturais ou construídas) próximo de fontes de água. Cada clareira poderia abrigar até dez *tápuys* (choças), o que sinaliza para grupos familiares maiores ou uma sazonalidade onde os grupos familiares se encontrariam, justificando a presença de casas maiores e cerimônias observada pelo cineasta.

As modificações humanas em um espaço, pode ser interpretada como uma forma de ordenar e demarcar terras e fronteiras, embora essas ordenações de ordem espacial não necessariamente exigem uma modificação física da paisagem com a construção de instalações permanentes (ou construções que permaneçam no tempo). É a combinação de fenômenos de combinações de séries de modificações humanas e características naturais que permitem a identificação dos territórios e territorialidades (ZEDEÑO, 1997).

Nas etnografias recentes dos Xetá, os sobreviventes sempre deixaram claro a diversidade e exuberância das suas terras, em especial, pela presença de espécies como a guariroba, jabuticaba e jerivá, do qual faziam suas bebidas fermentadas, tendo este último um papel importante para o domínio da paisagem e da afirmação desta territorialidade. “A gente não plantava. Mas aqui tinha tudo, todas essas frutas tinham aqui. Aqui tinha muita palmeira, palmeira é muito bonita” (DA SILVA, 2003, p. 100).

A subsistência dos Xetá era baseada na caça e na coleta de frutos, de coquinhos, de tubérculos, de mel, de larvas do tronco das palmeiras e de alguns tipos de insetos. As atividades de coleta eram praticadas e compartilhadas pelas pessoas de ambos os sexos, inclusive as crianças maiores. As frutas eram coletadas e levadas para a aldeia, ou então consumidas no local. Algumas espécies como o coquinho eram levadas em cachos até a aldeia, onde dele se extraía o suco e se fazia uma massa, enquanto a erva-mate, coletada distante dos acampamentos, era levada pelas mulheres até a aldeia para o preparo da bebida (KOZAK, 1981; DA SILVA, 1998). Contudo, a prática da coleta exigia uma gestão dos espaços e longas incursões pela mata mapeada em suas mentes:

Os sobreviventes observam, porém, que o espaço destinado a esta atividade era um pouco diferenciado no que se refere à sua exploração, ou seja, existiam dois tipos de espaços de coleta: um, de natureza coletiva, que compreendia o interior da floresta onde qualquer um dos diferentes grupos poderia ter acesso e usufruir de seus produtos. Outro, de natureza mais 'privada', identificado pelos informantes como aquele que ficava perto do carreiro (caminho, trilha) deles, ou seja, aquele que ficava na área de trânsito de um determinado grupo, próximo à sua aldeia ou dos locais onde frequentemente praticavam a coleta de frutos (DA SILVA, 1998, p. 130).

Clastres (1995) cita uma dualidade entre os espaços geográficos utilizados pelos Aché, onde a Floresta é representativa dos espaços de segurança e familiaridade enquanto as savanas representam um espaço nocivo e relacionado ao homem branco e a morte. De certa forma, tanto os Aché, como os Xetá, podem ter relações com as dualidades da oposição *Domus-Agrio* em Hodder (1990). As andanças diárias, logísticas ou residenciais devem ser marcadas por essa dualidade na percepção da paisagem e do seu território.

Utilizando como ponto de partida, Hodder (1990) desenvolve uma análise em três regiões distintas (Sérvia, Turquia e na região do Levante) para formular os processos de neolitização da Europa, ou seja, nas circunstâncias que se deram a domesticação de animais e plantas por parte dos povos europeus. Sua discussão está centrada em torno dessa dicotomia entre o *domus* e o *agrío*: ele interpreta *domus* como a força de produção e o responsável por trás do sistema neolítico europeu, bem como responsável por toda a mudança econômica e social nesse período.¹⁴

O conceito de *domus* está relacionado à casa e estabelecimentos domésticos e à todas as atividades relacionadas a esse ambiente, bem como agrega elementos simbólicos e figurativos, ideacionais e emotivos, evocando segurança, luz, calor, cuidado, mulher, maternidade e morte, e está em contraste com o *agríos*, que remete à natureza, ao indomável, ao selvagem, à desordem, ao inexplicável e perigoso, também ao macho.

Desta forma, podemos argumentar que a casa (ou os espaços domésticos residenciais) é o ponto central na qual as pessoas estão organizadas socialmente, realizando diferentes papéis e vivenciando as diversas regras e características

14 Essa relação para Hodder não é dialética e presume a discussão entre os conceitos de natureza e cultura.

sociais. São nessas áreas que identificamos as áreas de fabricação, uso (de grande maioria) e armazenamento de artefatos (HODDER, 1990).

Hodder quer alcançar uma compreensão diferente das origens da agricultura, e eu acho que devemos pensar em um novo significado para agricultura, nos termos do próprio Hodder, "trazendo o selvagem para dentro de casa e transformando-o" (1992, p. 208, tradução nossa).¹⁵

Esse processo para Hodder (1992) ocorre nos âmbitos simbólicos e econômicos, na domesticação de plantas e animais e na representação simbólica do *agrío* nos espaços domésticos. Entre os Xetá, o *domus*, vai muito além da "casa", ele corresponde a um território constituído na relação do seu povo com os demais elementos. Veremos, no capítulo 3, algumas dessas relações de aproximação do selvagem por meio da vivência dos objetos. E apesar do trabalho de Hodder estar discutindo a revolução neolítica e a origem da agricultura, aqui estou pontuando uma discussão de que o manejo de determinadas plantas está relacionado ao entendimento do seu território e identidade, e não formulando que a territorialidade Xetá é um princípio de agricultura, como se fosse um estágio a ser alcançado.

Tuca e Kuein relataram para Lucia da Silva que a "apropriação" dos espaços de coleta ocorria principalmente com algumas espécies de frutas. A posse se dava para quem encontrasse primeiro as espécies ou os locais. As atividades de coleta obedeciam ao período de cada uma das espécies apreciadas pelo grupo, o que marcava também os rituais e as beberagens, que eram realizados durante o período das frutas de época. É nesta época em que deveriam se reunir com os outros grupos familiares, criando uma relação com o território e reafirmando as relações de parentesco. Além das coletas de subsistência, os Xetás ainda possuíam épocas para colheita de sementes; fibras de Caraguatá para tecerem suas tangas; o fio e o cordão de fibra tecida; a cera de abelha; a taquara para as peneiras e as folhas de palmeira para os cestos (FERNANDES, 1959, 1961; KOZÁK, 1981). Do *agrío* para o *domus*.

Como caçadores-coletores, o manejo ambiental era importante, e os informantes de Da Silva (1998) indicam que carregavam sementes de porongo em

15 No original: "bringing the wild into the house and transforming it".

suas andanças, que plantavam nos locais onde tinham suas aldeias, próximo às suas moradias. O porongo era utilizado como recipiente para transportar e guardar mel, água e servir bebida durante os rituais, e segundo os relatos de Kozák (1979, p.30), “os coquinhos de jerivá eram parte da dieta básica Xetá, fazendo da sua coleta um ritual diário” e possuíam uma importância muito grande para construção da materialidade.

A palmeira jerivá (*Syagrus romanzoffiana Cham*) é uma espécie heliófita¹⁶ e higrófila¹⁷, da família *Arecaceae*, que possui em média 10 a 20 metros de altura e 20 a 30 cm de diâmetro, sendo nativa do Brasil, Uruguai e Argentina. Seus frutos são comestíveis, um fruto de aparência globosa a ovoide e endosperma homogêneo, com polpa de coloração amarela-alaranjada quando madura, carnosa e doce (REITZ, 1974). O jerivá é uma palmeira bastante produtiva e suas importantes interações ecológicas com polinizadores e frugívoros (incluindo mamíferos e aves) e a colocam como uma espécie-chave nos ecossistemas nos quais faz parte (GOUDEL *et al.*, 2012).

16 Designação das plantas que exigem luz intensa para viver. Nas florestas, são heliófitas as plantas que conseguem atingir o nível superior das copas ou que se desenvolvem neste andar.

17 Diz-se de um vegetal que se ambienta bem em locais úmidos.



Figura 17 – Representação gráfica de *Syagrus Romanzoffiana Cham*, Fonte: SOARES *et al.*, 2014.

O jerivá possui diversas utilidades para os Xetá, sendo aproveitado de várias maneiras: como recurso alimentar, matéria-prima para artesanato e construção e o manejo florestal. Para pegar os grandes cachos de jerivá, que segundo Gotardi *et al.* (2021) podem alcançar mais de 20 quilos, os Xetá utilizam-se de uma peia para subir pela palmeira, e do machado para cortar os talos dos cachos antes de levá-los para aldeia. Os coquinhos de jerivá eram consumidos puros ou na forma de suco.

Goudel (2012) destacou a elevada quantidade de carboidratos totais para a polpa do fruto maduro. Igualmente, Gotardi *et al.* (2021) indica que a polpa do

coquinho de Jerivá é rica em fibras alimentares, apresentando altos teores de carboidratos, porém estes estudos demonstram que a quantidade de proteínas vegetais é baixa. Desta forma, conclui-se que a polpa do coquinho de jerivá pode ser uma boa fonte de nutrientes quando incluídos na dieta, contudo, necessita de um alto consumo para compensar a baixa quantidade de proteínas vegetais, o que pelos relatos, era uma tarefa diária para os Xetás.

De acordo com os relatos etnográficos, o suco do jerivá era fabricado quando os frutos estavam amadurecendo. Os Xetá recolhiam muitos cachos que segundo Kozak (1979) eram levados para o acampamento e colocados em um recipiente grande (não foi citado qual nesta fonte). Depois, os coquinhos eram misturados com água, socados em pilões de madeira até a polpa ser retirada da castanha antes de peneirar. Os restos de polpa e castanhas eram descartadas nos acampamentos, que, segundo Kozak, formavam enormes montes.

No inverno, os Xetá preparavam um tronco da palmeira para coletar e cultivar larvas de *Rhiconphorus palmarum* (broca-do-coqueiro), um coleóptero da família Curculionidae. Chamadas de *kangódzo*, *múku* e *goró*, esses nomes se referem às

[...] Larvas de palmeiras (*Rhincophorus palmarum*) parecidas com besouros que se criavam antes do inverno nos troncos das palmeiras e outras árvores. Os Xetás devem ter seguido uma rotina milenar para encontrar meios de guardar essas larvas para os períodos de fome [...] por conseguinte, quando os indígenas previam um período de seca e privações, preparam-se de acordo: derrubavam algumas palmeiras de jerivá e os troncos eram protegidos contra animais que se alimentavam de larvas, como por exemplo, tatus, coatis, etc.

As larvas cresciam até atingir a grossura de um dedo, e quando a fome apertava e não havia frutas nem animais, eram comidos juntamente com *kógwa* - uma espécie de bulbos semelhantes à batata (KOZAK, 1979, p. 52).

Segundo Vargas (2013), um estudo nutricional do *Rhynchophorus palmarum* L. comercializado no Peru mostra que esta larva possui alto valor nutricional, é rica em óleos, em vitaminas E e A e possui um bom conteúdo proteico. Por esse motivo, acredito que o tratamento das palmeiras e das suas larvas não seja apenas uma saída contra a fome, mas uma técnica de manejo planejada e tradicional para a época escassa que é o inverno, sem a necessidade de mudança de território.

Além de um importante aliado nutricional, o jerivá proporcionava uma série de matéria-prima para produção de artefatos. As cascas eram usadas para separar as cobiçadas peles de onças e jaguatiricas; já as folhas tinham várias utilidades, sendo usadas para a confecção das esteiras para dormir, além de ser importante para cobertura dos *tapuy* (cabanas) e para proteger a lenha das chuvas. Quanto a espata (casca do cacho de flores), esta era amarrada nas extremidades e usada como vasilha para ferver ou aquecer água (KOZÁK, 1979).

Por sua vez, vemos que os coquinhos são levados para a aldeia, e suas sementes (quando não trituradas) são descartadas nas próprias clareiras, abertas com um machado para construção das aldeias. Segundo Bernacci (2001), embora as sementes de jerivá germinem e as plântulas sobrevivam em condições de sombreamento dentro da mata, a necessidade de condições clareiras e bordas na mata são de suma importância para o crescimento populacional dessa espécie, bem como as chuvas e a proximidade de água, o que remete às escolhas dos Xetá para construir seus acampamentos e aldeias em clareiras abertas na mata, sempre próximo de fontes de água (KOZÁK, 1979), e sua preocupação em fazer chover para que nunca lhes falte os coquinhos: “é bom lembrar que, para os indígenas, o ritual de chamar chuva revestia-se de importância especial, porque a chuva ajudava o crescimento dos coquinhos de jerivá, seu alimento básico” (KOZÁK, 1979, p. 48).

Podemos observar que é realizado um manejo dos recursos pelo território, dando-se uma relação mútua entre a mobilidade e o ambiente. A mobilidade do grupo pelo território acaba por criar as áreas de recursos buscadas pelo grupo no futuro, uma gestão territorial baseada na mobilidade, tornando o território físico em uma paisagem onde ocorrem relações entre diversos fenômenos sociais, culturais e ontológicos. Seriam esses os indicativos de um manejo florestal, transformando os espaços “selvagens” em trilhas “domésticas”, desmistificando os modelos puramente econômicos de uso da terra e os colocando a caça-coleta-manejo como fundamentais para manutenção das vivências Xetá em seus territórios.

Por fim, percebe-se que esse espaço “mata” é modificado por ações humanas (ações técnicas), sendo assim, a discussão não se resume na ideia de natureza como recurso e o território como um sistema de utilização desses recursos e demarcação, estamos pensando em um conceito de paisagem, onde “paisagem é o mundo como é

conhecido por aqueles que nele habitam” (INGOLD, 1993, p. 156). Não é “terra”, não é “natureza” e não é “espaço” (INGOLD, 1993, p. 153). A paisagem adquire uma relação que incorpora simultaneamente o aspecto físico, os hábitos e as pessoas ocupantes deste espaço:

Habitar significa necessariamente que as paisagens não são as formas estáticas inscritas que convencionalmente são documentadas pelos cartógrafos, arqueologistas e geógrafos históricos mas sim fenômenos temporais com ritmos diversos e muitas vezes sobpostos que surgem pelo processo de ocupação humana - em outras palavras, por fazerem parte da terra (LANE, 2008, p. 242, tradução nossa).¹⁸

A paisagem vai além dos aspectos econômicos e naturais e passa a abarcar toda uma vivência cultural no espaço, relacionando aspectos naturais, sociais, simbólicos, míticos, territoriais e afins, paisagens são vistas e são vividas, possuem seus próprios significados, vivenciada por meio do corpo humano e seu posicionamento espaço-temporal, é uma forma de socialização e definição ontológica, é uma fonte de poder. É experienciada, vivida e sentida (TYLLEY, 1996, 2008). É o lugar-pensamento onde a materialidade se constitui. Logo, os territórios seguem trajetórias específicas que resultam da história natural combinada com a terra, seus recursos e a história social dos usuários da terra e dos recursos (ZEDEÑO, 1997, 2008).

As paisagens se formam, se transformam e são percebidas durante a circulação das pessoas por esse espaço, conforme as experiências vividas e desenvolvidas no *Habitar*. O nosso mundo circundante, o que tem a nossa volta é a materialidade. Qualquer artefato e objeto construído exige a vivência neste mundo circundante, e a tecnologia como uma forma de explorar esse mundo circundante e suas paisagens (IHDE, 2017). Negar o direito a terra é negar um direito à vida.

18 Being “dwelt in” necessarily means that landscapes are not the static, inscribed forms conventionally documented by cartographers, archaeologists, and historical geographers but are instead temporal phenomena with multiple and often overlapping rhythms that come into being through the process of human occupancy—in other words, by a “being in” the land.”

1 Aspectos teórico-metodológicos sobre tecnologia

A criação de tipos e classificações é necessária, seja por uma questão sistemática ou organizacional. Vemos a tipologia como um método que consiste na:

A classificação dos objetos, estruturas ou espécimes por subdivisão das populações observadas em uma sequência teórica ou grupos seriais (tipos) e subgrupos (subtipos) de acordo com seus atributos qualitativos, quantitativos, morfológicos, formais, tecnológicos e funcional (DARVILL, 2003, p. 443).¹⁹

Sendo assim, a complexidade das análises tipológicas pode ser entendida como um método classificatório e não como um fim em si. A classificação permeia diversas habilidades, quesitos, conceitos e características. Contudo, “o problema não se reduz, [...] à pertinência das classificações, mas a teoria subjacente à escolha dos critérios classificatórios determinantes e ao papel epistemológico da interpretação na construção dessas ordenações” (FOGAÇA, 2003, p. 12). Essa será a dinâmica que permeará as observações da materialidade Xetá buscadas no presente trabalho.

Desta forma, a abordagem aqui proposta trata de uma mescla de tecnologia e tipologia, onde os tipos artefatuais serão definidos segundo qualidades e características tecnológicas, ou seja, os artefatos serão classificados segundo preceitos tecnológicos próprios que respondem à aspectos do meio social, cultural, econômico, funcional, gestual e sua relação com o meio ambiente, definindo uma forma, um *design*, estilo e a produção em cadeia. Uma vez que a tecnologia estuda fenômenos adquiridos, transmitidos e conservados pela aprendizagem, nosso objetivo é propor uma maneira de refazer etnografias calcadas nos objetos, derrubando “uma ontologia que dê primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria” (INGOLD, 2012, p. 26).

Os primeiros trabalhos antropológicos mais densos sobre técnica recaem sobre o etnólogo francês Marcel Mauss (1935), que propôs que a técnica que está presente

19 No original: “classification of objects, structures, or specimens by sub-dividing observed populations into a theoretical sequence or series of groups (types) and subgroups (subtypes) according to consideration of their qualitative, quantitative, morphological, formal, **technological**, and functional attributes” (DARVILL, 2003, p. 443, grifo nosso)

nas atividades das pessoas, seus modos de agir, de pescar, de cultivar, de se vestir, de caçar, ou seja, todos os hábitos musculares socialmente adquiridos. E esses hábitos musculares são transmitidos de geração em geração. O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento dos humanos, ou, mais precisamente, o primeiro e o mais natural objeto técnico (MAUSS, 2003). Quando aprendemos uma técnica a utilizamos de maneira maquinal, automática, formando um só corpo, não pensando mais nos atos ou ações para fazer funcional. Essa noção de técnica de Mauss, não leva em conta a materialidade, e sim técnicas corporais, como andar ou comer (MAUSS, 1935).

Para Warnier (1999) o objeto passa a ser uma extensão do corpo, fazendo parte dos atos e gestos. É uma dinâmica interiorizada por meio do controle que o sujeito exerce sobre o objeto, gerando atos padronizados com o objetivo de gerar uma maior economia de meios possível. Por sua vez, Leroi-Gourhan (1985) considera que as técnicas são as primeiras evidências de relação entre o homem e o ambiente, marcando a ruptura do natural com o social, do instinto e da inteligência. A técnica supõe o contato direto das pessoas com a natureza, com a matéria.

A técnica pode ser definida, não de maneira intrínseca, mas como o conhecimento dos atos e gestos necessários para obtenção do resultado procurado (HAUDRICOURT, 1987). Cada sociedade tem seus próprios hábitos corporais, suas próprias técnicas e maneiras de fazer (LEMONNIER, 2002).

Entendida como um fato social total (MAUSS, 2003), as técnicas representam a interpretação do natural como parte desse escopo sociocultural, de um saber coletivo, e fazem parte dessa relação não dicotômica, mas concomitantemente incorporada. É uma parte da sociedade, referencia-se como um sistema técnico, da mesma forma que o sistema de parentesco ou religioso (LEMONNIER, 2002).

Em qualquer sociedade, a técnica é a representação de esquemas mentais aprendidos por meio da tradição, assim como qualquer ação humana no mundo material. Portanto, uma vez que a técnica é resultado das estratégias e significados sociais, a tecnologia possui prática, uso e circulação e por isso que é replicada no tempo e no espaço por uma sociedade (LEMONNIER, 2002). Para Mauss (2003), se não houver tradição cultural, não haverá técnica e nem transmissão, partindo da ideia de que a técnica deve ser tradicional e eficaz.

Conforme Haudricourt (1987, p. 332), a técnica é a “atividade mais racional do homem e a mais característica, ela não é biologicamente adquirida no nascimento, mas socialmente apreendida e socialmente transmitida”. Está intimamente ligada aos aspectos culturais e, conseqüentemente, aos materiais e aos objetos técnicos, ou seja, que esteja inserido nas tradições técnicas de uma dada cultura (DEFORGE, 1985, p. 81 apud VIANA, 2005). Trata-se de um mecanismo social que depende de fatores de ensino-aprendizagem e é aprendido pelo indivíduo, não adquirido. Nesses termos, os objetos estariam relacionados com uma técnica específica já aprendida e passam a ser uma extensão do corpo, cujo encadeamento compreenderia um processo de atos, como uma cadeia de ações e gestos, como um “resultado” dos fenômenos culturais.

Mas para dar sentido ao estudo da tecnologia, é necessária uma reconstituição da sequência de ações e dos gestos efetuados para obtenção do material estudado. Essa reconstituição, ou, em alguns casos, observação, é chamada de cadeia operatória (LEROI-GOURHAN, 1985), que de modo geral podemos definir como um conjunto de atos, técnicas e modificações físicas na “vida” do objeto. Ou seja, é uma rede de processos associadas a concepção do artefato, desde a aquisição de matéria-prima, passando pela manufatura e pelo uso (e reúsos), até o descarte. Conseqüentemente, a relação entre as diversas técnicas de produção individual dos artefatos resultará na compreensão do sistema técnico. Essa noção permite estruturar a materialidade e seus fenômenos dentro de uma determinada cultura, colocando cada objeto em uma rede de contextos técnicos (Figura 18).



Figura 18 – Infográfico de cadeia operatória. Fonte: Elaborado pelo autor.

Mauss foi o primeiro a propor a tecnologia como um processo, uma transformação da matéria em encadeamentos, e já se preocupa com o inquérito da gestão dos recursos. Enfatiza, portanto, conceitos próximos à noção de cadeia operatória em artefatos. Balfet (1991) considera cadeia operatória como o encadeamento de operações mentais e dos gestos técnicos necessários para atender uma necessidade. É uma série de operações que transformam uma matéria-prima natural para um estado produzido, quer seja ele (o objeto) para consumo ou instrumento.

Assim, a análise tecnológica consiste na reconstituição de cada peça, de cada gesto, no seu devido lugar na cadeia operatória ou na rede de cadeias operatórias, o que leva a uma organização hierarquizada da coleção (FOGAÇA, 2001, 2006, 2010).

Mauss (1993, p. 47) descreve que todo objeto deve ser estudado em três pontos: “1º) em si mesmo; 2º) em relação às pessoas que se servem dele; 3º) em relação à totalidade do sistema observado”, e ainda complementa com a questão da procedência das matérias-primas para exemplificar a relação da totalidade:

Certas calcites foram transportadas ao longo de distâncias consideráveis; a procura de jazigos de sílex é característica de toda a era paleolítica e neolítica; várias tribos australianas vão procurar o ocre a seiscentos quilômetros de distância (MAUSS, 1993, p. 47).

Quanto à relação de encadeamentos, esse estudo compreenderia “(...) diferentes momentos de fabricação desde o material bruto até o objeto acabado. Estudar-se-á, em seguida, da mesma maneira, o modo de emprego e a produção de cada ferramenta” (MAUSS, 1993, p. 47). Podemos observar em Mauss uma preocupação do fato tecnológico como centro de múltiplas dinâmicas e dimensões, interagindo com o objeto, as pessoas e o sistema, onde o fato social total se torna a meta da observação etnográfica (FOGAÇA, 2003).

Embora a obra de Leroi-Gourhan, intitulada “O Gesto e a Palavra”, tenha sido editada, primeiramente, na década de 1950, o conceito de cadeia operatória foi formado primeiramente por Mauss (1935). Leroi-Gourhan estava, por sua vez, com preocupações substancialmente diferentes de Mauss. Ele formalizou e deu coerência prática à noção de cadeia operatória, introduzindo-a nas análises tecnológicas,

caracterizando a tecnicidade humana como a interação entre o sujeito e o utensílio organizados em cadeia por séries operatórias, colocando a evolução da cultura humana em dois polos: a relação entre a técnica e a linguagem (LEROI-GOURHAN, 1984).

A produção dos artefatos adota a organização sociocultural do grupo em que ele está inserido, seguindo regras mais ou menos rígidas durante o processo de fabricação. O resultado é a produção de artefatos que possuem uma mesma lógica técnica, a qual se traduz na escolha por determinadas matérias-primas, morfologias, técnicas, métodos e gestos específicos. Este artefato é resultado de um projeto já concebido na mente do artesão, o qual é culturalmente determinado (PELEGRIN, 2005).

O termo “cadeia operatória” sugere um pensamento em linha e único de cada objeto, um caminho de processos únicos sequenciais em cadeia. Contudo, a conjectura de cadeias operatórias forma metodologicamente o **sistema técnico**, formado por um conjunto de técnicas, ofícios e indústrias (MAUSS, 1993). Conforme Inizian (1995) e Pelegrin (1995), um sistema técnico pode ser estudado na observação e inferência de quatro elementos:

a) Os artefatos - a finalidade de todas as operações técnicas, o resultado procurado.

b) As matérias-primas - pertencem ao ambiente conhecido pelo grupo, se refere ao meio geológico, natural e mitológico.

c) Os gestos - estão relacionados à psicomotricidade: a mão, o corpo, a ação aprendida e desempenhada, agem em função de ordenamentos do cérebro.

d) O saber-fazer - corresponde às habilidades cognitivas e conjunto de conhecimentos correspondido em competências e performances. Corresponde a técnica efetiva, as cadeias operatórias mentais e o conhecimento coletivo.

Tudo gira em torno de técnicas, mas técnicas pressupõem pessoas, comportamentos e gestos que criam os sistemas técnicos e a variabilidade de artefatos usados e ensinados ao longo do tempo.

2.1. Comportamentos Técnicos

Leroi-Gourhan (1987) propõe que o comportamento técnico da humanidade se manifesta em três níveis: o nível específico, o nível sociotécnico e o nível individual. No nível específico, a inteligência técnica humana está ligada à sua genética, ao seu comportamento biológico. No nível sociotécnico, a inteligência humana comporta-se como um coletivo, sob efeito dos aspectos de ensino de aprendizagem dos laços étnicos e por meio de uma memória operatória social e transmitida pela linguagem: “o indivíduo encontra-se em presença de um corpo de tradições próprias à sua etnia” (LEROI-GOURHAN, 1987, p. 22). Por fim, no nível individual:

A espécie humana apresenta igualmente um carácter único, o indivíduo por si só, possui a possibilidade de confrontar situações simbólicas, o indivíduo está em condições de se emancipar simbolicamente dos laços simultaneamente genéticos e sócio-técnicos (LEROI-GOURHAN, 1985, p. 21).

No âmbito das chamadas cadeias operatória maquinais, ligadas na essência das práticas cotidianas humanas, manifestam-se programas operatórios adquiridos pela aprendizagem durante a infância e adolescência do indivíduo, seja por meio de comunicação verbal, imitação ou ensaio e erro. Apenas em situações acidentais, imprevistas, é que a consciência adquire um papel preponderante, visando à readequação da cadeia operatória à nova situação (BALFET, 1991). Boa parte de nossa atividade técnica enquadra-se nessa categoria sociotécnica maquinai.

Segundo Perlès (1992), ao tratar especificamente de estudos sobre ferramental lítico, toda atividade técnica está ligada a um pensamento abstrato, um esquema conceitual, que direciona todas e quaisquer decisões na produção dos artefatos. Esse processo interfere e exige a aplicação de estratégias que permitem que decisões sejam tomadas. Onde se faz necessário organizar nossa unidade mínima para descrever e interpretar as atividades técnicas em contextos, tornando-se fundamental definir seus elementos essenciais a partir das quais serão estabelecidos os critérios (FOGAÇA, 2003).

Como exemplo, Fogaça (2003) indica que os processos de lascamento dos artefatos líticos podem ser definidos como cadeias operatórias maquinais. O artesão deverá recorrer constantemente à consciência para solução dos imprevistos e para adaptar-se às particularidades de cada bloco de pedra, mas essa consciência atua nos limites impostos pela tradição (esquemas conceituais e conhecimentos técnicos). Seja na produção de artefatos líticos ou qualquer outro processo técnico, na medida em que se caminha pela cadeia operatória de produção de objetos, o artesão sempre irá conscientemente definir qual gesto será o próximo e qual resultado pode ser esperado de acordo com a sua ideia do projeto inicial. Desta forma, a cadeia operatória vai muito além de uma descrição metódica de um processo de produção artesanal. Nela se observa metodologicamente um sistema operacional, para distinguir a forma como as pessoas organizam operações técnicas, dependendo da natureza da aplicação ou causalidade pelo conjunto de restrições e opções (MARTINELLI, 1991, p. 66 *apud* FOGAÇA, 2003), independente de uma suposta complexidade técnica aplicada ao construir um objeto.

Um objeto não necessariamente foi fabricado ou manufaturado, mas possui uma intervenção do comportamento humano, seja simbólica, ideológica ou técnica, ou seja, o objeto é fruto de conceitos culturalmente definidos. Neste ponto voltemos à Mauss (1935) onde a descrição de técnica nos fará chegar ao entendimento de como os significados culturais são atribuídos aos objetos.

Nessa perspectiva tecnológica, o objeto técnico é considerado a partir do gesto que o envolve, que o produz e o faz funcionar. Um objeto é um volume delimitado no espaço, composto de elementos técnicos interativos, capazes de responder a certo número de objetivos (BOEDA, 1997).

Um artefato, além de um objeto (que possui um significado), foi utilizado, modificado ou manufaturado e passa a ser uma extensão do corpo e é encadeado como um processo de atos. Ou seja, um artefato é uma coisa, que não possui significado concreto, mas que sofreu uma transformação humana (RABARDEL, 1995).

A construção de algo é o que lhe atribui sentido, os princípios físicos e materiais são articulados para se dar forma e “vida” a objetos, a conjunto de objetos ou a estruturas e contextos arqueológicos. Vemos a atividade humana como ato de

produção, buscando-se compreender a relação entre os aspectos sociais e culturais e os fenômenos técnicos, levando-nos a pensar na materialização das técnicas como sendo “cultura material”.

A produção de um objeto como parte de uma cultura material constituída, representa uma distinção dicotômica e antagônica entre o natural e o cultural. Segundo Mura (2011), essa dicotomia é entendida como horizontes ontológicos distintos, na qual os fenômenos típicos naturais são separados e considerados distintos dos fenômenos que regem a vida das pessoas. Na pesquisa arqueológica influenciada pela Arqueologia Processual, a cultura é vista como adaptativa e, conseqüentemente, os objetos são vistos com ênfase em seus aspectos funcionais. Uma influência das perspectivas materialistas onde a infraestrutura determina, em geral, a superestrutura.

Essa dicotomia gera duas categorias totalizantes e bem discutidas na antropologia, Natureza e Cultura, onde a natureza seria composta de elementos relacionados por ordens ecológicas e ambientais, enquanto as pessoas seriam resultado de aspectos de expressão social, de um sistema simbólico como nos dizeres de Geertz (1978).

De fato, quando falamos em cultura material de dois povos distintos, somos direcionados a pensar nas técnicas que cada um utiliza para produzir seus objetos. Buscando definir similaridades e diferenças no comportamento humano, representado pelos distintos sistemas de produção, estilo e design dos objetos e artefatos e suas relações com o meio e a paisagem, podemos resumir todo esse contexto de tecnicidade em um sistema técnico.

A arqueologia se articula profundamente nos termos de perda de informação perante não apenas à degradação dos objetos e a perda de uma observação direta (contextos sistêmicos) mas sim, também, as perdas de conhecimento estão nitidamente ligadas às perspectivas teóricas do arqueólogo, pois ela define as maneiras mais plausíveis de se articular metodologias e inferências (GALLAY, 1986, 2002). Numa abordagem etnoarqueológica em contextos etnográficos, visa-se minimizar essa perda de informação. Um exemplo é o estudo de caso de Mura (2011) entre os Kaiowá-guarani do Mato Grosso do Sul, calcado em uma perspectiva da ontologia nativa que consegue considerar irrelevante a “natural” distinção entre

natureza e cultura, demonstrando que os fatores de ordem política e mágica se entremeiam sem delongas com os elementos físicos e químicos (MURA, 2011). Este autor reforça que precisamos de um número maior de elementos para definir as relações técnicas mais a partir das lógicas de uso do que daquelas de produção, já que a quase a totalidade dos seus artefatos Kaiowá era adquirida de outras formas. Contudo, Mura dispunha da observação direta do uso dos artefatos, e em contextos onde a troca de objetos e a confecção estão inseridas em um contexto econômico moderno e frente ao sistema capitalista.

Descola (2002) traz um bom fomento para desvirtuar dessa impregnação dicotômica entre natureza e cultura, não presente nas sociedades ameríndias, às realidades do estudo da tecnologia ameríndia. O conceito de *Objetivação* de Descola nos propõe que:

[...] Objetivar uma nova técnica não significa poder conceitualmente decompor sua cadeia operatória em unidades elementares ou poder pensar seu lugar no interior de um sistema técnico englobante. Objetivar uma técnica supõe que a relação original que ela institui entre o homem e a matéria possa ser representada a partir do estoque preexistente de relações consideradas como logicamente possíveis no interior da totalidade sociocultural que se terá definido de antemão como unidade de investigação (DESCOLA, 2002, p. 97).

Assim, mantém-se a ideia de que a relação entre os humanos e a matéria (LEROI-GOURHAN, 1984) viva ou não viva deve ser objetivável, pois desta maneira podemos tentar compreender as razões de uma determinada escolha e uso de uma técnica.

Por exemplo, Descola (2002) ao estudar os Ameríndios das terras baixas sul-americanas se deparou com o fato da não domesticação animal para fins alimentares entre esses povos, mesmo que, na chegada dos europeus, os índios possuíssem nível técnico similar aos habitantes da Nova Guiné. A razão dessa escolha não seria identificável no arcabouço material, mas derivada de aspectos cosmológicos, na relação anímica entre o homem e os animais. Ou seja, para Descola, diferentemente da Nova Guiné, os ameríndios não podem domesticar os animais para alimentação porque isso iria torná-los objetos, tirando-os da perspectiva de pessoa, descaracterizando a ontologia nativa.

Ingold (1995) considera essa forma dicotômica paralela de operar típica da tradição ocidental, que leva a construir essa relação em torno da oposição homem/natureza, entre humanidade e animalidade, e segundo esse autor, esse tipo de proceder mais cria obstáculos do que ajuda na compreensão dos fenômenos estudados, produzindo contraposições dos fenômenos onde, com muita probabilidade, existe continuidade ontológica. Como vários autores nos mostraram, com ênfase ao perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (1996), onde a natureza é pensada a partir do corpo e do corpo como sentimento, muitos paradigmas nas ciências humanas (e na arqueologia, por extensão) devem ser mudados.

2.2. Objeto Técnico

Simondon (1985 *apud* BOEDA, 2005) está interessado nos processos de individuação do objeto técnico, isto é, a história de como algo passa a ter significado. Processos como esses de individuação podem ser tanto sociais como biológicos ou técnicos. Para ele, o que interessa não é o indivíduo técnico, a máquina ou o objeto, mas o processo de individuação, que aparece por meio da série dos objetos técnicos. É também somente por meio de uma série que é possível entender a lógica evolutiva dos objetos técnicos. Assim, o desenvolvimento dos objetos técnicos responde não apenas a exigências funcionais, mas também, e, sobretudo, às exigências estruturais (MELLO, 2005).

Simondon (2007), preocupado com a gênese e a evolução técnica dos objetos, parte para entender as especificidades e individualidades dos artefatos, e os separa em duas categorias, os objetos concretos e os objetos abstratos.

O objeto abstrato é a soma dos subconjuntos funcionais, cada um caracterizado como um instrumento perfeitamente finalizado, ou seja, é uma solução onde os elementos estão justapostos em uma solução composta. Como exemplo, os plano-convexos da tradição Itaparica (lesmas) constituem objetos abstratos, onde nessas ferramentas cada unidade transformativa teria sido produzida e utilizada de forma independente e, assim como funciona um “canivete suíço”, mencionado anteriormente, estaríamos diante de uma matriz composta por diversos instrumentos (SIMONDON, 2007).

Já o objeto concreto é um objeto que nenhuma das suas partes pode ser separada das outras sem perder seu significado, é uma solução cujos elementos estão integrados, fundidos uns nos outros em uma sinergia de formas, de funções e de funcionamento, com o fim sendo, eventualmente, a redução das dimensões, bem como a redução do gasto de energia. O objeto concreto é o resultado de uma evolução que, por meio de uma espécie de convergência interna, de adaptação a si mesma, leva à sinergia de seus diferentes componentes (SIMONDON, 2007). Ou seja, uma flecha, ou ela é fabricada como uma flecha, composta de ponta (haste) e pena para ser usada em um arco adequado ao seu tamanho, ou ela não irá agir em sinergia e não irá concluir seu objetivo com êxito, ou ela é uma flecha, ou não é. Ela pode ser uma flecha usada em outra atividade, mas não será uma flecha nesse momento, assim como podemos apertar parafusos com uma faca, no momento do uso, a faca é uma chave de fenda.

Existe uma lógica do objeto que ao fim de uma evolução técnica conduz do conceito de abstrato ao concreto. Assim, o princípio geral de evolução para os objetos técnicos é a evolução de um estado “abstrato” de elementos justapostos, para um estado “concreto” de integração de funções num modo sinérgico. Nessa forma concreta, o objeto técnico pode se tornar tão especializado que não pode ser modificado para responder mesmo às menores modificações, seja por motivos funcionais ou ambientais (MELLO, 2005; BOEDA, 2005).

A corrente inabilidade em distinguir, nos artefatos, a diferença entre trabalho e função, é consequência da dissociação entre o princípio e a técnica. Eles correspondem a duas questões que emergem quando confrontadas com um objeto não familiar: “o que é isso?” (nome/tipologia), “para que é isso?” (função) e “como isso trabalha?” (funcionamento), ou seja, o nome é apenas uma categoria de classificação, e a função refere-se ao objetivo do objeto e o funcionamento corresponde a uma ação. No entanto, nada impede que determinado artefato possua sua função e seja utilizado com outra finalidade e funcionamento, da mesma maneira que se usa facas de mesa para apertar parafusos.

O conceito de faca, por exemplo, é ruim, pois, se pensarmos, estamos falando da função do objeto quando dizemos que a faca é usada para cortar. Mas “cortar” não é uma função. Cortar é ação, é uma categoria de modo de funcionamento. Para

“cortar” ser uma função, devemos saber exatamente o que vai ser cortado, em que contexto e com qual propósito. Em outras palavras, precisamos saber de que operação estamos falando e isso pode criar problemas em contextos arqueológicos (SIGAUT, 1997 *apud* MELLO, 2005). Um nome pode não definir um objeto.

Sendo assim, observando-se apenas as formas, sob uma perspectiva tipológica “clássica”, o artefato será, ao menos num primeiro instante, abstraído de sua gênese (BOËDA, 1997) e do porquê de seu abandono, de tal maneira que se retêm como *a priori* a ideia de que a forma do objeto corresponde ao conceito preestabelecido e não a possíveis acidentes de percurso, reapropriações do instrumento para novos usos ou mesmo diferentes funcionalidades. Logo, pode-se perceber que reapropriações, remanufaturas e reutilizações não fazem parte de um objeto concreto.

A relação entre abstrato e concreto não tem uma relação direta com os conceitos de curado e expedito (Binford, 1979), pois os primeiros termos se ligam à gênese dos objetos, enquanto que o segundo, à função que cada objeto desempenha. Contudo, cabe que todo objeto concreto trata-se de um objeto formal, mas não indica que objetos abstratos sejam expeditos.

Vê-se que as concepções teóricas que permeiam as etapas de produção dos objetos, mas para o objeto técnico ser considerado um instrumento, não o reduzindo apenas ao artefato, se faz necessário enxergá-lo como uma entidade mista, ou seja, é preciso defini-lo de maneira que o instrumento passe a ser uma entidade composta que compreende o aspecto do artefato produzido, e outro sobre os esquemas de utilização (RABARDEL, 1995).

Para Rabardel (1995), as atividades envolvidas com os instrumentos estão ligadas em um esquema com três polos em interação mútua: o sujeito, o objeto e a matéria a ser transformada. Em uma tríade sinérgica.



Figura 19 – Objeto como entidade mista. Fonte: CARMO JR, 2015.

Logo, os instrumentos passam a ser entendidos a partir de duas partes. Uma, ligada ao processo de produção, e outra aos sistemas de utilização, denominados pelo autor como Situação de Atividade Instrumentada (SAI), sendo possível perceber as relações dos três polos. Segundo Mello (2005, 2007), estas partes mantêm certa individualidade, um esquema de utilização pode corresponder a vários artefatos e um artefato pode obedecer a diferentes esquemas de utilização. Rabardel (1995) e Boëda (2001) relacionaram a estes conjuntos os conceitos de instrumentalização e instrumentação.

Os **processos de instrumentalização** estão relacionados aos meios de produção e a transformação do objeto técnico (estrutura, funcionamento) (RABARDEL, 1995). O objeto está constituído por características intrínsecas e extrínsecas, sendo as primeiras designadas às peculiaridades da matéria-prima a ser trabalhada, como por exemplo, disponibilidade e qualidade. Já as características intrínsecas estão ligadas a análise estrutural do objeto técnico, sua morfologia, volume e qualidade do gume, para citar alguns exemplos. Estas características refletem as características do saber fazer de um grupo (BOËDA, 2001).

E os **processos de instrumentação** tratam do objeto em ação, do modo de seu funcionamento. É o objeto em ação (LEROI-GOURHAN, 1984), a relação entre as características transformativas como as características de prensão (VIANA,

2005). Tratar de funcionamento é um tanto quanto complexo, pois o funcionamento depende do gesto, do artefato-mão e da mão-material.

Metodologicamente, a proposta é criar meios de análise onde ambos os processos possam ser inferidos. O primeiro mais comum à arqueologia e o segundo à contextos etnográficos.

De acordo com Lepot (1993 *apud* BOËDA, 1997; VIANA, 2005) o instrumento apresenta três áreas sinérgicas funcionais: receptiva, preensiva e transformativa. Cada uma destas partes pode ser constituída de uma ou mais Unidades Técnico-Funcionais (UTF).

As UTFs podem ser definidas como “um conjunto de elementos e/ou características técnicas que coexistem em uma sinergia de efeitos” (MELLO, 2005). As UTF's receptivas são responsáveis por colocar o instrumento em funcionamento, a preensiva permite ao instrumento trabalhar e a transformativa tem a propriedade de transformar a matéria.

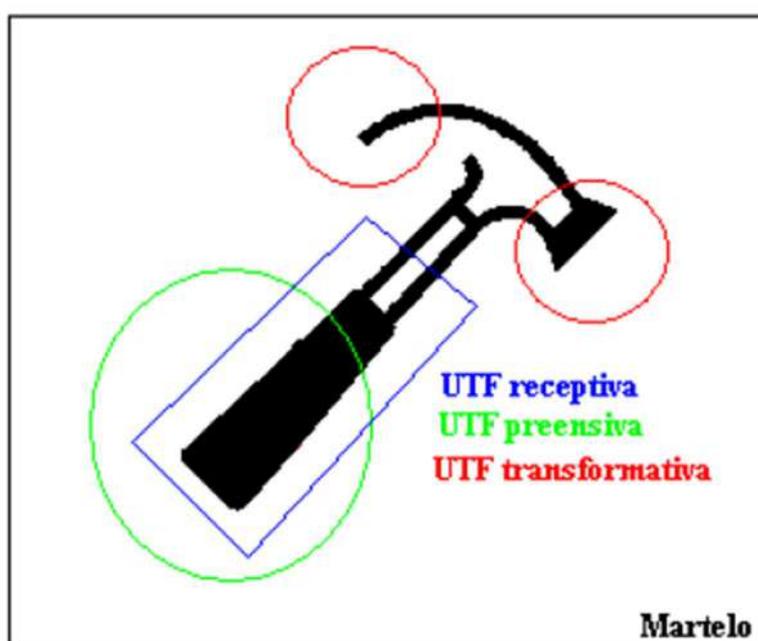


Figura 20 – Ilustração das diferentes partes de um instrumento e suas respectivas UTF's. Fonte: CARMO JR, 2015.

Cada uma destas áreas, segundo Boëda (1997), é composta por Unidades Técnico-Funcionais (UTFs), ou seja, elementos técnicos caracterizados por ângulos, superfícies e fios, e que contribuem para o desenvolvimento de uma atividade técnica. Seguindo esta abordagem, essas unidades podem ou não estar relacionadas umas às outras, mas, de alguma maneira, sempre estão relacionadas ao instrumento (tríade) como um todo.

Na figura abaixo, vemos como essa relação tríade está dinamizada nas combinações dos contatos entre as UTFs, verificando sempre que o gesto é fundamental na observação do objeto, o instrumento. No primeiro quadro observamos como a superfície receptiva de força é a mesma que a superfície preensiva, mas é diferente da transformativa; no segundo quadro, a unidade receptiva é diferente da preensiva, mas é a mesma que a transformativa. Lembre-se do gesto ao colocar uma cunha em uma enxada. No terceiro caso, todas as unidades funcionam em sinergia, como um disco lançado; no quarto quadro, a receptiva de força e a transformativa fazem parte da mesma estrutura, enquanto a preensão é fixa; no quinto e último quadro, as três unidades são estruturas diferentes, mas não deixam de funcionar juntas.

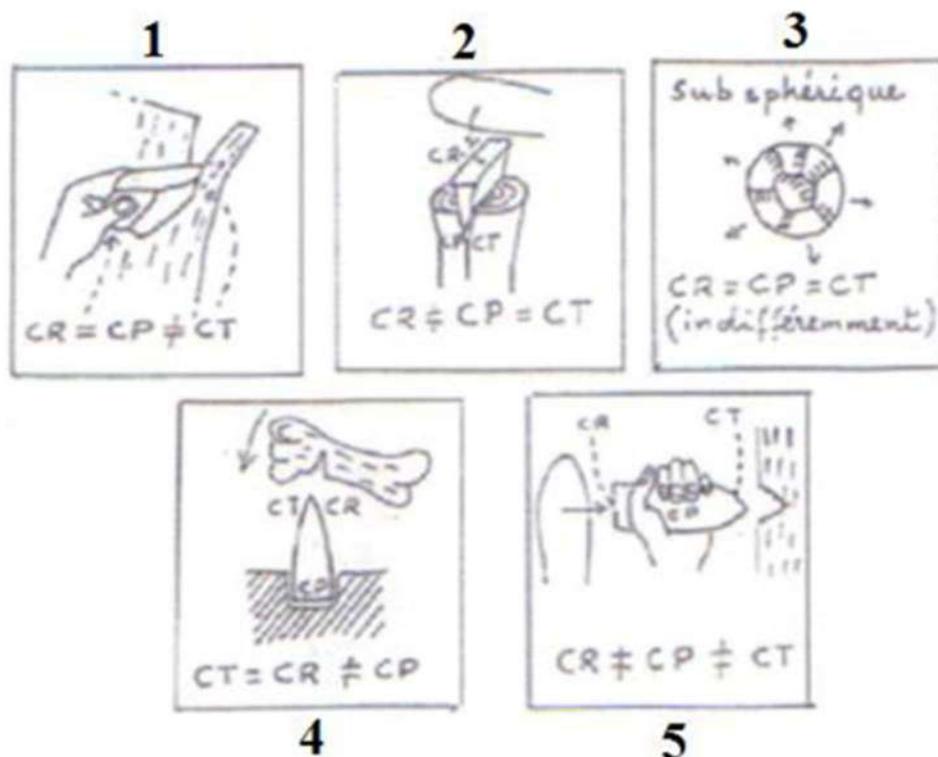


Figura 21 – Ilustração da relação entre UTF's. Fonte: BOEDA, 1997.

Assim podemos detalhar melhor as UTFs transformativas (UTF-T), que são formadas por plano de bico, caracterizada como a parte que entra em contato com a matéria, a zona ativa do bordo, que deve possuir características relativas à sua ação técnica e ser mais resistente à matéria a ser transformada (BOËDA, 1997).

As UTFs só sistematizam as relações entre o gesto e o funcionamento dos artefatos, demonstrando metodologicamente as preensões realizadas, pois um artefato só funcionará corretamente com a preensão e o gesto adequado. Preensão é a forma de segurarmos o objeto. Segundo Leroi-Gouhran (1984), ela apresenta quatro categorias:

- Agarrar - refere-se ao modo de prender o objeto com uma superfície recurvada, sem o uso do polegar;
- Pinçar - corresponde às atividades interdigitais, em forma de pinça, que têm, inclusive, maior efeito de precisão; preensão digitungular;
- Prender – refere-se ao modo de segurar (prender) em que há uma relação completa entre os dedos e a palma da mão;
- Conter - corresponde à junção de duas mãos para a manipulação de líquidos e grãos.

Assim, delineamos nossos conceitos sobre a tecnologia, as cadeias operatórias e a relação instrumento-meio-objeto que irá nortear as metodologias aplicadas sobre os objetos e a luz que irá refletir sobre as interpretações sobre os artefatos e sobre as indústrias.

Inglod (2007) propõe que os objetos, longe de serem uma incorporação de uma ideia mental como elementos fixos de uma paisagem, estão em permanente movimento, envolvidos nos fluxos gerativos do mundo. Logo, os artefatos são o produto dialógico entre a matéria-prima e os atos e ideias relacionados à produção de algo. A relação com as pessoas é estabelecida porque as propriedades físicas mencionadas modificam a percepção humana e suas ações.

Percebe-se que até o momento, apesar da bibliografia apresentada ser proveniente de pesquisas sobre artefatos líticos, não distinguimos os artefatos por sua natureza e matéria-prima. Gaspar & Rodrigues (2020) questionam a separação de

objetos de interesse para pesquisas arqueológicas a partir de critérios de qualidade de degeneração, entre perecíveis e não perecíveis, onde os primeiros eram encontrados em sítios somente em condições especiais de preservação ou de maneira indireta, a partir de outros vestígios (ou em coleções etno-históricas), enquanto os segundos resistiram mais facilmente às intempéries no registro arqueológico, afirmando que tal divisão não significa que os objetos tenham sido concebidos e classificados a partir deste critério pelos povos que os produziram.

A princípio, por uma questão metodológica e para facilitar a observação, os objetos foram separados de acordo com essas duas grandes categorias: as coleções perecíveis - que contemplam os artefatos em fibras, madeiras, couro, ossos e demais vestígios que se perdem com o tempo - e as coleções líticas, que a priori podem possibilitar comparações diacrônicas e sincrônicas entre contextos arqueológicos e sistêmicos.

A amplitude do acervo Xetá contempla uma série de artefatos provenientes das mais diversas matérias-primas, para as mais diversas funções e segue como um fio contido da perspectiva sobre os artefatos e suas relações contextuais, a Gestão da Matéria-Prima, que Perlès (1987) propõe para os líticos, mas suas colocações podem ser ampliadas para todo o acervo material. Como método, cada tópico pode ser uma observação ou uma inferência:

1. Abundância de matérias-primas localmente disponíveis (observação).
2. Qualidade das matérias-primas localmente disponíveis (observação).
3. Necessidade técnica e limitações funcionais (observação).
4. Qualidade funcional das matérias-primas localmente disponíveis (observação).
5. Tempo gasto e disponível para a aquisição da matéria-prima (inferência).
6. Conhecimento das fontes distantes (observação).
7. Contexto socioeconômico (inferência).
8. Custo para aquisição de matéria-prima (observação).
9. Tradição do grupo (inferência).

Essas observações e inferências sobre como os Xetá gerem suas matérias-primas podem nos informar não só sobre a primeira fase da cadeia operatória, mas como se dá a relação entre as pessoas e os aspectos naturais da paisagem. O estudo da gestão de matéria-prima recobre as formas e contextos da exploração, utilização e

fluxos das matérias-primas em uma determinada coleção. Ela põe, com efeito, as seguintes questões: quais foram as diferentes matérias-primas utilizadas? De onde elas provêm? Sob que formas elas eram introduzidas nos contextos de descarte? Com que fins elas eram levadas, e para onde? Trata-se, pois, de interpretar as diferentes estratégias utilizadas na exploração de matérias-primas variadas em função de dificuldades de provisionamento, de sua qualidade de manufatura e de utilização ao qual se destinava.

Desta forma, como Neves de Souza (2021) propõe a necessidade de um olhar que não seja “litocêntrico”, e o contexto aqui permite essa observação, de relações entre orgânicos e inorgânicos com certa amplitude de observação dos contextos sistêmicos, pois:

Embora redes, colares, pulseiras e plumárias não sejam categorias que costumam ser encontradas em contextos arqueológicos, estes exemplos pensam os objetos na diacronia, não havendo motivos para crer que a tecnologia da plumária de povos Tupi, por exemplo, tenha sido desenvolvida justamente nos primórdios do Contato (GAPAR e RODRIGUES, 2019).

2.3. Análise Tecnológica nas Coleções Percíveis

O termo “tecnologias percíveis” vem sendo usado nas pesquisas arqueológicas para se referir a todo o sistema técnico relacionado a materiais de origem animal e vegetal (RODRIGUES *et al.*, 2021). Conchas, dentes, chifres, ossos, penas, couro, madeiras, fibras, taquaras, cestarias, resinas e as diversas matérias-primas provindas destes reinos e presente nas mais diversas classes de objetos de forma isolada ou em conjunto com outros materiais orgânicos, inorgânicos e/ou metafísicos.

Para o estudo dos objetos percíveis, Pearce (1994) propõe uma análise a partir da observação de quatro características: material, história, ambiente e significado. Velthem (2012) propõe uma análise mais enfática, abrangendo questões da matéria-prima, as técnicas de observação, seus aspectos formais e função, necessitando ser associado aos seus aspectos estéticos, econômicos e de significação epistemológica. Contudo, nos estudos etnológicos carece de uma metodologia enfática sobre os artefatos, assim como existe para o arsenal lítico e

cerâmico bastante consolidado na arqueologia, e volta-se primariamente a aspectos identitários específicos, e não a abordagens gerais.

Essa pouca atenção aos perecíveis pela arqueologia, reflete claramente que a preocupação da disciplina se dá com o que se preserva com mais facilidade, do que com as perspectivas das relações entre as pessoas e os inorgânicos (RODRIGUES *et al.*, 2021; NEVES DE SOUZA, 2021).

No que se refere às relações espaciais, Pearce (1994) reforça a necessidade de plotar a distribuição dos artefatos na paisagem. Observa que estudar uma coleção etnográfica não é tão diferente de estudar objetos escavados arqueologicamente. Contudo, na arqueologia, possui-se muito mais protocolos e métodos analíticos para quantificar e qualificar os objetos, enquanto os etnográficos possuem uma vivência destes objetos, pois os perecíveis estão integrados aos saberes técnicos.

Ao tratar de coleções etnográficas, e se descrever suas cadeias operatórias e sistemas técnicos, tem-se que ter claro que, assim como na arqueologia as informações se perdem com o tempo, as coleções etnográficas constituem um resultado direto de uma coleta, a qual é regida pelos princípios de quem a coleta em um determinado contexto social, pois é o colecionador que decide sobre a natureza da própria coleção, o que implica tanto no que é selecionado, bem como no que é rejeitado (VELTHEM, 2012). Entretanto, verifica-se que determinadas coletas etnográficas enfatizam as peças que foram efetivamente usadas, pois apenas o uso poderia conferir autenticidade ao objeto (BAZIN, 2002 *apud* VELTHEM, 2012). Ou seja, evita-se peças “para inglês ver”, o que não existe descrito no acervo do MAE-UFPR.

A proposta é criar uma observação dos sistemas técnicos que contemple diversos fenômenos observáveis e inferenciais dos seus atributos e propriedades (GALLAY, 1986), calcado nos princípios apresentados de cadeias operatórias (LEROI-GOURHAN, 1984; PELEGRIN, 2005), gestão de matéria-prima (PÈRLÉS, 1987) e funções e funcionamentos (LEROI-GOURHAN, 1984; BOËDA, 1997).

Propriedades:

- Físicas (dureza, composição química, cor, fraturas, matérias-primas...)
- Geométricas (forma, dimensões, design)

- Semiológicas (signos, desenhos, ornamentações, decorações)

Atributos:

- Lugar (onde foi encontrado?)
- Tempo (de quando data o objeto?)
- Função (para que serve?)
- Funcionamento (Como ele funciona?)
- Manufatura (como o objeto foi produzido?)

Esses pontos vêm organizar o fluxo analítico e incorporar uma visão metodológica dos artefatos sob uma vista dos saberes técnicos. Uma observação ampla, mas metodologicamente orientada, permite concatenar os dados comparativamente caso necessário, e permite ter sob a mesma observação uma série de matérias-primas e fenômenos distintos, sem perder o foco de entendimento das relações entre os artefatos, as suas matérias-primas, seus gestos e o saber-fazer Xetá. Para resolver certas questões, a observação do material perecível se deu em forma qualitativa e descritiva de cada objeto acondicionado em uma tabela, e seu resumo segue no anexo 01.

Complementando essa visão tecnológica da materialidade acervada, foi utilizado como fonte documental uma série de informações contidas em diversos suportes, que foram vistas em um primeiro momento como um exercício livre de interpretação sobre os objetos e posteriormente como uma consulta orientada dos pontos colocados. Foi consultado:

- KOZÁK, V. A história xetá Kozák traduzido. Mimeografado, 1979.
- LAMING-EMPERAIRE, A.; MENEZES, M. J.; ANDREATA, M. D. 1978. O trabalho da pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados, Estado do Paraná. Coleção Museu Paulista: série ensaios, n.2: 19-82.
- Fotos relacionadas do acervo Xetá no MAE-UFPR e do Museu Paranaense. Quase sua totalidade de fotos tiradas por Vladmir Kozák durante os anos de expedição junto aos Xetá da Serra dos Dourados.
- “Os Xetás da Serra dos Dourados”, filme realizado pelo Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, dirigido e comentado por José Loureiro Fernandes,

dito por Arnaldo Jabor, adaptação por Ana Maria Mochcovitch, imagem por Vahdmir Kosak (*sic*), montagem por Philippe Luzuy, conselheiro por Odette Emperaire e direção C. F. E. por Louis Boucher. Apresentado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, pelo comitê do filme etnográfico Museu do Homem Paris e pelo Centro Nacional de Pesquisas Científicas.

- Série de entrevistas (e suas transcrições) realizadas na reserva técnica com representantes Xetá, corpo de pesquisadores e pesquisadoras do museu e alunos e alunas:
 - Entrevista realizada dia 26/09/2018 na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Presentes: Kelsin da Silva, Dival da Silva, Claudemir da Silva, Michael da Silva, Fátima da Silva e Verônica da Silva, Luana Souza, Lilianny Passos, Gabriela Freire, Ana Clara. Observam fotos que estão na mesa e também fotos apresentadas em um computador.
 - Entrevista realizada dia 26/09/2018 na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Sentados em uma mesa na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Paraná estão: Kelsin da Silva, Dival da Silva, Claudemir da Silva, Michael da Silva, Fátima da Silva e Verônica da Silva, Luana, Lilianny, Gabriela, Ana Clara.
 - Entrevista realizada dia 26/09/2018 na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Sentados em uma mesa na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Paraná estão: Kelsin da Silva, Dival da Silva, Claudemir da Silva, Michael da Silva, Fátima da Silva e Verônica da Silva. Colocados sobre a mesa, encontram-se diversos objetos do acervo Xetá, como arcos e flechas.
 - Entrevista realizada dia 25/09/2018 na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Sentados em uma mesa na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Paraná estão: Kelsin da Silva, Dival da Silva, Claudemir da Silva e Michael da Silva. Colocados sobre a mesa,

encontram-se diversos objetos do acervo Xetá, como arcos, flechas, cestarias, etc.

- Reunião da Reserva Técnica do MAE-UFPR, dia 16 de novembro de 2017, com Laura, Lilliany e os Xetá Claudemir e Dival.
- Entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018 com a presença de Claudemir, Dival, Douglas, Laura, Lilliany e Luana.
- Entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 06/06/2018 com Claudemir, Dival, Douglas, Laura, Lilliany e Luana.
- Catálogo de peças Xetá no MAE-UFPR (no prelo, previsão de lançamento em 2023).
- Informações agregadas ao acervo por meio de fichas e etiquetas junto ao acervo.

Concatenando todas essas informações, foram elencadas algumas categorias:

- Ferramentas: são artefatos que possuem como característica principal a função e a funcionalidade de construir novos artefatos. Como formões, talhadores, perfuradores.
- Armas: a categoria de armas contempla os artefatos que possuem a finalidade de causar dano. Seu processo de instrumentação reside no ato de força e potencial de combate e caça. Arcos, flechas e bordunas se encontram nessa classe técnica.
- Adornos: artefatos dotados de uma preocupação corporal, da maneira de se mostrar. Sua construção é variada, bem como suas matérias-primas, mas seus aspectos semiológicos são identificadores (status, étnicos), embelezadores e construtores de corpos.
- Sinalizadores e musicais: artefatos que possuem como principal característica emitir sons.
- Trançados: inclui-se todos os artefatos feitos em palhas trançadas ou em taquara trançada.
- Os cirúrgicos e médicos são incluídos como artefatos relacionados a saúde e religiosidade como princípio.
- Pilões: categoria que abarca os artefatos utilizados para triturar alimentos.

- Cordões, fios e tecidos: são manufaturados de fibra têxtil torcida, entrelaçada ou lisa, com a função de amarrar, costurar, prender, fechar, segurar e pendurar. Muito utilizada na construção e confecção de outros artefatos, seja na totalidade ou em parte.
- Recipientes: categoria que contempla artefatos de manufatura rápida com a finalidade de armazenamento, seja de líquidos ou sólidos.
- Amostras: trata-se de uma categoria que não possui, em um primeiro momento, um caráter analítico. São diversos fragmentos e porções de plantas, frutas, patas de animais, insetos e demais porções ou fragmentos de não humanos. Contudo, as amostras foram observadas uma a uma, com a percepção de se identificar artefatos manufaturados ou não, e as peças encontradas tiveram seu cadastro atualizado.
- Corpos: essa categoria é uma categoria de reflexão, pois segundo Mauss (1935), o corpo é a primeira ferramenta, e Warnier (2001) complementa que os objetos são uma extensão deste corpo. Os corpos são as materialidades pelos quais os gestos se manifestam, produzem artefatos e identidade.

O foco da análise nesta tese, conforme explicitado, é nas ferramentas e armas.

2.4. Análise Tecnológica Em Artefatos Líticos

A abordagem tecnológica aplicada nos artefatos em pedra já possui uma ampla e discutida base teórica em várias vertentes de entendimento, mas o cerne é a leitura dos estigmas de lascamento que foram formados nas superfícies das peças durante as operações técnicas realizadas pelas artesãs e pelos artesões. Essa leitura permite e busca entender as intenções de quem produz (PELEGRIN, 1995) e tem como finalidade uma caracterização técnica da produção dos diferentes instrumentos líticos (LOURDEAU, 2006).

A leitura dos estigmas foi caracterizada por observações etnográficas e mecânicas de fraturas, em especial a fratura conchoidal, que consiste na separação de planos naturais em matérias de composição homogênea e amorfa (isótropa). A fratura conchoidal opõe-se à fratura plana, ou, mais propriamente, à clivagem.

Mecanicamente, a fratura conchoidal inicia-se com a formação de um cone hertziano no ponto onde foi aplicada a força. No lascamento o ponto de impacto situa-se na margem da superfície do plano de debitage (talão) resultando na formação de um cone hertziano parcial, onde recebe a nomenclatura de Bulbo (esfera de *Boussinesq*). Essa é a característica clássica de uma fratura conchoidal em uma rocha frágil utilizando-se uma percussão direta dura (DAUVOIS, 1976).

No entanto, essa fratura cria uma série de outros estigmas de lascamento, como estilhas, ondas, esquilha bulbal e lancetas, que de acordo com a matéria-prima podem ou não ocorrer. Entre experimentações recreativas, verificamos que nos sílexitos e quartzos, esses estigmas estão sempre presentes, em maior ou menor grau. Rochas pouco silicosas, mais granulométricas ou resistentes ao impacto, costumam não apresentar esquilhas, lancetas ou mesmo ondas (CARMO JUNIOR, 2015).

Esses estigmas são resultantes das técnicas de lascamento, em especial do tipo de percussão e o tipo do artefato que se percute. As percussões diretas duras, em geral, apresentam ponto de impacto visível, cone de percussão marcado, estrias bem visíveis, bulbo de percussão proeminente, ondulações potentes, talão espesso e produzem lascas mais largas e espessas. Lascamentos utilizando percussão direta macia (ou branda) apresentam a fratura de uma maneira um pouco diferente. São lascamentos produzidos por percutores de madeira, osso ou chifre, apresentam um ponto de impacto não visível, cone não visível, estrias não visíveis, bulbo de percussão difuso, talão fino e lábio no ângulo do talão com a face interna produzindo, em geral lascas longas, finas e curvas (INIZIAN, 1995).

Ainda assim, baseado em experiências de lascamento não sistemáticas, alguns gestos específicos e matérias-primas que apresentam uma dureza menor e percutores duros mais leves, podem produzir estigmas como percussão direta dura. No entanto, a escolha do percutor é relativa ao resultado final que o artesão planeja. Contudo, não temos registro etnográfico do uso de percussão macia entre os Xetá e nem durante a observação do material, por meio da apresentação sistematizada de sequências ou fases, quando inicia e termina o processo de produção de um dado objeto e de sua cadeia operatória. Tais procedimentos não apresentam um encadeamento linear, podendo se intercalar ao longo da cadeia de produção.

Enquanto instrumento analítico de indústrias líticas, a cadeia operatória apresenta um limite, ou seja, seu início e seu término e mesmo as diversas fases que a compõem são determinados por quem a define (LEMONNIER, 2002). De forma geral, nesta pesquisa, já delimitamos o acervo perecível, e o lítico tem em sua manufatura mais elementos: economia de matéria-prima, debitagem, façonagem e retoque.

A economia de matéria-prima pode ser um dos principais norteadores da indústria. A utilização diferenciada de matérias-primas pode ser relacionada a produção de determinados instrumentos, culminando na aplicação de métodos e técnicas de lascamento distintas. Assim vale diferenciarmos alguns termos, como método e técnica de lascamento, onde o método é o agenciamento racional de certos gestos executados a uma (ou várias) técnicas, ou seja, método é um esquema conceitual sistematizado dentro de uma cadeia operatória destinada a obter produtos pré-determinados (INIZIAN *et al.*, 1995; RODET; DUARTE-TALIM; SANTOS JUNIOR, 2013). Já a técnica de lascamento podemos definir como a modalidade de execução das retiradas, como o material foi lascado, percussão direta dura, pressão, debitagem por arremesso, picoteamento, entre outros (RODET; ALONSO, 2004). Conceitos que interpretamos a partir da leitura dos estigmas de lascamentos.

A primeira fase inclui o transporte das matérias-primas, os lascamentos iniciais para retirada do bloco matriz. Trata-se, pois, de interpretar as diferentes estratégias utilizadas na exploração de matérias-primas variadas em função de dificuldades de provisionamento, de sua qualidade de lascamento e da utilização a qual se destinava.

Por debitagem entendemos como “a ação intencional de fracionar um bloco de matéria-prima com o objetivo de o utilizar “bruto”, retocar ou façonar os produtos obtidos” (INIZAN *et al.*, 1995, p. 143). Ou seja, a debitagem consiste em produzir retiradas, em detrimento de um bloco, que servirão imediatamente como instrumentos ou que será o objeto, num segundo momento, de uma transformação em instrumento (BOËDA e FOGAÇA, 2006).

Boëda e Fogaça (2006) criaram uma escala que explica seis níveis dos sistemas de debitagem, agregando dos níveis mais simples aos mais estruturados e complexos, sendo agrupados em dois subconjuntos. O primeiro subconjunto reúne os sistemas técnicos de produção que só necessitam de uma parte do bloco, sendo que

o restante não desempenha nenhuma função técnica. As características tecnofuncionais procuradas são limitadas a uma parte dos suportes retirados. O segundo subconjunto reúne os sistemas técnicos de produção que necessitam do bloco totalmente configurado para alcançar seus objetivos. As características tecnofuncionais dos instrumentos são em grande parte obtidas durante a debitagem, ou seja, os suportes produzidos são cada vez mais próximos dos futuros instrumentos.

Quanto a esta sucessão de níveis, poderíamos tratar como uma linha evolutiva, segundo Simondon (2007), onde os objetos técnicos partem do abstrato para o concreto, um processo de simplificação, com restrições baseadas na economia, quantidade de matéria-prima, de trabalho e ao custo de consumo de energia. Mas o objeto deve-se manter em funcionamento o maior tempo possível, ou seja, é uma questão de melhor aproveitamento sobre o custo x benefício.

Voltando às fases, temos as etapas de redução da matriz ou suporte, que chamamos de façonagem. Significa dar a forma, formatar. Assim, nesta fase são feitas séries de lascamentos buscando a forma e o volume desejado do instrumento, com base, sempre, na imagem mental dele (INIZIAN, 1995). Ou seja, façonagem é uma etapa da produção dos instrumentos, onde o objetivo é esculpir, moldar e conduzir o artefato ao volume pretendido: “consiste na redução por etapas sucessivas de um bloco de matéria-prima tendo em vista conseguir um instrumento ou uma matriz cujas bordas serão, num segundo momento, arrançadas para a obtenção de vários instrumentos” (BOËDA e FOGAÇA, 2006, p. 676).

Segundo Inizan *et al.* (1995) a façonagem é um método para alcançar uma morfologia específica, seja ela a ponta de um projétil ou uma lâmina de machado. De acordo com Boëda e Fogaça, a façonagem compõe uma “maneira extremamente original de realizar uma forma específica de instrumento” (BOËDA e FOGAÇA, 2006, p. 667). Ainda com os autores, podemos pensar a façonagem dentro dos moldes do segundo subconjunto de debitagem, onde reúne os sistemas técnicos de produção que necessitam do bloco totalmente configurado para alcançar seus objetivos. Ou seja, a façonagem é um sistema de lascamento que opera com um alto grau de predeterminação das lascas. Assim, dentro de uma linhagem dos objetos técnicos, o sistema de façonagem estaria em um grau de concretização avançado.

O artesão quando executa a etapa de façongem visa à obtenção de um volume. Não apenas de uma forma, mas sim de uma série de características técnicas agregadas. Não que o artesão pense em uma lasca com perfil côncavo e nervura em T, mas o seu projeto mental e seu saber fazer “indicam” que ele necessita um volume “X”.

Por fim, temos os retoques, que é basicamente uma fase que consiste na regularização dos gumes dos instrumentos. São retiradas a fim de aguçar, modificar e/ou afiar um bordo de uma ferramenta (INIZAN *et al.*, 1995). Segundo o mesmo autor, devemos observar algumas características nos retoques como: posição, localização, repartição, extensão, inclinação, morfologia e delineação.

Com esses tópicos específicos, temos as últimas etapas da confecção do artefato observadas. Geralmente, nestas duas últimas fases, o volume de massa retirado das peças tende a ser menor, na medida em que o instrumento se aproxima de sua imagem mental.

Os trabalhos realizados sobre os artefatos líticos Xetá não são numerosos e apenas três pessoas realizaram estudos, os etnográficos de Lamming-Emperaire e Miller Jr. e de Merencio nos acervos (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978; MILLER JR., 1979, 2009; MERENCIO, 2014).

A coleção de materiais líticos é composta por 160 peças (contando com os polidos), que a partir das informações do contexto de coleta, Merencio (2014) subdividiu o acervo em duas subcoleções: os artefatos coletados por Annete Laming-Emperaire e os coletados por José Loureiro Fernandes, e essa separação foi incorporada aos inventários.

A subcoleção do Loureiro tem pouquíssimas informações sobre sua origem, deixando dúvida se esses artefatos são todos coletados em acampamentos abandonados ou se parte dele provém de sítios arqueológicos. Essa falta de informação referente às coletas de José Loureiro torna esse material com um aspecto de contexto “arqueológico”.

Já a subcoleção coletada por Annette Laming-Emperaire durante as expedições de 1960, tem local de proveniência o acampamento número 18 (figura XX) próximo à Fazenda Santa Rosa. A análise do lítico Xetá realizada seguiu uma

orientação tipológica e separou as peças em quatro categorias: pedra lascada (lascas, objetos de bloco, núcleos, resíduos de lascamento, fragmentos e seixos lascados); seixos sem marcas de uso; seixos com marcas de uso e pedra polida (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978).

Annette também possui alguns percalços na origem dos artefatos, pois existiu uma preferência em coletar os artefatos mais elaborados em detrimento de lascas ou instrumentos grosseiros, e grande parte das peças coletadas foram solicitadas pela equipe. É perceptível também uma frustração da pesquisadora com os resultados e com desentendimentos com o Tuka, que “demonstra má vontade em traduzir e ignoro o que foi dito” (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978, p. 30)

Sob uma perspectiva de análise tecnológica, juntamente com os seus informantes Kwe e Nheengo, Tom O. Miller Jr. (1979, 2009) descreveu uma técnica de lascamento dos Xetá, o “lasqueamento espatifado”, em que o objetivo é fragmentos e lascas com ângulos abertos (45°-95°) para o trabalho em madeira.

No trabalho de Merencio, segue-se uma mescla entre perspectivas da cadeia operatória (semelhante ao que viemos tratando) e da proposta conductal das análises de sequência reducional. Seu objetivo foi apresentar dados robustos sobre o acervo lítico e gerar dados comparativos para o acervo arqueológico. Essas informações apresentadas pela autora são refletidas frente a outras informações e comentados.

Em laboratório, todos os artefatos líticos Xetá foram observados de forma geral e específica e contrapondo juntamente com a bibliografia já citada. As peças foram triadas em categorias gerais que permitiram a observação empírica:

- Artefato sobre bloco
- Artefato sobre lasca
- Artefato sobre outras matrizes
- Bloco
- Bloco com retirada
- Calhau para pigmentação
- Detrito
- Dúvida
- Fragmento de artefato lascado

Fragmento de lasca

Lâmina de machado

Lasca térmica

Lasca unipolar

Não lascado + percutores - Artefato sobre bloco

Núcleo

Quebra-coco

Remontagens

Com a observação dos artefatos foi possível identificar de maneira rápida e direta os processos produtivos das ferramentas líticas e ter uma visão assertiva ao verificar os dados analíticos já publicados e suas relações com os outros artefatos perecíveis.

3 O fluxo de vivência dos artefatos

A tecnologia Xetá foi muito estudada desde as primeiras expedições, onde parte dos objetivos era o registro dos saberes e fazeres desta população. Como foi visto no capítulo I, o acervo Xetá no MAE-UFPR é composto por uma série de peças provenientes de várias expedições científicas na região do córrego 215. Esses objetos possuem diversas procedências e datas, o que, num primeiro momento foi ignorado, afim de se obter uma visualização macro de toda a coleção.

O MAE-UFPR guarda em suas instalações 402 entradas em seus registros, correspondendo a 104 objetos perecíveis e 127 peças líticas, e como vimos, grande parte destes objetos foram coletados, furtados, pilhados, trocados e comprados durante as expedições científicas lideradas por Loureiro Fernandes. Inicialmente, essas peças eram parte do Departamento de Antropologia, deste modo, hoje, a coleção é referenciada como pertencente a coleção DEAN. A curadoria é responsabilidade da unidade de Etnologia, na sessão de Curadoria e Pesquisa, do MAE-UFPR.

No Arquivo Histórico do MAE-UFPR, existem cerca de 654 registros fotográficos destas expedições científicas, quatro mapas e cópias do filme “Os Índios da Serra dos Dourados” em bitola 16 mm e em VHS, além dos rolos de gravações em fitas magnéticas de áudio. Nem todo material está digitalizado, mas até à escrita desta tese, o material estava em processo catalogação e digitalização.

Acervos etnográficos não são somente testemunhos tradicionais destes povos, mas atuam na afirmação de sua identidade perante a sociedade nacional e na divulgação e conscientização da diversidade de saberes culturais (GASPAR & RODRIGUES, 2020). Portanto, os acervos da coleção Xetá são dinâmicos, estão em movimento e atualização. A cada narrativa sobre eles, se renovam e adquirem novas perspectivas, não só na retomada da memória das narrativas antigas pelos próprios Xetá, mas também pelo discurso sobre essa materialidade produzida por diversas pesquisas atuais.

Os Xetá se referem aos objetos que hoje são parte da coleção etnográfica do MAE-UFPR como as coisas dos antigos ou do tempo do mato, o que os coloca em uma temporalidade do que já passou, quando a vida era boa. Esses objetos contam

histórias sobre essa temporalidade. Hoje eles sabem que precisam desses objetos para uma afirmação étnica, para construção de seu povo enquanto Xetá, carregando uma carga grande de emoções e afetividades que presentificam os antigos (PASSOS, 2021).

Para dar sentido a essa nova informação sobre a coleção, classificamos os objetos com o objetivo de manifestar as definições dos objetos em seu sentido mais descritivo no fluxo de vivência, ou seja, a proposta não é enumerar explicitamente termos de identificação tipológica (ou tesouro) dos artefatos, mas analisar as características e atributos das variáveis tecnológicas envolvido nos artefatos. Posto isso, nossa interpretação dos artefatos segue um modelo calcado em definições conceituais. O termo tecno-tipo pode ser aplicado como uma relação tipológica dos atributos tecnológicos, contextuais e interpretativos sobre determinado conjunto de artefato e basicamente resume a organização das coisas acervadas (CARMO JUNIOR, 2015). Partindo desta premissa, os artefatos Xetá foram classificados em categorias de acordo com suas propriedades e atributos.

Para a análise, foram priorizados os artefatos em que as cadeias operatórias se apresentaram mais completas de informações e de relações entre objetos, que ao concatenar com as documentações e bibliografias etnográficas, tornam-se um testemunho de uma análise mais imbrincada de informações. Desta forma, nossa amostra analítica se concentrou nos artefatos classificados nas ferramentas, armas e pilões.

Essas análises relacionam as observações orientadas sobre tecnologia, o filme sobre os Xetá, as fotografias históricas, as descrições na bibliografia e as entrevistas recentes. A análise reconstitui o papel de cada peça na rede das operações em cadeia, permitindo hierarquizar a coleção (FOGAÇA, 2003) e colocar em foco o objeto em si, as relações entre seus pares humanos e não humanos, bem como seus contextos sociais e econômicos. Uma sinergia interdepende entre a concepção e a realidade na qual a materialidade se exprime. O exercício aqui proposto foi pensar a relação entre pessoas e objetos e refletir sobre como essas relações transformam o mundo em movimento e a vida das coisas (INGOLD, 2011, 2012), no qual “cultura e materiais não se misturam; ao contrário, a cultura envolve-se no universo das coisas

materiais, moldando e transformando suas superfícies externas sem jamais penetrar em sua interioridade” (INGOLD, 2000, p. 340-341).

3.1. Ferramentas

Essa categoria reúne as peças que possuem relação direta com o fazer outras peças. Contudo, sabemos que algumas possuem funcionalidades além deste fato. Estão nesta categoria: perfuradores/escarificador/entalhador; pincéis em pena, formões, o Itánepraká e os demais artefatos líticos lascados e brutos.

3.1.1. Perfurador/Escarificador/Entalhador em dente de roedor.

Os perfuradores (são 3 peças) são artefatos utilizados para perfurar pequenas cavidades na madeira, na produção do tembetá, na confecção das flechas serrilhadas e para o uso ritual como escarificador após a menarca.

A base do artefato é derivada de uma parte da mandíbula de pequenos mamíferos. Nas amostras do museu, os exemplares são de paca (*Cuniculus paca*) e cutia (*Dasyprocta sp.*), mas em Kozák (1979, p. 39) é citada a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) como de grande importância também. Todos são espécies de roedores com captura por meio de armadilhas ou caça de espera com arco. Kozák (1981) indica uma variedade muito maior de espécies:

As mandíbulas de roedores, especialmente as de paca, com os dentes nas cavidades, eram usadas como instrumentos de escavação. Como pontas perfuradoras, utilizavam-se caninos de vários animais, inclusive os diminutos de um rato (KOZÁK, 1981, p. 79).

Contudo, segundo afirma Claudemir, em entrevista sobre as peças, “Paca, isso, a mais adequada” (informação verbal)²⁰, Kozák (1981) também registra a preocupação em proteger os dentes do fogo que mais tarde eram utilizados como utensílios ou ornamentos, sendo que a boca era sempre conservada fechada durante a cocção.

²⁰ Informação fornecida durante entrevista na reserva técnica do MAE-UFPR em 28 de setembro de 2018).

A construção do objeto passa pelas relações alimentares, a sua matéria-prima é parte do componente básico da vida, comer, e sua materialização faz parte de todo esse processo de operações e vivências da paisagem, do conhecimento das paisagens das matas e das paisagens domésticas, do conhecimento dos hábitos desses roedores e dos gestos necessários para criar as armadilhas e tratar a caça posteriormente. A caça que segue padrões específicos de partilha e suas mandíbulas já fazem parte dessa outra cadeia operatória. Essa relação de cadeias operatórias não se dá como um nó, onde as relações são apenas de contato, e nem como uma solda, como um anexo incorporado. As relações são energias realizando trabalhos mútuos em um fluxo contínuo de ações.

Para a confecção após a escolha do seu suporte, uma mandíbula, é realizado uma fratura com um artefato lítico, sem registro, mas há de se pensar em uma peça de gume robusto ou mesmo o uso de um formão, pois faz-se necessário precisão e força. Essa fratura, que separa a mandíbula em duas, finaliza a estrutura do artefato e aparentemente não existe distinção entre parte direita ou esquerda. Conforme o documentário 1959 (em 6'55''), os dentes são lixados em uma rocha, um artefato que se ignorado limita a análise dos dados, pois o lixamento presente nos dentes, não é necessariamente derivado apenas do desgaste do uso pelo animal quando vivo.



Figura 22 – Perfurador em mandíbula de roedor. Fonte: Imagem do autor.



Figura 23 – Perfurador em mandíbula de roedor. Fonte: Imagem do autor.

Como observado no vídeo, os gestos do uso como perfurador são bastantes curtos, com movimentos circulares em um ângulo perpendicular, e a UTFT funcionando como uma broca ao escavar a pequena madeira. Para produção do colar, Kozák descreve que após a limpeza do crânio e o repouso na água de uma lagoa para soltar os dentes, o artesão abria “um orifício transversal, na raiz de cada incisivo separadamente, com um pequeno furador manual, guarnecido na ponta com dente de paca, girando-se para frente e para traz com a palma da mão” (KOZÁK, 1981, p. 88). Vemos assim que se trata de uma peça usada principalmente para construção de adornos e relacionada diretamente com a identidade Xetá, pois os colares são usados por todos, mas um ponto importante é sua relação direta na construção de um Xetá adulto, pronto para casar e assumir responsabilidade. Seu uso vai além da criação mecânica de uma concavidade ou retirar sangue, seu uso faz parte da construção da identidade e de uma maioridade Xetá.

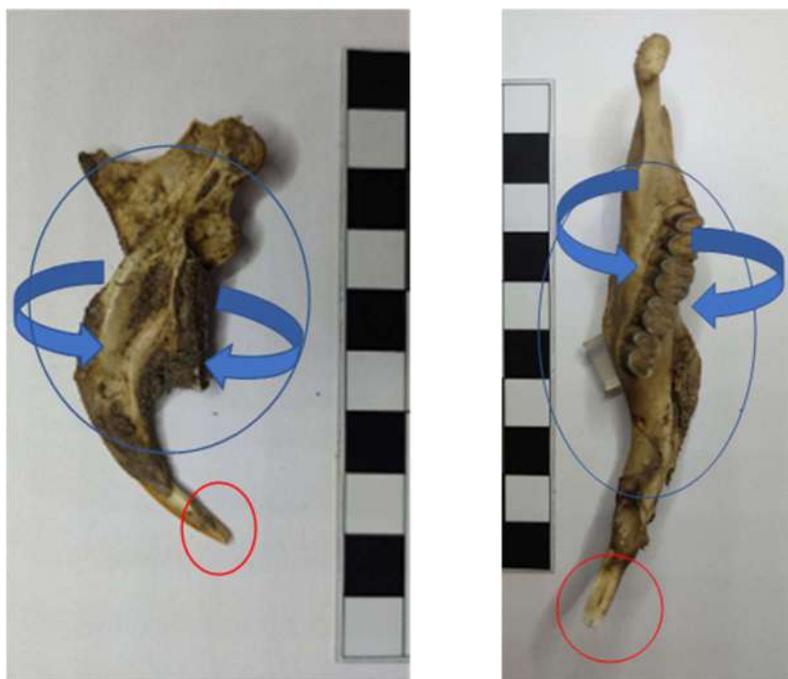


Figura 24 – Perfurador em mandíbula de roedor e exemplo do movimento de utilização e suas áreas funcionais demarcadas. Fonte: Imagem do autor.

Nas imagens acima, temos em vermelho a UTF-T, uma broca com gumes paralelos. Em Azul é a demonstração das UTF receptiva e transformativa do artefato com seu movimento, em duas peças diferentes.



Figura 25 – Detalhe do encaixe anatômico da peça na mão. Fonte: Imagem do autor.

Lucia da Silva (1998) descreve que ao menstruar pela primeira vez, a menina Xetá se reunia com as mulheres da família onde todas choravam, seus pés eram amarrados e sua barriga pintada de vermelho era escarificada por um homem. Em entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018, Claudemir indica o uso do artefato:

Deixava ela isolada. Daí eles pegavam o **dente da paca** e arranhava tudo a barriga da menina, assim [demonstra com gestos de mão na barriga] até sangrar, daí aquilo era o ritual da formação da moça, que daí vinha a primeira menstruação, era só esse ritual e já estava preparada para casar também. Daí para eles já era uma mulher formada, já podia casar (Claudemir, 2018, grifo do autor).

Por outro lado, ainda segundo Claudemir, em entrevista no dia 25/09/2018, também podiam ser usadas as garras para a escarificação, além de informar que o ritual durava cerca de cinco a seis meses de reclusão, um indicativo que a mobilidade do grupo poderia seguir outros elementos além das questões econômicas.



Figura 26 – Perfuradores separados para utilização da manufatura do Tembetá. Fonte: Acervo Museu Paranaense – Coleção W. Kozák – MP. KO. 6937.

Kozák (1979) também indica o uso deste artefato como polidor para finalizar as flechas farpadas o que ele considera como um capricho que os Xetá se dedicavam as armas (Kozák, 1979). Esse uso desperta uma nova forma de uso do artefato, com

outros gestos, na construção efetiva de um outro artefato de prestígio. Kozák (1981) também indica o uso não só na finalização, mas na produção de toda a ponta da flecha. Uma atividade que facilmente associaríamos a um artefato lítico, mas que é usado um artefato em osso, que após recolhido, quase não possui modificação na sua construção.



Figura 27 – Exemplo do uso como entalhador de flechas. Fonte: Imagem do autor.

O uso como entalhador não muda as áreas tecno-funcionais do objeto, apenas o gesto de utilização e consequentemente as marcas de utilização. Que neste caso, deve demandar um tempo maior e um maior desgaste do dente, um desgaste distinto daquele do uso como perfurador. A posição de ataque do gume contra as matérias possui um ângulo diferente, no primeiro caso muito mais próximo dos 90°, enquanto que o segundo atua em uma faixa próxima aos 30-45°.

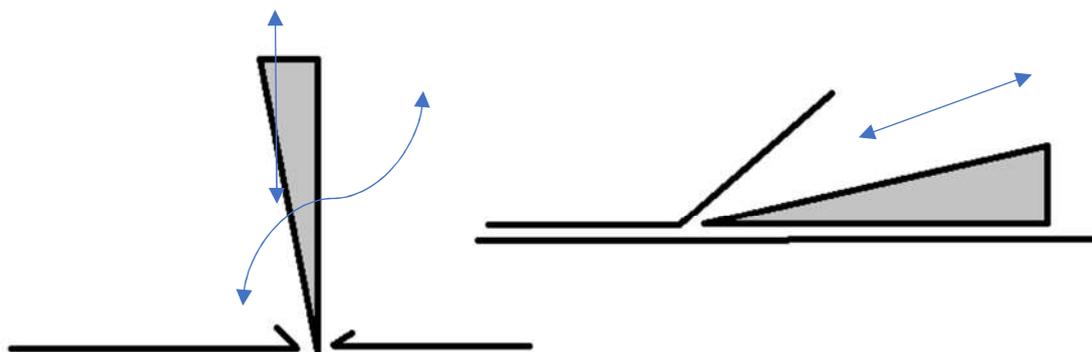


Figura 28 – Ilustração da posição de ataque do perfurador e do entalhador. Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1.2. Pincéis em pena.

Os pincéis (são quatro no acervo) são peças com pouquíssimas informações e são descritos no tesouro. Na ficha de uma das peças é informado que era utilizado para recolher sangue de animais e pincelar gorduras expelidas por répteis comestíveis durante o processo de cozimento. O uso de tinta também é pouco relatado e há registro de pintura corporal em poucos momentos, como no casamento: “Os numerosos convidados vestiam-se de peles de onça e pintavam o rosto com tinta vermelha e negra” (KOZÁK, 1981, p. 96). De qualquer forma, não se observa nenhuma marca de substâncias nas peças ou alteração de cor significativa que possa indicar que foram usadas.

Observando as peças juntas, percebem-se três variações formais e construtivas, em especial relacionado ao tipo e formato da pena e na forma como foi amarrada. Pena longa com amarrações em envira x pena curta com amarração em cera de abelha x pena curta com amarração em fio de corda.

Processos que envolvem basicamente a captura da ave não são descritos, mas a escolha específica de tipos de penas pode também estar associada simplesmente a coleta de penas perdidas na mata. Independente da forma de aquisição, percebe-se que as penas brancas e curtas são similares, e bem diferentes do artefato das penas longas. Entre as formas de amarração, temos a produção da cera (a mesma que confecciona as esculturas de cera) e agregado aos calámos. A peça com corda e envira é amarrada com voltas e nós. O aspecto é de melhor durabilidade com a cera

e com o fio em corda, mas a dúvida recai sobre o porquê destas diferenças, que podem ser escolhas técnicas influenciadas pelo uso ou pela facilidade em finalizar o artefato.



Figura 29 – Os quatros pinceis presente no acervo. Fonte: Imagem do autor.

3.1.3. Formões ou Cinzéis Ósseos

No acervo do MAE-UFPR, são três ferramentas muito similares e sem dados contextuais de coleta associadas a esta categoria de ferramentas, números de catálogo IV.2359, IV.2360 e IV.2364, com dimensões de 19cm x 4cm, 15cm x 6cm e 19cm x 4cm, respectivamente.



Figura 30 – Formões presente no Acervo. Fonte: Imagem do autor.

A matéria-prima utilizada para os formões são ossos longos de grandes mamíferos, como fíbulas, rádios e tíbia. No acervo estão identificadas como ossos de anta (*Tapirus terrestris*). Kozák indica que ossos de onça também poderiam ser usados: “o osso da perna de onça era lascado e afiado com um pedaço de pedra de amolar, para fazer um formão de trabalhar madeira” (KOZÁK, 1981, p. 79). Porém em entrevista com ã em 1998, registrada na etiqueta junto às peças, ela indica que os ossos seriam de veado, o que nos coloca frente a três espécies da região: veado-mateiro (*Mazama americana*), veado-mão-curta (*Mazama nana*) e veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*).



Figura 31 – Formões ósseos. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Kozák.

Inicia-se com a obtenção da caça, e ambos os animais indicados, segundo Kozák, partilham de um mesmo modo de caça: armadilha de laço e finalização com tacape ou arco e flecha (KOZÁK, 1979). Contudo, Da Silva indica que a caça da anta era mais elaborada:

A caçada de tal espécie animal [anta] era feita em grupo. Os caçadores deslocavam-se até a proximidade do rio, geralmente acompanhados por suas esposas e filhos. Nas imediações do local, construíam um pequeno acampamento provisório, onde cada família construía o seu tapuykã para abrigá-los durante o período em que permaneciam no local à espera da presa. Após a sua captura, ela era preparada, dividida, consumida. O transporte da anta até o local onde o animal era dividido e consumido, ao que indicam suas narrativas, segue uma conduta específica, a qual até o momento não consegui reconstituir inteiramente. A carne excedente era devidamente preparada (moqueada) para ser transportada em porções pelo grupo até a aldeia grande (DA SILVA, 1998, p. 127).

Destacamos aqui que a escolha por determinadas caças vai além do substancial alimentar, envolvendo uma série de outras concepções e necessidades. A caça até pode possuir como objetivo inicial a alimentação, mas a escolha por animais de grande porte pode ser ligada também à necessidade dos suportes ferramentais. Neste caso, de um suporte ósseo denso e estável, que agüente as

inúmeras pancadas durante sua utilização. Pode-se observar os objetos diretamente ligados à aquisição, e como a gestão da matéria-prima é regida pelas características de caça, território e mobilidade, os artefatos que possuem um papel fundamental nessa gestão são as armadilhas (laços e manduka) e uma arma (arco e flecha ou borduna).

Após a aquisição da caça, segue o descarne, que segundo os registros costuma acontecer com uma faca de madeira ou com um lítico (que é demonstrado no documentário em um tatu). As marcas de descarne que se observa em uma das peças não indica com precisão a matéria-prima causadora e sem uma análise mais intensiva, como a traceologia, é apenas uma suposição. Sugiro que a faca de madeira seja usada para o descarne das partes mais moles e o lítico entre para partes mais cartilagenosas, couros e tendões.

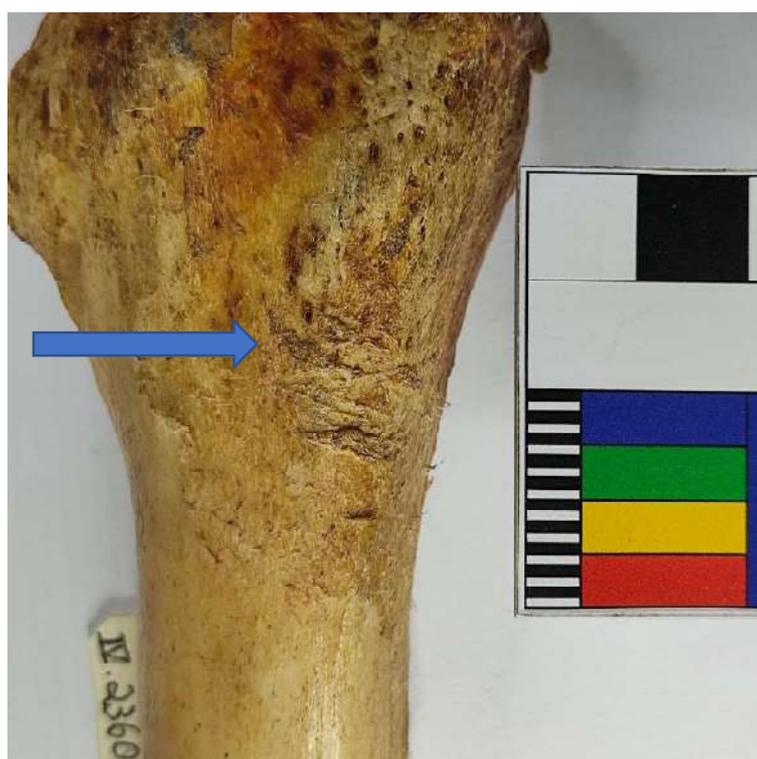


Figura 1 – Seta azul indicando marcas do descarne. Fonte: Imagem do autor.

O processo tem continuidade com o corte por percussão lançada em uma das epífises dos ossos longos, com o auxílio de um tronco como suporte e uma ferramenta lítica robusta, conforme na foto abaixo (Figura 33).



Figura 33 – Posição que o artesão segura o osso em relação ao golpe do lítico e o apoio da bigorna de madeira. Bigorna segurada com a parte posterior do joelho. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção W. Kozák - MP.KO.6939.1.



Figura 2 – Outro registro onde podemos observar a posição que o artesão segura o osso em relação ao golpe do lítico e o apoio da bigorna de madeira. Fonte: Acervo Museu Paranaense – Coleção W. Kozák - MP.KO.6942.1.

Percebe-se que na foto acima o gesto semicircular aplicado pelo artesão infringe o dano em aproximadamente 45°, com golpes repetitivos e diretos, e sem muita amplitude do braço. Essa foto não parece posada, pois vemos os músculos contraídos no braço do artesão.

O talhe com essa ferramenta lítica é realizado até sua finalização com o polimento com água sobre bigorna. Processo que cria gumes que apresentam 30° de ângulo de ataque e variam de 30 a 60° no ângulo de corte. Esta variação pode indicar a perda do ângulo devido ao desgaste do uso, e embora não tenhamos informações sobre reativação de peças, é provável que ela fosse feita.

Destaca-se que o polimento é realizado sobre uma bigorna presa com os pés e com auxílio de uma espata como recipiente para armazenar água e areia. O polimento para finalizar o formão relaciona-se com mais objetos, sem os quais os formões não podem ser produzidos e a bigorna perde sua ação.



Figura 3 – Xetá realizando o polimento. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção W. Kozák - MP.KO.6945.

Observando estas características, as ferramentas líticas lascadas usadas na confecção do formão ósseos são artefatos sobre bloco, com uma espessura e um peso bastante robustos em relação às outras peças. São peças com gumes semiabruptos (60-70°), características condizentes com as peças IV.3138 IV.3147 e IV.3168 do acervo.



Figura 4 – Artefatos com características similares a aquelas descritas para entalhar o formão.
Fonte: Imagem do autor.



Figura 5 – Artefato lítico usado na retirada da epífise. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de W.Kozák.

O uso dessa ferramenta lítica é realizado com golpes curtos, precisos e fortes, conforme pode ser visto no documentário (1959) aos 6:44. O corte é realizado bem próximo da base da epífise e o ângulo do ataque do gesto não é perpendicular, em um ângulo em 45° entre o gume e a peça a ser trabalhada:



Figura 6 – Posição do entalhe pelo artesão. Fonte: Acervo Museu Paranaense – Coleção W. Kozák - MP.KO.6936.1.

Com as análises das unidades tecno-funcionais desta ferramenta, o formão tem o uso da mesma maneira que conhecemos, no qual as três unidades tecno-funcionais são partes distintas do objeto e seu funcionamento depende de um percutor. Uma das mãos segura o centro do formão (UTF Preensiva), enquanto a outra aplica golpes com um percutor sobre a epífise não trabalhada do artefato (UTF Receptiva). Os golpes, por sua vez, impulsionam a ponta do artefato, o seu gume (UTF transformativa), contra a madeira a ser entalhada.



Figura 7 – Movimento de uso do formão ósseo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de W.Kozák.



Figura 40 – Demarcado em azul as UTFs do Formão. Fonte: Imagem do autor.

A UTF transformativa possui ângulos de ataque de 30 graus e os ângulos de corte variam de 30 a 60 graus (ver figura 41), esses ângulos bastante agudos possuem a proposta de cortar e adentrar na matéria a ser transformada.



Figura 8 – UTF Transformativa dos formões. Fonte: Imagem do autor.

Com muitas marcas de utilização, os formões constituem um artefato que possui um grau de desgaste bastante elevado, ocasionando um reavivamento periódico dos gumes. Talvez a escolha por rádios de grandes mamíferos permite uma eficiência maior na utilização e um respaldo maior quanto a durabilidade do artefato.

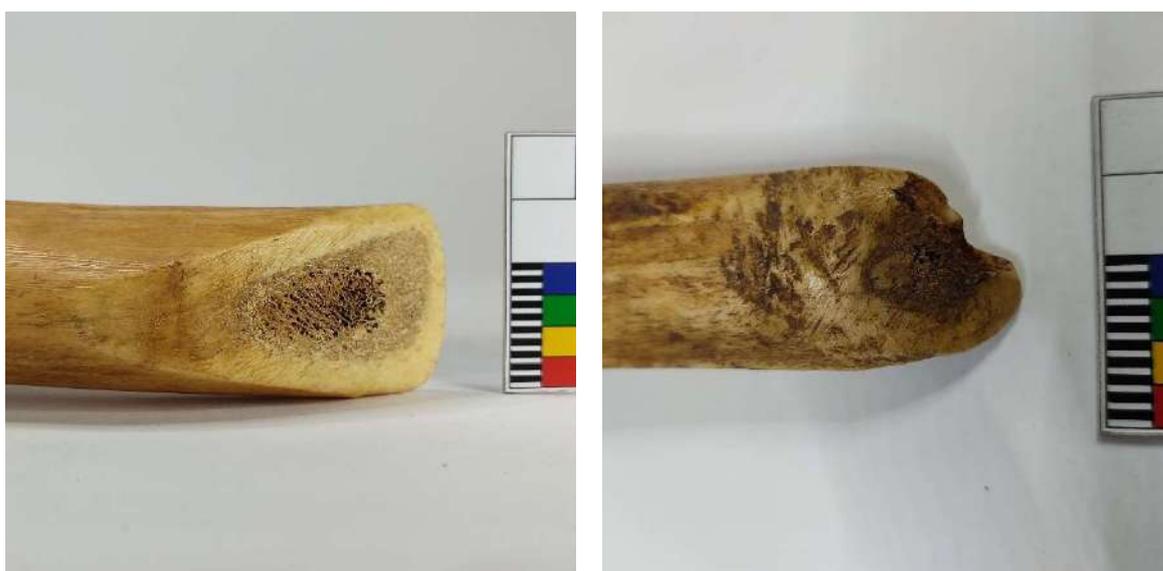


Figura 9 – Desgaste nas UTF Transformativas. Fonte: Imagens do autor.



Figura 10 – Marcas de desgaste devido a percussão na área receptiva. Fonte: Imagem do autor.

O uso desses formões está relacionado a perfuração de cavidades na madeira, diretamente nas atividades de marcenaria, usados principalmente para criar as cavidades para alocar as lâminas no cabo do machado e na produção das cavidades dos pilões.

De acordo com o documentário (1959. 4'55''): para o encastoamento (embutir, enclavar) desta lâmina de pedra num cabo de madeira, faz-se necessário um cinzel feito com um dos ossos longos da anta (radio). Uma das epífises do osso é cortada por um percutor de pedra, em seguida é talhada em um bisel (corte enviesado na aresta de uma peça) e aguçada pelo mesmo processo do machado de pedra.

Provavelmente essa ferramenta seria descartada após quebras ou o esgotamento da diáfise, assim como acontece com um lápis repentinamente apontado. As peças possuem um bom estado de conservação, apenas com marcas de uso e pequenas fraturas decorrentes. Sem condições especiais, dificilmente poderia ser encontrada no registro arqueológico. Mas o lítico de sua produção ainda é visível e representa uma série de atividades culturais.

3.1.4. Instrumentos Líticos Lascados

O acervo lítico lascado Xetá é o grande fetiche da coleção do MAE/UFPR, um dos grandes focos dos pesquisadores e comunidade com essa etnia. A coleção foi formada em dois momentos e catalogadas por Merencio (2015) em duas subcoleções, de acordo com sua coleta: a subcoleção Loureiro Fernandes, coletada durante as expedições entre 1955 e 1961, e a subcoleção Laming-Emperaire, coletada na expedição de 1961. As expedições coletaram o total de 181 artefatos líticos, sendo 127 das coletas de Loureiro Fernandes e 54 peças da expedição com a Laming-Emperaire.

As peças que compõem a subcoleção Loureiro Fernandes foram coletadas sem uma descrição dos contextos envolvidos. Mesmo que o intuito das expedições fosse relacionado à busca de informações da cultura material, essas peças ficaram aquém de informações sobre sua origem e localização. Em Laming-Emperaire (1978) é indicado que algumas peças remontam entre si e as mesmas foram feitas a pedido dos pesquisadores na época. Contudo, a grande maioria dessa subcoleção (73%) permanece sem informações de coleta e registro (MERENCIO, 2014, p. 134).

Já a subcoleção Laming-Emperaire, foi montada nas proximidades da fazenda Santa Rosa, na Serra dos Dourados, no acampamento denominado como 18. O acampamento era formado por um grupo familiar, liderado por Ayatukã (o artesão informante da pesquisadora) e Arigã, sua mulher, além de três filhos pequenos, dois meninos e uma menina. Essa coleção tem peças solicitadas pelos pesquisadores, além de materiais provenientes de coletas no acampamento e de uma pequena escavação (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978).

A perspectiva aqui apresentada não focará nos dados quantitativos, e sim na tentativa de agregar e discutir as observações pessoais com as já apresentadas por Laming-Emperaire *et al.* (1978), Miller Jr. (1979, 2009) e Merencio (2014) no entendimento das técnicas de lascamento Xetá.

O acervo de lítico lascado foi inicialmente triado e sua a classificação comportou as categorias que remetem a suas características físicas em relação a cadeia operatória. Foram separados em:

Artefato sobre bloco	9,66%
Artefato sobre lasca	16,48%
Artefato sobre outras matrizes	7,39%
Bloco	0,57%
Bloco com retirada	5,11%
Calhau para pigmentação	0,57%
Detrito	11,36%
Dúvida	6,25%
Fragmento de artefato lascado	1,14%
Fragmento de lasca	0,57%
Lâmina de machado	3,41%
Lasca térmica	0,57%
Lasca unipolar	22,16%
Não lascado + percutores	4,55%
Núcleo	2,84%
Quebra-coco	1,14%
Remontagens	6,25%

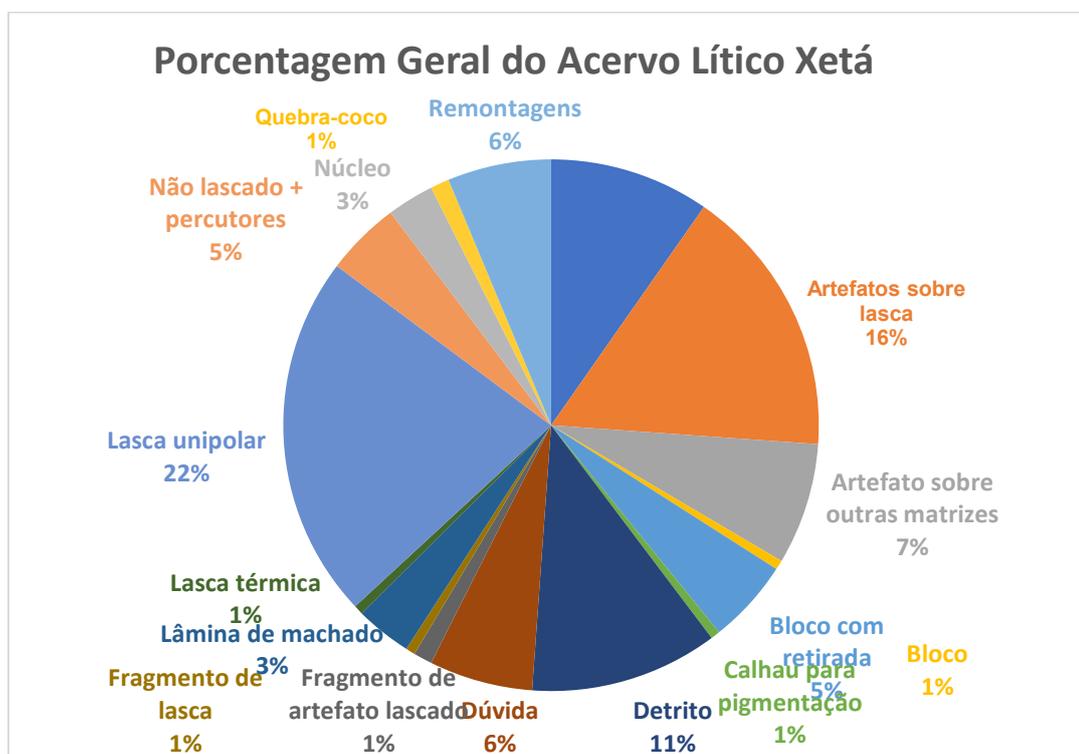


Figura 44 – Classificação dos Artefatos. Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa separação permitiu uma observação geral do acervo sobre o que ele pode demonstrar juntamente com a análise tecnologicamente orientada executada por Merencio (2014). Essa separação não foi mantida, foi uma etapa de reconhecimento e observação qualitativa das coleções líticas.

Os três trabalhos apresentados possuem perspectivas distintas, resultados distintos e são objetivos distintos. No trabalho de Laming-Emperaire, ela se mostra bastante frustrada com a experiência, seja pela relação com o tradutor que gerou situações até constrangedoras, ou com o resultado, onde ela define os lascamentos como “grosseiros”.

No entanto, a pesquisadora reuniu uma série de artefatos e descreveu vários elementos durante a expedição. Entre as atividades realizadas, ela criou um inventário dos artefatos do estojo de Ayatukã, realizou três sondagens e fez uma inspeção em uma área abandonada do acampamento onde encontrou objetos líticos que poderiam ser reutilizados em outros momentos (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978). Foram registrados:

Duas grossas pedras, de mais ou menos 18 cm de diâmetro com a superfície rugosa lacunosa, tendo vagamente a forma de um disco espesso de uma dezena de centímetros, guarneceram talvez o fundo de antigos pilões atualmente destruídos. Um espesso picão ou chopper de sílex. [...] Outros instrumentos, cinco ao todo, que poderiam ser qualificá-los de choppers ou chopping-tools. [...] um biface, mas uma das faces, não trabalhada, é inteiramente constituída pelo córtex do seixo (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978, p. 39).

A perspectiva adotada na análise dos objetos coletados por Laming-Emperaire foi tipológica e resultou na construção de quatro categorias:

A primeira categoria envolve seixos e blocos levados para o acampamento sem marcas de utilização e/ou fabricação. A segunda consiste em blocos e seixos utilizados brutos, sem modificações; a terceira corresponde à “pedra polida” (descritos em outro tópico), e por fim, a categoria das “pedras lascadas”, que constituíam: as lascas (possuem bordo côncavo, sem modificações e nem retoques, apresentam vestígios de córtex e de uma a três facetas na face externa), os núcleos (núcleos são poliédricos), objetos de bloco (denominados bifaces, choppers, chopping-tools,

rabotes e lesmas [plano-convexos] e os resíduos de lascamento (que são detritos e microlascas).

Seu resultado coloca essas peças em relação com suas funções, onde as lascas finas com gumes rasantes teriam como o objetivo o corte de matérias-primas moles, como carnes e vegetais. As lascas espessas, as lesmas, as raspadeiras e os rabotes estariam ligados no trabalho de marcenaria; já os maciços choppers, chopping-tools e bifaces seriam associados ao uso do corte por percussão, enquanto os núcleos também poderiam ter sido utilizados como instrumentos e percutores.

Nota-se que apesar das experiências vivenciadas junto aos Xetá, o resultado das análises seguiu uma lógica tipológica fechada nas características finais dos vestígios.

Já Tom O. Miller Jr. (1979, 2009), com dois informantes Xetá, Kwe e Nheengo, foi um dos pioneiros da pesquisa experimental. Seus resultados e observações demonstraram uma técnica chamada de "lasqueamento espatifado", uma técnica de obtenção de suportes por meio do impacto bipolar na matriz, bloco ou seixo. Trata-se de uma debitagem bastante simples e sem muito controle dos resultados. Miller então apresenta que essa técnica poderia ser executada por meio de quatro métodos:

Arremesso, onde o núcleo é arremessado contra uma bigorna com muita força com o objetivo de partir o bloco e obter lascas; o bloco sobre bloco, que consiste em bater o núcleo com as mãos em uma bigorna, com o objetivo de se tirar lascas desse núcleo; o golpe de pedreiro, um método que consiste na aplicação de um golpe vertical com um percutor duro no bloco, na ideia de abrir o bloco e obter lascas com gumes abruptos, e o último método é a percussão espatifada, que consiste em um golpe com força em um ângulo mais aberto ou longe da margem do plano de percussão. Esse método pode necessitar de uma maior necessidade de golpes.

As lascas resultantes do lascamento espatifado são normalmente espessas com bulbos salientes e até duplos, além de outros acidentes de lascamento. Muitas das lascas obtidas nesse processo foram a priori descartadas pelos informantes, pois não eram próprias para o trabalho em madeira, contudo foram consideradas aptas a serem usadas em carnes e vegetais (MILLER JR., 1979).

Assim, Miller Jr coloca que os Xetá preferem lascas com quebras irregulares e gumes com ângulos abruptos (65°-95°) para trabalhos voltados para marcenaria. Seria o resultado de uma técnica específica para um resultado e uso específico? Difícil responder, pois nas amostras do museu, não identifiquei sinais de espatifamento.

O último trabalho, mais atual e extenso, conversa bastante com o arcabouço teórico apresentado nessa tese. Em sua dissertação de mestrado, intitulada “TECNOLOGIA LÍTICA XETÁ: um olhar arqueológico para a coleção etnográfica de lítico lascado e polido do MAE-UFPR”, Merencio (2014) indica dados quantitativos de uma indústria de artefatos sobre núcleos e com lascas aproveitadas de acordo com características de prensão, delineamento e ângulo dos gumes, muitas vezes abandonadas, e reinseridas novamente na cadeia de produção para se tornarem oportunisticamente novos artefatos.

3.1.5. Cadeias Operatórias Líticas

Aparecem, em menor número, calcedônias e arenitos, mas a matéria-prima predominante é o silexito²¹, de origem terrestre e fluvial, que segundo Merencio (2014, p. 149) aparece nas coleções com uma predominância de seixos de origem terrestre. Nota-se que em Cavalheiro e Volcov (2012) é relatada a presença de silexito próximo a cursos de água da região. A matéria-prima aparece disposta em pequenos blocos e seixos, o que reflete na alta quantidade de lascas corticais, pois apenas 18,4% das lascas não possuem córtex.

Diferentemente de Merencio (2014), que nos moldes descritos por Binford (1979), a pesquisadora credita a coleta das matérias-primas como parte concomitante de outras atividades, como a caça ou busca por mel. Contudo, como a presença do silexito está localizado próximo aos cursos de água e seu território é marcado por relações entre os grupos familiares e a posição de armadilhas, a busca deve fazer parte deste sistema territorial. Com o território demarcado e reconhecido, a posição

21 Ao observar substrato geológico do Grupo Bauru – Formação Caiuá, predominam arenitos com granulação média e fina, bem como estão presentes elementos de feldspato e calcedônia, além de ocasionalmente possuir pequenas quantidades de hidróxidos de ferro, argilas e cimentação de sílica. (MINEROPAR, 2001, 2006).

das fontes de matéria-prima próximo dos rios e córregos não torna sua visita oportunística, e sim como parte de um sistema sinérgico de atividades e experiências com a paisagem, onde a circulação de materiais que dão origem às coisas são constitutivas do viver (INGOLD, 2012).

A manufatura dos artefatos é realizada por percussão direta e unipolar, com uso de percutor duro, em suma maioria feitas sobre blocos de sílexito, e a produção de lascas da façongem destes artefatos são suportes a serem aproveitados no futuro, dependendo de os gumes serem funcionais (relação entre ângulo e delineamento). Ou seja, o papel do suporte diz respeito apenas ao primeiro artefato a ser construído e no decorrer das atividades para formatar o artefato no seu design desejado, o produto da façongem acaba por determinar o suporte de outros artefatos.

A debitagem é definida por Inizian *et al.* (1995, p. 59) como “uma ação que consiste em fracionar a matéria-prima afim de se obter suportes” e a façongem é entendida como a sucessão de operações de retiradas com o objetivo de esculpir a matéria-prima até lhe dar uma morfologia desejada (INIZIAN, 1995). Logo, no caso Xetá, a façongem é predeterminada e predeterminante de 48% dos artefatos lascados (Figura 45).

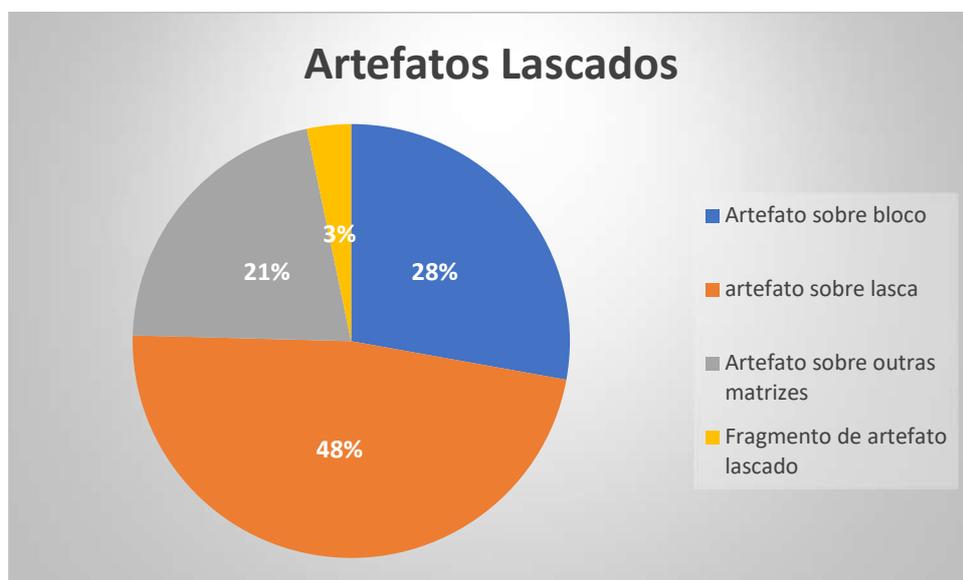


Figura 45 – Classificação de Artefatos Lascados. Fonte: Elaborado pelo autor.

Merencio (2014, p. 150) indica que a primeira intenção do lascador é a produção dos núcleos: “[...] foi identificada a presença de instrumentos que tiveram

suas primeiras intenções de núcleos, com alvo na obtenção de suportes para uso como instrumentos com ou sem a adição de retoques”, o que resulta no entendimento dos núcleos reaproveitados como instrumentos: “os núcleos, assim, podem ser reinseridos oportunisticamente no sistema tecnológico como instrumentos”.

Por outro lado, se pensarmos que os núcleos não são apenas núcleos, o processo de façonagem de artefatos se constitui de forma deliberada na debitage de outros, de forma que esse processo é relacional e interdependente, e não apenas uma reinserção sistemática desses núcleos como instrumentos. Outro ponto importante na escolha dos suportes seria o “reaproveitamento”. É visível, em diversos artefatos, que existe uma reinserção das peças na cadeia operatória.

Segundo relatado por Laming-Emperaire *et al.* (1978) e Miller Jr. (1979), os Xetá testavam e avaliavam suas lascas, buscando identificar seus potenciais. Inclusive, o artesão carregava um estojo de palmeira de espata com potenciais suportes a disposição; já os resíduos de lascamentos, lascas e blocos eram mantidos nos acampamentos (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978). Segundo Merencio (2014), essas lascas eram escolhidas de acordo com suas características de preensão, delineamento e ângulo dos gumes para o seu reaproveitamento.

Esse tipo de hábito não corresponde a uma economia de matéria-prima para se evitar uma escassez, logo, o reaproveitamento desse material disponível “pode simplesmente integrar o sistema tecnológico, não havendo necessidade de se extrair um novo suporte (lasca) enquanto há outros disponíveis no local e que atendem prontamente à tarefa exigida”, conforme salienta Merencio (2014, p. 129) e é corroborado pelas diversas matrizes dos suportes escolhidos, lascas, blocos e outros artefatos e demais suportes convenientes.

Na subcoleção Loureiro Fernandes, Merencio (2014, p. 148) indica que alguns artefatos não possuem potencial de uso como núcleos, pois são artefatos bifaciais pequenos e indicam um uso oportunístico para construção de artefatos. Na verdade, oportunístico não seria o termo a ser colocado, o que existe é uma busca por esses suportes para compor artefatos específicos, ou seja, os artefatos são criados a partir de suportes predefinidos que se encontram junto ao artesão (estoujo ou acampamento) e são retornados na cadeia de produção, da mesma forma que as lascas de façonagem.

Toda cadeia operatória inicia pela busca da matéria-prima, porque a matéria-prima é a primeira ação material da construção de um artefato que vai resolver um problema seja ele cortar, raspar, furar, bater ou esmagar, e assim por diante. Na cadeia operatória Xetá não é diferente. A escolha por blocos e seixos são a base dos artefatos, sendo que na escolha por blocos, possuir uma parte prensível é a premissa da escolha.

A gestão de matéria-prima vai muito além da busca por blocos no ambiente. Os Xetá possuem um território definido, e essa paisagem é fruto da experiência com as suas armadilhas (ver tópico das armadilhas), da localização das outras famílias e dos seus inimigos. O mapeamento dessa paisagem é constante, e desta forma as fontes de matéria-prima se encontram quase dentro dos seus espaços domésticos. Além da busca por blocos e seixos naturais, encontrados próximos de fontes de água, a gestão de matéria-prima resulta na guarda de matrizes que se assemelham mais próximo do artefato final a ser trabalhado no futuro. Além dos blocos e seixos, buscam-se nos espaços domésticos, lascas, núcleos ou quaisquer refugos de lascamento que possuam estas características necessárias.

Essa separação pela forma do suporte nos indica sobre os primeiros processos da cadeia operatória relativos ao conceito de “pré-forma” e a ergonomia que esse artefato pode ter no final. A escolha de suportes específicos para determinados objetos e suportes generalistas (Figura 45) para outros nessa coleção indica as maneiras pelos quais os artefatos e a indústria lítica Xetá se organizam. Posto isso, os artefatos separados pelos suportes não definem os artefatos finais, ou seja, a classificação dos artefatos no seu momento final da cadeia operatória vai abarcar ainda a volumetria, a relação das posições entre as UTF's e as características dos gumes, para o qual a inclinação e o delineamento da borda se fazem mais importantes do que a morfologia dos artefatos.

Os artefatos feitos em bloco, nessa hipótese, são parte da primeira etapa desta cadeia operatória e apresentam algumas variações:

Aponta-se que os artefatos, cujas formas finais e demais estigmas de lascamento (como marcas de uso), indicam se tratar de instrumentos, tiveram como primeira intenção a de núcleo para debitagem de suportes, ou seja, lascas (MERENCIO, 2014, p. 117).

Porém, discordo que a intenção primária dessas peças seria apenas como núcleos, como já colocado acima.

Essas peças são formadas por blocos e seixos, são peças maciças, de grande volume, com grande dorso natural que lhe serve de área preensiva, e o gume produzido por lascamento aparece do lado oposto. São artefatos que possuem uma característica de uso para desferir golpes, preparados para serem resistentes, ou são usados como raspadores. Uma característica dos artefatos sobre bloco, é que a busca do suporte é a mesma, e sua configuração das unidades tecno-funcionais são similares, com diferença apenas nos gumes apresentados. Assim, os suportes produzidos pelas façõnagem seguem um mesmo modelo, e desta forma, geram uma facilidade na execução das etapas da cadeia operatória.

Os artefatos sobre lasca possuem duas formas distintas de produção: os retocados e os naturais, e a quantidade de bordos ativos variam de um a três gumes. As peças que não possuem trabalho de retoque, possuem gumes rasantes, regulares e abruptos com marcas de uso. Variam em forma e formatação das nervuras, mas seus perfis são retilíneos, sua espessura é pequena e permitem uma preensão em pinça. Os outros artefatos com retoques são bem variados em forma, volume, tipo de retoques, e seus ângulos, em geral, são rasantes. A grande variação nas características desses artefatos, indica uma falta de padronização das matrizes que os produzem.

É relatado que muitas lascas são bons instrumentos (LAMING-EMPERAIRE, 1978), independente da sua função. Vemos no documentário que o uso de lascas líticas é associado apenas na ação de retirada do casco do tatu, mas essa variabilidade de artefatos sobre lasca corresponde a apenas essa função ou pode corresponder a uma outra série de atividades de corte? Um artefato que Kozák (1979, 1981) cita, são pequenas facas de madeira/taquara para realização dessas atividades. Contudo, alguns desses artefatos e UTFs transformativas, possuem características únicas, como gumes bem convexos ou serrilhados, indicando outras funcionalidades que não foram descritas pela pesquisadora.

O reaproveitamento das matérias-primas para produzir artefatos pontuais acaba por criar uma gama de diversos tipos de artefatos, com tamanhos distintos, suportes variados, morfologias diversas e usos que indicam várias atividades ligadas

a raspar e cortar, bem como esculpir. Seus gumes variam de semiabruptos a abruptos, com pequenas modificações pontuais.

Muito provavelmente, a indústria Xetá seria classificada como sendo de artefatos expeditos, mas ao observar esses processos, a criação dos suportes e a sua presença sempre disponível, esses artefatos seguem um padrão dentro da organização da cadeia operatória. As peças são guardadas nos espaços domésticos e nos estojos dos artesões, os suportes, desta forma, estão sempre presentes. A forma dos objetos surge com a necessidade e não é dada antecipadamente, conforme salienta SIMONDON (2007).

A manufatura dos artefatos segue caminhos distintos que se intercalam quando necessário. Um processo de produção está diretamente relacionado aos outros processos de produção. A façongem dos artefatos sobre bloco acaba por debitar suportes de artefatos sobre lasca. De maneira direta a moldar um plano de ataque, a façongem é presente em espacial nos artefatos de maior volume. Em geral, moldam as UTFs transformativas e ajeitam as UTFs preensivas. Por outro lado, existem objetos usados pelos seus bordos naturais, exigindo apenas uma reconstrução de parte do bordo ou de sua forma natural. Os retoques, quando presentes, são pontuais e definem os gumes para realização das mais diversas funções de raspar, cortar, talhar e esculpir.

Merencio (2014) não observou uma padronização na sequência de lascamento realizada na análise diacrítica dos instrumentos, o que é um indicativo de que o modo de fazer Xetá não está preocupado com uma morfologia de certos artefatos líticos, e não possuem uma padronização formal. A construção dos artefatos parece ser ligada a necessidade de gumes e ângulos específicos para satisfazer uma atividade em particular, mais que uma estrutura formal da sua matriz.

O reaproveitamento das peças é evidenciado também na presença de artefatos que possuem possíveis núcleos como suporte, bem como fragmentos e detritos. Esse reaproveitamento pode ser ligado a disponibilidade da matéria-prima no ambiente. Uma falta de oferta de sílex obriga os artesões a aproveitar bastante cada peça. Cabe lembrar que é registrado um estajo entre um dos informantes, o que indica que os artefatos, por mais abstratos que possam ser, são matrizes que respondem às mais diversas funções e funcionamentos, ou seja:

A reinserção desses resíduos não corresponde necessariamente a um aproveitamento máximo ou economia de matéria-prima, podendo simplesmente indicar que não havia necessidade de se produzir um novo suporte para se atender a uma tarefa, quando se tinha outros disponíveis no local que prontamente atendiam às necessidades (MERENCIO, 2014, p. 152).

Objetos líticos Xetá são, em primazia, objetos abstratos em sinergia, respondendo a um organismo de ações e reaproveitados para as mais diversas funções que lhes forem pedidas.



Figura 46 – Blocos lascados bifacialmente, classificados também como *Choppers*, *Chopping-Tools* peças: IV.3176 IV.3142 e IV.3168. Fonte: Imagem do autor.



Figura 47 – Entalhadores. IV.3138 e IV.3291. Fonte: Imagens do autor.



Figura 48 – Artefatos plano-convexos, rabotes e raspadores. Utilizados para confecção dos arcos e bordunas. Peças. Conj.X11, IV.3130 e IV.3149. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Fotos: Douglas Fróis.



Figura 49 – Artefato/Percutor. Fonte: Imagem do autor.

3.1.6. Instrumentos Líticos Brutos

Os artefatos brutos são aqueles artefatos que não possuem modificação proposital aparente. Normalmente, essas modificações são decorrentes da sua vivência e do seu fluxo de uso. As morfologias finais desses artefatos são morfologias designadas, então por marcas de utilização, como os buracos feitos da ação de quebra de coquinhos de macaúba, ou como nas marcas de polimento relacionadas a finalização de peças ósseas. Essas marcas de uso são produzidas e formadas durante um uso recorrente e contínuo deste objeto. Nessa categoria encontram-se os quebra-coquinhos, polidores e percutores.



Figura 50 – Artefato multifuncional, em destaque para a área de polimento em azul. Fonte: Imagem do autor.

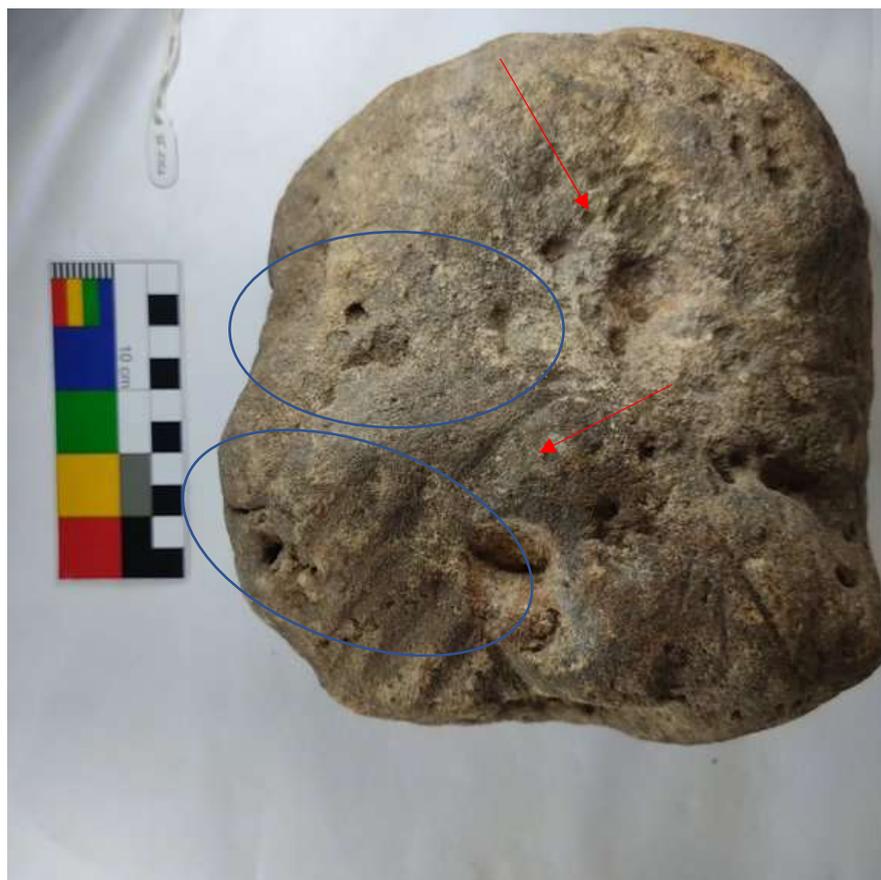


Figura 51 – Outra face do artefato com a presença de marcas de polimento em azul e quebra-coquinho em vermelho. Fonte: Imagem do autor.



Figura 52 – Detalhes do artefato com a cavidade do quebra-coquinho e marcas de polimento.
Fonte: Imagens do autor.



Figura 53 – Artefato com sinais de polimento em uma das faces e de quebra-coquinho na outra.
Fonte: Imagem do autor.



Figura 54 – Percutores com marcas de uso bem aparentes. Fonte: Imagem do autor.

3.1.7. ITÁNEPRAKÁ (O machado)

Os *Itánepraká* constituem em uma das peças mais emblemáticas dos Xetá, seja pelo seu apreço dos pesquisadores e pesquisadoras que o conhecem como machado, seja pelas suas múltiplas funções ou pelo seu apelo estético. O acervo é composto de 3 cabos e 6 lâminas, sendo uma lâmina e um cabo pertencentes ao mesmo artefato.



Figura 55 – Itánepraká. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W.Kozák.



Figura 56 – O Itánepraká com exemplo do encabamento. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Douglas Fróis.

O machado *stricto sensu*:

Trata-se de um objeto que combina normalmente uma lâmina e um cabo, sendo a lâmina perpendicular ao cabo e o gume paralelo ao eixo maior deste. O gume é geralmente transversal ao eixo morfológico da lâmina e apresenta um bisel simétrico. Instrumento utilizado principalmente para cortar objetos convexos (ex: tronco de árvore). A forma varia em função da preparação para o encabamento e dos padrões culturais. Poderia, eventualmente, ser utilizado sem cabo, mas, certamente não era seu modo de uso principal (SOUZA, 2003, p. 35).

Entre os Xetá, o que é comumente associado como machado, na verdade é uma matriz de ferramentas sinérgicas e interconectadas em suportes produzidos de forma padronizada, de grande esmero e estima. O Itánepraká é um artefato complexo tanto na sua confecção como nas suas múltiplas funções e nas relações sociais no qual ele faz participa. Seus usos produzem ações de cortar, triturar, quebrar, abrir, martelar e cavar, relacionados a três UTFs: o cabo (com duas UTFs) e a lâmina.

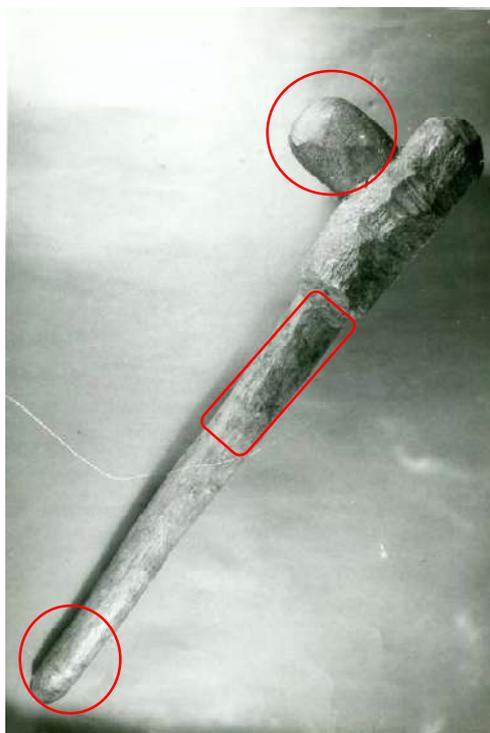


Figura 57 – Itánepraká. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W.Kozák.

3.1.7.1. O cabo

A matéria-prima vegetal é sempre complexo para identificar sem os relatos. Na entrevista junto ao acervo no dia 25.09.2018, Claudemir indica que seria de marfim e Dival confirma na sequência. Desta forma, taxonomicamente identificada como *Balfourodendron riedelianum* Engl., uma árvore de grande porte, comumente com 6 a 20 m de altura e 30 a 50 cm de diâmetro, podendo atingir até 35 m de altura e 100 cm de diâmetro, na idade adulta. Segundo Carvalho (2014), é uma madeira com bastante flexibilidade e tenacidade, muito indicada para construção de móveis. Destaca-se ainda que após o corte, a madeira se torna muito sucessível a fungos.



Figura 58 – Cabos presentes no acervo. Fonte: Imagem do autor.

Para facilitar a descrição, separamos o cabo em cinco partes: a cavadeira, a haste preensível, pescoço, cabeça e a concavidade:



Figura 59 – Partes do artefato, modificado da foto de Douglas Fróis. Fonte: Acervo MAE-UFPR.

Nas descrições de Kozák (1981), são indicadas apenas as dimensões do machado produzido por Eirakán, com comprimento aproximado de 1 m, e 10 cm de diâmetro. Ele relata que Eirakán retirou a casca da extremidade que apresentava mais nós (local onde seria inserido a lâmina de pedra). Uma parte bastante enodada é caracterizada por ser uma madeira mais densa e suas fibras emaranhadas e angulosas a tornam bastante eficiente para a construção de um artefato usado com percussão lançada, com força e impacto (SOUZA, 2013).



Figura 60 – Nós da madeira no cabeça do cabo. Fonte: Acervo MAE – UFPR. Foto: Douglas Fróis.

A produção do cabo pode ser dividida em algumas etapas, iniciando pela busca pela matéria-prima correta, sua derrubada e destacamento da casca para posteriormente esculpir sua forma e sua cavidade. Segundo Kozák (1981), a madeira verde auxilia a segurar a lâmina no lugar.

A cavidade, de forma ovalada, é aberta com o uso do formão, com o cabo seguro entre os pés, a mão do artesão fica livre para usar o formão. A cavidade ovalada é aberta então na parte mais espessa para alocar a lâmina (KOZÁK, 1981). Todas as cavidades possuem o fundo cônico, mas as lâminas possuem um talão variado. A cavidade não possui nenhum vestígio de cera, resina, amarrações, mas todas as peças têm uma pequena rachadura (setas vermelhas na imagem indicam o encaixe da lâmina por pressão).



Figura 61 – Concavidades esculpidas para lâmina, detalhes das rachaduras indicado pelas setas em vermelho. Fonte: Imagem do autor.



Figura 62 – Concavidade para lâmina com as rachaduras, indicado com a seta em vermelho. Fonte: Imagem do autor.

Devido às marcas nas próprias lâminas e à pequena profundidade das concavidades, apenas o terço final das lâminas ficam em contato com o cabo, um elemento que segundo Neves de Souza (comunicação pessoal em laboratório, 02/09/2022) a torna mais frágil e suscetível a acidentes.



Figura 63 – Detalhe para a posição da lâmina no cabo. Fonte: Gustavo Neves.

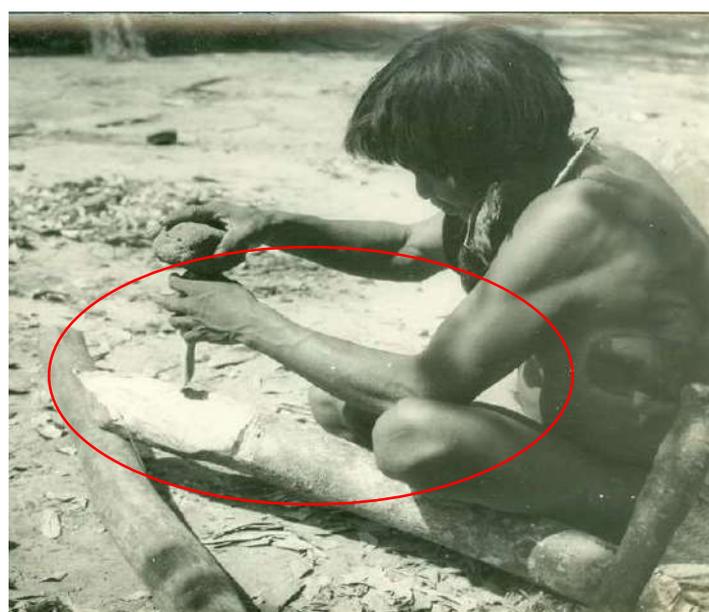


Figura 64 – Detalhe para haste ainda natural. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W.Kozák.

Na sequência do processo produtivo, a produção da cavidade é realizada antes de esculpir a parte prensível do cabo, o que o torna mais fácil de segurar. O esculpir do cabo é realizado com um formão de osso como cunha para retirar grandes lascas do cabo e dar forma a sua parte de prensão e a distinção da cabeça. Posteriormente, ocorre uma finalização com um raspador lítico (KOZÁK, 1981), provavelmente para suavizar as arestas criadas pelos golpes oblíquos do formão. Contudo, nota-se nos artefatos, o uso de instrumentos de metal na sua confecção e um cuidado melhor na parte prensiva do cabo, do que na cabeça.



Figura 65 – Detalhe para os golpes de corte na construção do pescoço, parte que separara o cabo da cabeça. Fonte: Acervo MAE UFPR. Foto: Douglas Fróis.

O cabo também guarda um artefato interdependente ao machado, a alavanca/cavadeira (em azul na imagem abaixo), artefato que possui um gume convexo curto na ponta extrema do cabo. A posição do gume no cabo é praticamente perpendicular ao gume principal nas três peças (linha vermelha na imagem abaixo).



Figura 66 – A UTF Transformativa da Cavadeira, posição do gume demarcado com linha vermelha e a alavanca/cavadeira demarcado com círculo azul. Fonte: Imagem do autor.

Pela posição desta ferramenta, sua produção deve ser similar a produção do formão, com um artefato lítico robusto com golpes perpendiculares, mas neste caso, em ambos os lados para fazer o gume convexo. Os ângulos variam de 35° a 40°, com gumes rasantes o suficiente para perfurar e resistentes o suficiente para não desgastar demais, um ponto positivo para seu uso também como cavadeira.



Figura 67 – Registro fotográfico de dois homens utilizando os cabos do machado de pedra para cavar o fosso de uma armadilha. Fonte: KOZÁK, 1981, p. 78, figura 43.

Essa extremidade pontiaguda possuía diversos usos, como formão e alavanca para acessar o interior corroído de troncos atrás de insetos, para furar e escavar os furos das armadilhas, além do uso como cavadeira para cavar os buracos para estacas, que, segundo o Kozák (1981), era realizado com o auxílio de um percutor.

3.1.7.2. A lâmina

Objeto de observação arqueológica e de prestígio científico nesta disciplina, as lâminas Xetá que analisamos são bastante similares entre si, seja na forma ou no tamanho. A produção repetida em experimentações arqueológicas, segue um padrão resumido básico: a necessidade do bloco de pedra, um polidor, água, areia e perseverança. Kozák (1981) calculou em cerca de 3 a 4 dias de trabalho para a produção de um machado.

As peças observadas são duas em diabásio, duas em granitos, uma em matéria silicosa e outra em quartzito, rochas locais escolhidas nas proximidades:

Em primeiro lugar, Eirakán cuidadosamente escolheu algumas pedras do leito de uma corrente de água próxima. Atentamente examinou as pedras para assegurar-se de que não apresentavam rachaduras ou falhas que viessem a ocasionar fraturas, quando começassem a ser usadas (KOZÁK, 1981, p. 74).



Figura 68 – As seis lâminas Xetá no acervo. Fonte: Imagem do autor.

O suporte escolhido é o mais próximo de um ovoide alongado, que segundo Kozák (1981) reduziria o tempo necessário. Na descrição do Kozák, inicia-se uma etapa de picoteamento, onde um pequeno percutor é utilizado para retirar o córtex e chegar as dimensões desejadas no suporte. Os golpes devem ser com uma precisão correta, para retirar material e evitar fraturas.

O processo produtivo descrito pelo Kozák (1981) juntamente com Eirakán, indica uma atividade de misturar areia e/ou argila e água em um recipiente de espata, em seguida se molha o suporte e inicia o processo repetitivo de esmerilhar e afiar em ambos os lados, por fim, coloca-se a lâmina do machado em seu orifício com força, batendo várias vezes no dorso da cabeça do cabo, observando que:

Durante o esmerilhamento, a pedra era igualmente polida, agindo a argila como polidor. Apenas o fio de cortar da cabeça de machado ficou polido: o topo permaneceu áspero, de modo que se firmasse mais fortemente no cabo de madeira (KOZÁK, 1981, p. 74).

Contudo, nota-se que existe um picoteamento bastante visível por cima do polimento, em uma das peças do acervo, onde a área picoteada ocupa cerca de 2/3 do objeto. Ou esse processo faz parte da cadeia operatória das lâminas ou é uma adaptação realizada para ajustar no cabo, já que ter essa parte proximal áspera é essencial para fixação no cabo. Kozák (1981) indica que pequenas batidas no dorso do cabo, prenderia o cabo novamente. Contudo, com esse polimento sobreposto por uma etapa de picoteamento, pode indicar uma manutenção mais complexa que não foi observada pelo cineasta.



Figura 69 – Detalhes em azul da linha média da área de polimento e picoteamento. Fonte: Imagem do autor.

Utilizando a proposta de Souza (2003), todas as lâminas possuem três partes: a parte proximal que é a extremidade oposta ao gume, finalizando no talão; a parte mesial, uma zona neutra, que atua pela sua própria massa e forma; e a parte distal, que dispõe do gume e da UTF transformativa do machado.

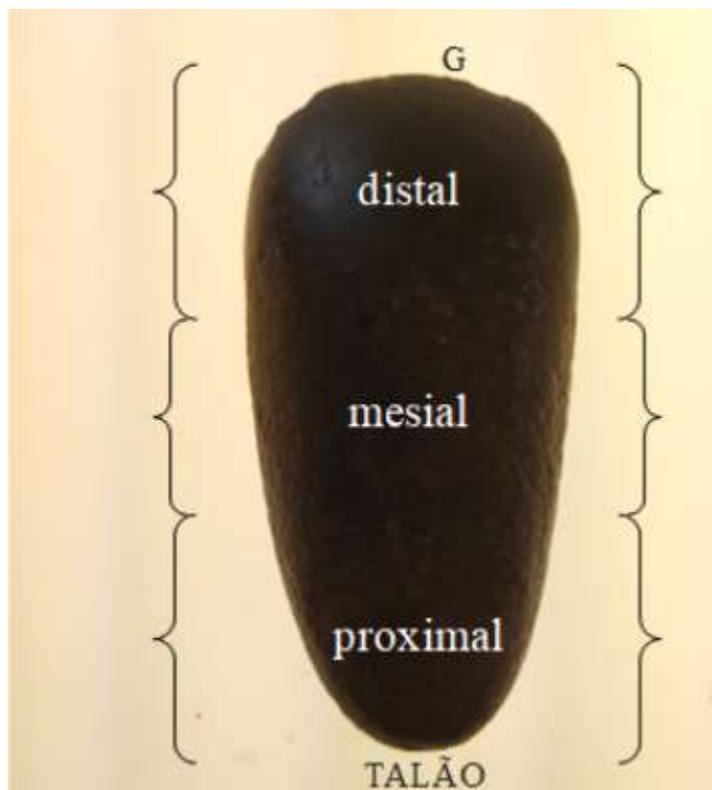


Figura 70 – Partes da lâmina de machado. Fonte: Imagem do autor.

O talão das lâminas analisadas são, em sua maioria, ovais ou trapezoidais, o que coincide com os formatos das concavidades dos cabos (três ovais, dois trapézios e um quadrangular). O talão, juntamente com a parte proximal, é destinado à preensão e ocupa o terço anterior da peça. Já os gumes, na porção distal, cujo bordo ativo é o fio cortante, são biconvexos, com duas exceções, um reto e outro que foi lascado unifacilmente (peças IV. 3356 e IV.2357 respectivamente).

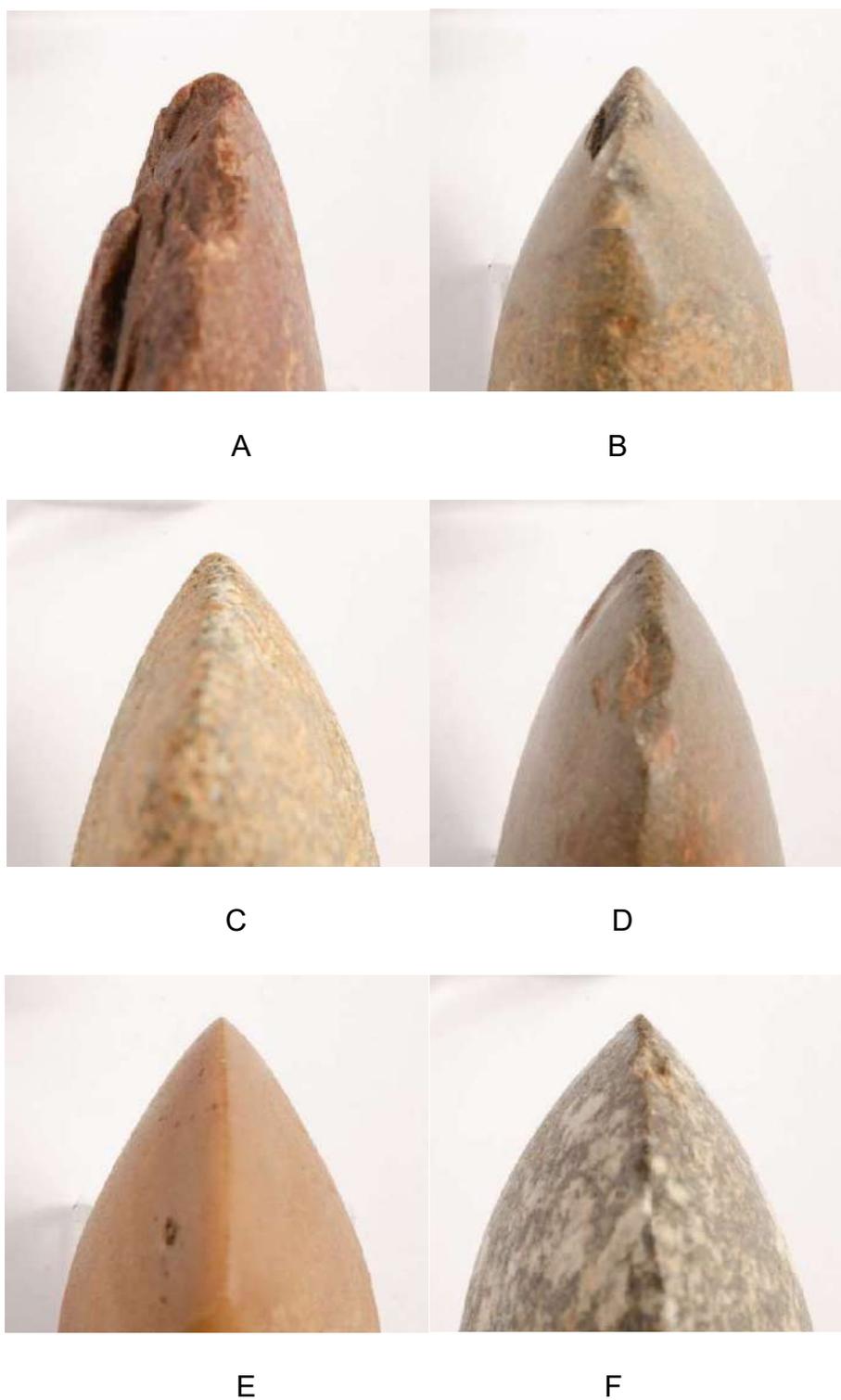


Figura 71 – Detalhe dos Gumes. A – IV. 2357, B - IV. 3353, C - IV. 3356, D - IV. 3396; E - IV. 3352, F - IV. 3355. Fonte: Acervo MAE-UFPR, Fotos: Douglas Fróis.

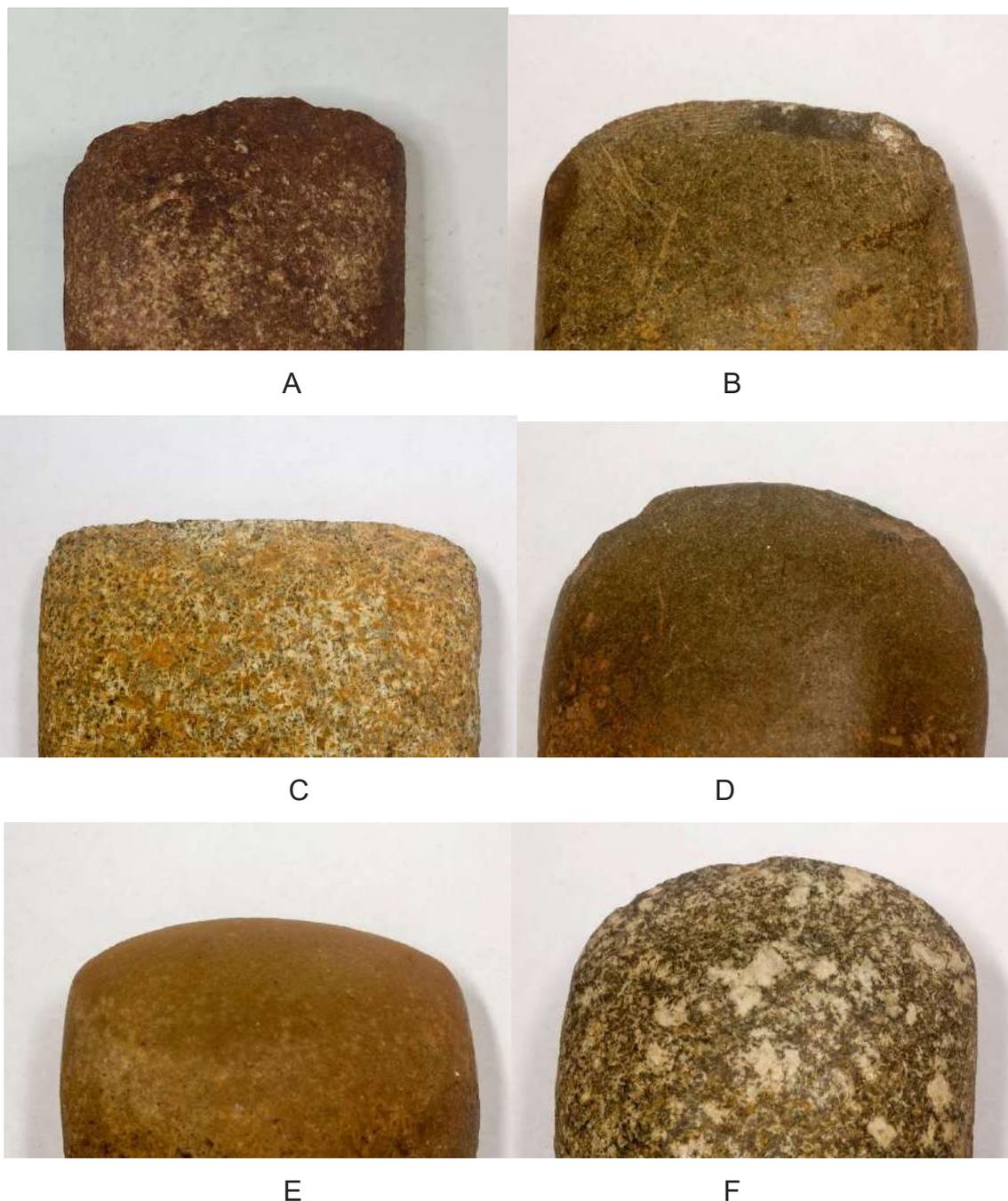


Figura 72 – Detalhe dos Gumes. A – IV. 2357, B - IV. 3353, C - IV. 3356, D - IV. 3396; E - IV. 3352, F - IV. 3355. Fonte: Acervo MAE-UFPR, Fotos: Douglas Fróis.

Em uma das lâminas (IV. 3354), vimos uma outra função associada a lâmina, de suporte para quebra-coquinhos ou bigorna para lascamento bipolar. De qualquer forma, é um indicativo de reaproveitamento, o descarte de um artefato é a coleta de matéria-prima do outro.

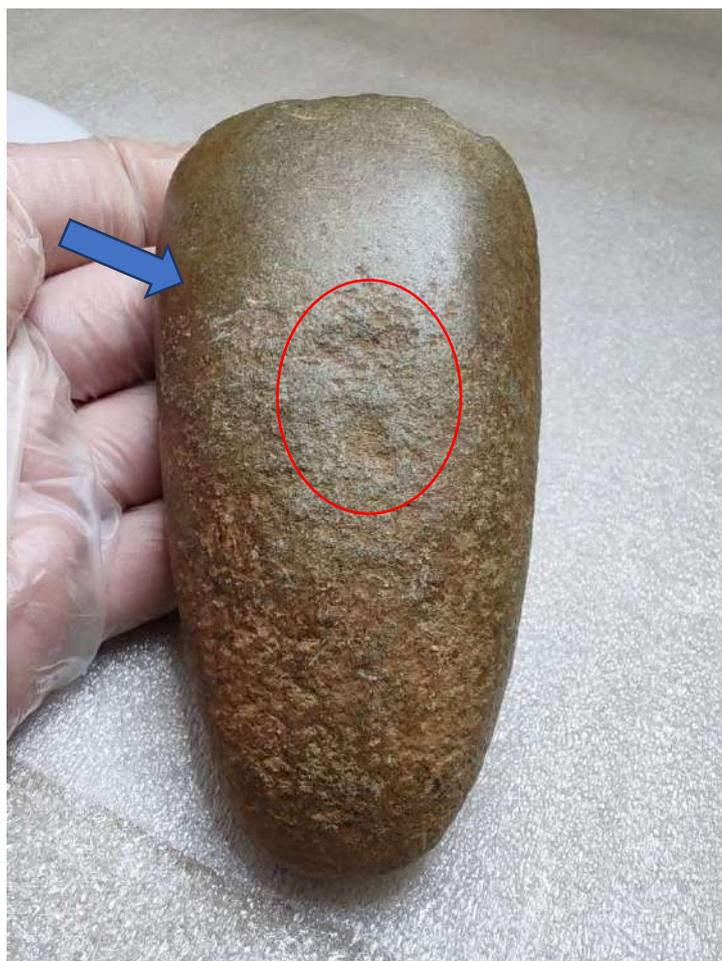


Figura 73 – Seta azul está a indicação do polimento e em vermelho a posição da concavidade do quebra-coquinho. Foto: Gustavo Neves.



Figura 74 – Linha azul demarcando a área polida. Fonte: Imagem do autor.

A mesma peça possui bem claramente lustro de contato com material orgânico, nas duas laterais, local que fica em maior contato com a cavidade do cabo durante seu uso. Outra marca de utilização perceptível nas lâminas são os acidentes (pequenas fraturas e lascamentos) sobrepostos por um novo polimento relacionado a um reavivamento do gume, como visto na imagem abaixo:



Figura 75 – Detalhe para o polimento após um acidente com o lascamento do gume. Fonte: Imagem do autor.

3.1.7.3. Os *Itánepraká* em ação

Existe uma grande quantidade de ações desempenhadas não apenas com a produção do artefato, mas também com seus diversos usos. É, de certa forma, simplório chamar tal artefato apenas de machado, visto que suas características e propriedades são muito além de uma peça que corta madeira. O *Itánepraká* tem relações que vão da alimentação à produção de outros artefatos, e sua maneira é tipicamente Xetá. Observando em um contexto arqueológico, perde-se grande parte das características sinérgicas da sociedade se olharmos apenas a lâmina e observarmos apenas uma rocha polida provida apenas de uma única função estereotipada.

O uso desse artefato é vinculado a uma série de atividades distintas. Primeiramente o entendemos como um machado, no seu sentido clássico. Um artefato com uma extremidade pesada que possui um gume perpendicular a uma haste pela qual se desfere golpes com uma percussão lançada, priorizando mais a força do que a precisão. Usado principalmente para o corte de árvores, galhos, troncos e demais trabalhos “brutos” da marcenaria.



Figura 76 – O uso como machado. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W. Kozák.

Era utilizado na abertura de clareiras para instalação dos acampamentos e para derrubada das palmeiras, seja para construção dos pilões verticais ou para retirada do palmito, bem como para rachar troncos atrás de mel e para construção das residências. Como pode ser visto no documentário, bem como em Kozák (1979, 1981), o machado, pendurado nas costas por uma corda, era útil na retirada de colmeias no alto das árvores e de cachos de coquinhos do alto das palmeiras (KOZÁK, 1981).



Figura 77 – Homem segurando um laço de escalar árvores. Tem o machado de pedra preso às costas por uma corda, pronto para utilizá-lo no alto da árvore. Seta em vermelho indicando o detalhe da corda. Fonte: KOZÁK, 1981, p. 49, figura 21.

Devido a algumas marcas nos cabos IV.2062 e IV.2009, que possuem marcas muito mais acintosas de batida nas costas da cabeça dos cabos, que ao observar toda a materialidade, em especial a cadeia operatória dos pilões verticais, pode-se inferir que o machado é embutido de uma nova função, e conseqüentemente um novo gesto, como cunha, na abertura de grandes toras (figura abaixo), como para o pilão vertical, e usado também para quebrar coquinhos de macaúba (KOZÁK, 1979).



Figura 78 – Dorso do cabo, com marcas de pancada. Fonte: Imagens do autor.

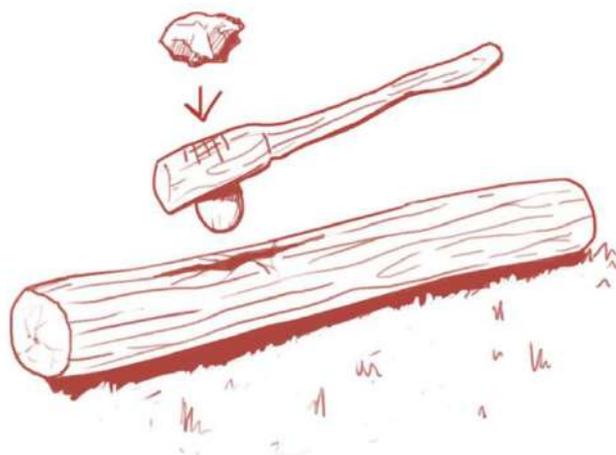


Figura 79 – Representação de movimento no uso do Itánepraká como cunha. Fonte: Ilustração de Luiz França, 2022.

Kozák (1981, p. 78) ainda cita seu uso como um porrete, clava ou cacete. Um pedaço de madeira usado para desferir golpes. Seu peso, forma e a proximidade ao usuário, a torna uma boa arma, mesmo que exista a presença da borduna.

Uma última nota sobre os gestos. Muitas fotos de Kozak não demonstram uma posição natural do uso do *Itánepraká* como um machado, mas nota-se no documentário uma amplitude pequena dos gestos para usar. São movimentos muito mais curtos, dos braços e do quadril, o que resulta em um golpe com menos força no impacto, preservando a lâmina de sofrer acidentes frequentes graves o que aumentaria a durabilidade do artefato e, conseqüentemente, pouparia a construção de um novo.



Figura 80 – Xetá usando o Itanepraká. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de W. Kozák.

3.2. Armas

Nessa categoria encontram-se os objetos que possuem como característica principal, causar dano, como arcos e flechas, bordunas e armadilhas. O emprego do nome descritivo para os animais denotava a forma como haviam sido abatidos, se com borduna, arco e flecha, ou se haviam caído em laço ou armadilha (DA SILVA, 2003).

3.2.1. Arco e Flecha

Na coleção Xetá, estes artefatos estão acondicionados em um armário próprio para arcos e flechas, sendo no total sete arcos, nove flechas, uma ponta sem haste e uma haste sem ponta.

Arco e flecha são dois artefatos confeccionados em diferentes matérias-primas que funcionam em sinergia mútua e de forma interdependente, ou seja, todos os elementos devem possuir características e propriedades específicas para ter êxito, ou seja, uma arma que permite, a distância, acertar um alvo com precisão. Entre os Xetá, são artefatos de extrema importância funcional e artística. De acordo com Kuen, eles foram criados pelo Sol e ensinado aos Xetá do tempo dos antigos: "Ele que fez flecha, arco também. Quando nós viemos, não sabíamos fazer flecha para matar macaco [...] foi o Sol, o irmão mais velho, que ensinou [...]" (DA SILVA, 2003, p. 230).

A manufatura e o uso destes objetos são bastante padronizados, sem muita variação nas matérias-primas usadas, nos métodos construtivos e nas suas formas. Contudo, como ressaltado pelos sobreviventes, a cultura material não é homogênea entre todos os grupos Xetá, e o arco e flecha era um dos elementos de diferenciação.

Segundo Carmem Lucia da Silva (2003), juntamente com a memória e narrativa de Tuca, Kuein e Tikuein, são citados cinco grupos Xetá, mas nomeadamente dois grupos: os *Totokãpama* (*Toto* = besouro, *kã* = pequeno, *pama* = muitos) e os *Idjatxo parema* (*I* = eles, *djatxo* = papo, *pama* = muitos).



Figura 81 – Homem Xetá com seu arco e flechas. Fonte: Museu Paranaense. MP.KO.7367.1.

Com relação aos *Totokãpama*, é citado que habitavam a região do baixo Ivaí, que usavam adornos diferentes, como um vestível para cabeça com onça (animal de grande importância médica) e um tembetá de osso de jaguatirica. Já os *Idjatxo parema* usavam um tembetá feito de resina do jatobá, mas não usavam o arco e flecha, preferindo um artefato semelhante a um remo afiado (LUCIA DA SILVA, 2003). Este artefato funcionalmente substitui a borduna para dar o último e derradeiro golpe na caça apanhada pelas armadilhas e se torna um vigoroso artefato de guerra.

3.2.1.1. Arco

A descrição dos arcos já foi feita por muitas pessoas, sua matéria-prima é o Ipê, denominado pelos Xetá como *araúte* (KOZÁK, 1981; LUCIA DA SILVA, 2003) ou, como consta na descrição da ficha do Departamento de Antropologia (Ficha DEAN)²², o arco é constituído do cerne duro do ipê roxo (*Handroanthus impetiginosus*), popularmente conhecida também como pau-d'arco. Na entrevista com Dival e Claudemir na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018, é citado o uso do marfim (*Balfourodendron riedelianum*) como a madeira principal.



Figura 82 – Os seis arcos do acervo do MAE-UFPR. Fonte: Imagem do autor.

O processo de produção da parte de marcenaria, segundo o documentário (1959), é uma atividade masculina, mas em Laming-Emperaire (1975) as mulheres aparecem no auxílio da confecção, entregando as matérias-primas, as ferramentas, segurando o arco, ou mesmo, como companhia durante o longo trabalho.

A construção do arco inicia com a escolha da matéria-prima. A madeira era previamente escolhida de acordo com o tamanho aproximado do arco, para com o machado derrubar a árvore, e então “[...] com cunhas de madeira desbastavam suas camadas exteriores [...]” (KOZÁK, 1981, p. 79); ou, conforme o documentário, a madeira selecionada era submersa no rio para deixar sua superfície mais flexível, facilitando a retirada das cascas e resíduos, para então entalhar: “recurvado por desbastamento com raspadores de pedras de diversos tamanhos” (ficha DEAN 1087),

²² A ficha DEAN corresponde a informações que constavam nas fichas de catálogo quando essa coleção de peças Xetá estavam sob responsabilidade do Departamento de Antropologia, vindo a fazer parte do acervo do MAE-UFPR no início dos anos 1990.

até alcançar a forma desejada. “No centro do pau, o diâmetro usual era de 3 cm (1.1/4 polegada) e nas extremidades de 8 mm (5/16 polegadas). Tal trabalho requeria raspadores de espécies e tamanhos diversos” (KOZÁK, 1981, p. 79). A média de espessura dos arcos da coleção do MAE-UFPR é de 8,3 cm em sua porção mais espessa, excluindo o arco pequeno (5cm) e o arco inacabado (10,5 cm), e a média de comprimento é de 2,01 m (variando entre 228 cm e 164 cm).

O documentário sugere que esse processo de retirada de massa da madeira é demorado e o instrumento lítico acabava desgastando e tomando um formato côncavo (todos os gumes Xetá são convexos, côncavos e bastante irregulares), mas o gume era retocado à medida em que ia se necessitando, um fato que não se nota na coleção etnográfica. Já na época do contato, utilizavam outros artefatos para confeccionar os arcos, como facões e fragmento de foice.

O artefato lítico a ser utilizado, de uma matéria-prima recolhida pela esposa do artesão em um riacho próximo, segundo a Laming-Emperaire (1975) durante uma das expedições, seria um artefato similar a uma plaina; trata-se de um artefato plano-convexo com borda longitudinal concavo que seria a parte ativa, sendo usado com o objetivo de talhar pequenas lascas de madeira e chamado de rabote pela autora (na tipologia aplicada na arqueologia brasileira, são artefatos que seriam classificados como raspadores ou lesmas).

O trabalho de produção passa a ser feito com uma foice de metal fragmentada e depois com um outro artefato lítico do tipo lesma que estava no estojo do artesão. Com um pouco de palha de madeira, ele segura o artefato com as duas mãos, apoia o arco entre suas mãos e pernas e inicia o trabalho de raspagem da massa da madeira. É descrito mais uma fratura no meio da peça, o abandono da mesma e a continuidade do trabalho com outro artefato lítico produzido das peças do estojo do artesão. O trabalho do arco é realizado a cerca de cem metros do acampamento, em um local na sombra da mata fechada, e é recorrente o uso desse espaço para o trabalho, notando-se que o local está cheio de palhas e lascas de madeira e a presença de um tronco com marcas de entalhes. Um local de atividades de produção que pode deixar vestígios específicos, como os artefatos líticos de gumes côncavos fraturados no meio (LAMING-EMPERAIRE, 1975).

Em uma outra oportunidade, Laming-Emperaire (1975) relata uso, também, de uma lesma para o entalhe do arco e seu reavivamento duas ou três vezes (seriam interpretadas como lascas de façonagem, ou lascas secundárias, com poucas arestas na face superior e um bordo/talão com abrasões e marcas de uso). Após essa etapa é relatado o uso de um outro artefato lítico para finalizar o acabamento de um arco. Um chopper (normalmente interpretado como um bloco com apenas duas ou três retiradas, criando um gume robusto) que não foi utilizado e possui seu gume bem afiado. Seu uso é relatado com dois gestos distintos, usando com as duas mãos como o rabote citado ou como uma faca. Ainda segundo a autora, essa peça, aos olhares de pesquisadores, seria classificada como núcleo ou como uma faca.

Após esse trabalho de esculpir e entalhar que dura mais de duas horas (LAMING-EMPERAIRE, 1975), o arco era lixado e polido, “mediante esfregação com folhas de embaúba” (KOZÁK, 1981, p. 79), o que dava um aspecto vítreo e lustroso à peça.

O processo de produção do arco ainda cita uma etapa de deixar a madeira mais flexível mergulhando-a no riacho para umedecer, “depois era aquecido sobre brasas e gradualmente encurvado, dobrando-o com o pé, enquanto uma extremidade permanecia no solo e a outra, sobre um cepo, quando o pau adquiria a curvatura desejada” (KOZAK, 1981, p. 79). Em Laming-Emperaire (1975), os arcos que ela observa a confecção, estão na água em dois momentos diferentes. Atento para o fato de que esse fato é descrito após o polimento com a folha de embaúba.

Posteriormente, o arco era esfregado com uma mistura de casca de ipê colocada em uma espata e misturada com água e cinza para maceração. A ação desta mistura, passada ainda no arco quente, concedia-lhe sua coloração castanha e impermeabilizava sua superfície, protegendo contra a umidade (KOZÁK, 1981, p. 79), sendo a última etapa a colocação da corda produzida pelas mulheres em fibra de caraguatá.

O arco não possui flancos ou quaisquer outras alegorias para o encordoamento, que nas descrições de Laming-Emperaire (1975), são realizadas com outros gestos e posições, de joelhos ao invés de sentados.



Figura 83 – Arco presente no acervo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Douglas Frois.

O Arco poderia ser usado também como uma vara para bater ou pegar algo fora de alcance, além da sua função de atirar as flechas (KOZÁK, 1979).

3.2.1.2. As Flechas

A flecha é o implemento de haste longa que possui o único intuito de atingir seu alvo com precisão e distância. Uma flecha é formada de quatro partes: ponta, haste, nock e rêmiges; partes essas que possuem características construtivas independentes e que seguem suas próprias cadeias operatórias.

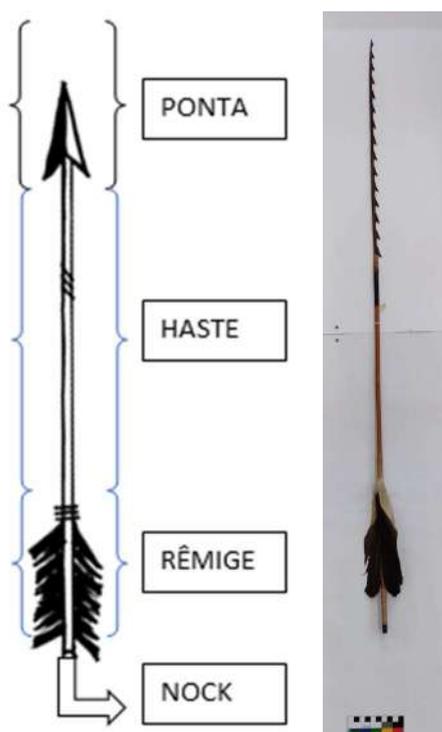


Figura 84 – Representação gráfica das partes da flecha e a flecha presente no acervo. Fonte: Imagem do autor.

Visualmente conseguimos distinguir três tipos de flechas baseadas nas suas pontas: dois tipos de serrilhado e uma ponta rombuda. Os dois serrilhados são similares em construção, mas diferentes em tamanho e forma. Um é com dentes mais largos e mais distantes e o outro com dentes menores e mais próximos um do outro, resultando em mais dentes por área.



Figura 85 – Os dois tipos de serrilhado das flechas. Flecha com os dentes mais largos e flecha com os dentes mais próximos. Fonte: Imagem do autor.

Claudemir, em um determinado momento da entrevista no acervo²³, em 05/06/2018, indica que o uso das flechas farpadas seria para pesca:

Claudemir: É, isso aqui é tudo para pescaria, esse modelo, essas de barbela aqui esse aqui é tudo para peixe.

Luana: Mas daí usava com a mão assim ou com a flecha?

Claudemir: Com o arco mesmo, tocado no arco mesmo, era atirado com o próprio arco.

Dival: Esse aqui é para peixe grande, né.

Laura: Por quê? Por que ele é maior?

Claudemir: É, os maiores são para porte maior, você pode ver que tem umas menorzinhas, umas grandinhas, conforme o tamanho do peixe eles vão modificando as pontas para pegar eles (CLAUDEMIR, informação verbal)

Porém, vemos em Kozák (1979, 1981), Laming-Emperaire (1975) e da Silva (2003) que a pesca não era uma prática comum entre os Xetá, mas que talvez, os grupos familiares que habitavam mais próximo do rio Ivaí tivessem nessa prática uma atividade mais presente no seu cotidiano.

Em outro momento da mesma entrevista, Claudemir indica o uso para caça pequena:

Claudemir: Tem assim para animal grandão, mas só que ela é maior, esse aqui é fininha, ela [a de animais grande] já é maior, mais larga.

[...]

Luana: E para animais pequenos, essa daí daria também ou só para peixe?

Claudemir: Não, para animais pequenos dá, mas animais de porte grande não. Se você quiser atirar, pode até atirar, mas você vai só machucar o bicho e vai perder, não vai conseguir segurar, ele vai morrer sim, mas muito longe. (CLAUDEMIR e LUANA, informação verbal)

E reafirma o uso:

Laura: Tem alguma história com os arcos e as flechas?

Claudemir: Esses eram ferramenta.

Laura: Só para caça?

Claudemir: Só para caça, não tinha uma história assim. [...] (CLAUDEMIR e LAURA, informação verbal)

23 Os interlocutores são: Claudemir: Liderança Xetá, Luana Souza: Antropóloga pesquisadora, aluna de pós-graduação da UFPR na ocasião. Dival: Liderança Xetá, Cacique. Laura Gil: Antropóloga, pesquisadora, diretora do MAE-UFPR.

Kozak (1981) coloca que a diferença entre as flechas era nos comprimentos e não no design do serrilhado.

As pontas das flechas para caça maior, como veados, caititús e macacos, eram bem longas, até de 110-120 cm (4 pés) e farpadas. Para caças menores, as pontas eram mais curtas, cerca de um terço de seu comprimento. Para aves, faziam-nas de madeira mole, com a extremidade rombuda (KOZÁK, 1981, p. 83).

Acredito que as maiores e mais largas (do acervo) sejam feitas pensando nessas caças maiores e as pequenas relacionadas a uma pesca esporádica (nos grupos que a praticam) e a caça de pequenos animais, mas como a caça é parte oportunística da andança entre as armadilhas, o tipo de flecha pode não importar na necessidade. Como não temos relatos de diferença dos usos entre as flechas serrilhadas da época, é possível que essa diferença seja apenas com relação a quem a produziu ou uma preferência de indicação do uso e não uma diferença funcional *stricto sensu*. Um olhar desavisado, em um contexto “arqueológico”, pode induzir claramente a classificação de objetos com relação apenas à sua forma, mas no final, a diferença pode não existir de forma relevante em vários contextos.

Além destas, em dois momentos, KOZÁK (1981, p. 83), e Claudemir na entrevista no dia 05/06/2018, é descrito um tipo de flecha farpada bilateralmente, ao longo de quase todo o seu comprimento, mas não temos exemplares no acervo ou em fotografias.



Figura 86 – As pontas das flechas Xetá. Fonte: Imagem do autor.

A produção das pontas das flechas serrilhadas inicia com a busca da matéria-prima e a escolha das ferramentas necessárias. A matéria-prima escolhida é a *araute*, ora descrito como alecrim (*Holocalyx balansae*) por Kozák (1981), ora como ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosus*), informação que Claudemir confirma em entrevista no acervo nos dias 05/06/2018 e 25/09/2018.



Figura 87 – Detalhe dos dentes da Flecha. Fonte: Imagem do autor.



Figura 88 – Detalhe dos dentes da Flecha (2). Fonte: Imagem do autor.

Em um trabalho similar aos arcos, Kozák (1981) indica que a madeira era amaciada ao ser mergulhada no rio antes de ser entalhada por um perfurador de dente de paca. O esculpir com os dentes de paca (perfurador/escarificador/entalhador) é

uma atividade pouco descrita, sendo apenas citada. Ainda segundo Kozak (1981), as pontas são enrijecidas em um processo que envolve o aquecimento em brasa e depois resfriando em água.

Um fato importante das pontas serrilhadas é seu reaproveitamento, sendo citado em Kozák (1979; 1981) que a ponta pode se quebrar durante o uso, mas pode ser facilmente reaproveitada com uma pequena reforma. Por isso, cada flecha possui um número “aleatório” de dentes em seus gumes e um comprimento, da mesma maneira, não padronizado (GRÁFICO 1).



Figura 89 – Ponta de flecha com coquinho de macaúba. Fonte: Imagem do autor.

Ainda temos no acervo, um único exemplar de ponta com coquinho de macaúba (Figura 73) e apenas um coquinho indicando o uso como ponta. O uso dessas pontas está relacionado à captura de pássaros, pois sua ponta rombuda causa danos de concussão sem estragar a plumária com fluidos (KOZÁK, 1981; Claudemir e Dival na entrevista do dia 05/06/2018). Ambos os coquinhos de macaúba (*Acrocomia aculeata*) apresentam um lustro brilhoso, dado o uso em outros artefatos, novamente o polimento com a folha de embaúba. A peça é encaixada na haste apenas por um furo, mas está presa, provavelmente com alguma cera por dentro.



Figura 90 – Furos nas hastes das flechas. Fonte: Imagem do autor.

Em algumas das hastes é possível observar um pequeno furo, que está relacionado a permitir a saída de ar e umidade entre os nós, pois ao endireitar as varas sob o fogo, evita-se sua quebra (KOZÁK, 1981). Furos eram realizados com ferramentas muito pequenas e finas, muito provavelmente um fragmento ósseo ou mesmo de madeira.

O rêmige ou as penas das flechas são partes importantes para o funcionamento correto da trajetória de voo do projétil. Sem as penas, a estabilidade do voo da flecha é comprometida e sua função não pode ser desempenhada com maestria.



Figura 91 – Rêmige das flechas farpadas (à esquerda) e da flecha rombuda (à direita). Fonte: Imagem do autor.

Entre os Xetá, existe uma característica peculiar, pois todas as plumárias das flechas eram produzidas com as penas do urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), uma espécie que vive em geral com um ou dois adultos, eventualmente com algumas aves juvenis ao se alimentar de carniça. Segundo Sick (1997), indica a existência de território, onde as aves adultas evitam a presença de outros urubus-reis, e Carvalho Filho *et al.* (2004) apresentam um quadro de baixa reprodutividade dessa espécie, características que indicam uma baixa disponibilidade das penas em um grande território, e influenciam toda a gestão de busca de matéria-prima.

Segundo Kozák,

Após caçar e matar uma ave *pimpiai*, o urubú-rei (*Sarcoramphus papa*), os Xéta cumpriam um ritual. A ave morta era pendurada numa armação de estacas simples, na floresta, com suas asas abertas. A família do caçador que havia matado o urubu, sentava-se à frente da ave. Depois, era arriado o urubu e arrancadas suas penas, para enfeite de flechas. Jamais se comia a carne do urubu e sua carcaça era reerguida na armação. A família voltava ao acampamento, onde levantavam uma grande fogueira e entoavam a canção do urubu (KOZÁK, 1981, p. 99).

A indicação, ainda de Kozák (1981), era de que a carne não poderia ser consumida, o que é reforçado nos relatos Xetá para Carmem Lucia da Silva (2003).

As penas retiradas são usadas em par, paralelas e levemente assimétricas, presas em suas extremidades com fios de caraguatá. As penas possuem o cálamo (parte da pena que fica sob a pele da ave) bifurcado e preso à haste. O nock nas hastes são simples, em um pequeno entalhe em v próximo a um nó do bambu. Sua função é acomodar a flecha na corda do arco.



Figura 92 – Representação da posição das penas em relação a haste. Fonte: Ilustração do autor.



Figura 93 – Nock das flechas Xetá. Fonte: Imagem do autor.



Figura 94 – Detalhe do cálamo da pena bifurcado (seta laranja), e preso com o fio duplo de caraguatá (seta azul) para construção do rêmige. Fonte: Imagem do autor.

As amarrações possuem diferenças entre a ponta e o rêmige. Primeiramente na pontas, é repassado uma fita escura de caraguatá e posteriormente é incluído um fio duplo por cima. No rêmige é passado apenas o fio no cálamo da pena, e depois, próximo ao nock, é repassado novamente a fita escura e a ponta da pena é presa com outras voltas de fio.



Figura 95 – Amarrações da ponta da flecha. Fonte: Imagem do autor.



Figura 96 – Amarrações próximo ao nock. Fonte: Imagem do autor.

3.2.1.3. Arcos e flechas em movimento

Quando uma flecha é disparada por um arco, ocorre um fenômeno de oscilação da flecha e o que influencia diretamente na mira do tiro. Esse fenômeno é denominado paradoxo do arqueiro. Quando a flecha que repousa sobre as mãos do arqueiro e seu nock (puxado para trás), tensiona a corda e enverga o arco, o preparo do tiro está armado. O arco e flecha estão prontos para executar sua principal ação: fazer com que a flecha voe em direção controlada em direção a um alvo escolhido.



Figura 97 – Posição de preparo antes do tiro com o arco e flecha. Fonte: Museu Paranaense MP.KO.6981.1.tif.

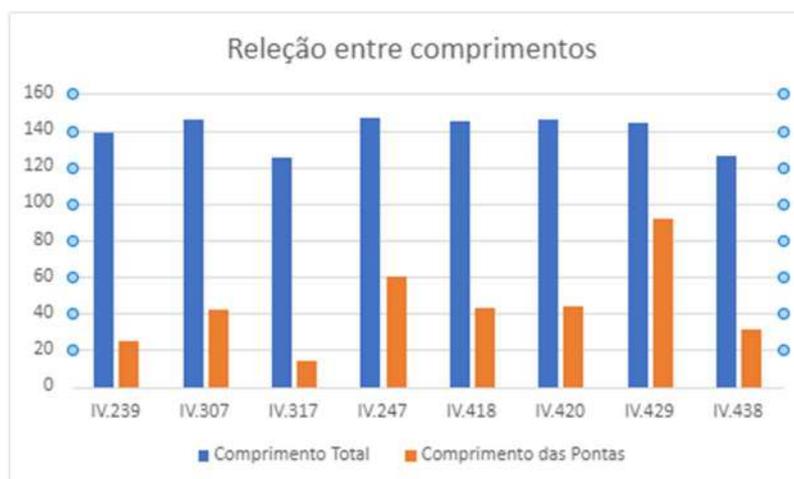
A flecha que se encontra em repouso e, ao ser solta, começa a se movimentar. A corda (UTF transformativa do arco) empurra o nock (UTF receptiva e preensiva da flecha) e faz todo o conjunto flecha se movimentar. A parte traseira da flecha avança

primeiro, enquanto a ponta permanece imóvel, uma ação que provoca uma flexão na haste que por sua vez provoca uma resposta elástica à flexão inicial, fazendo com que a flecha oscile e se flexione para o lado contrário durante a saída do arco até atingir o alvo. Esse processo de flexão gera um desvio da mira, que deve ser corrigido antes do tiro. Os remigêns amortecem essa oscilação e provoca o giro da flecha.

A flexão total da haste da flecha resulta de uma equação que envolve o peso da ponta da flecha, a tensão do arco, a rigidez da flecha, o nock na corda, o movimento dos dedos do arqueiro, qualidade das matérias-primas envolvidas e a qualidade do processo construtivo. Uma flecha, ao ser construída, deve ser balanceada corretamente para que oscile em uma constância específicas, de modo a acertar o alvo.

De acordo com esse conceito, as flechas precisam ser flexíveis até determinado ponto para não se quebrarem ou desviarem do alvo e nem rígidas demais para não permitir o voo direcionado e o seu giro provocado pelas penas. Bem como, se a ponta for pesada demais para uma flecha, a haste da flecha pode se quebrar no voo, pois fica muito mole e flexível. Para equilibrar uma ponta pesada, pode-se encurtar a flexibilidade, com uma matéria-prima mais rígida ou uma haste mais curta. Entre os Xetá, as grandes pontas farpadas fazem esse balanço de flexibilidade. A relação entre peso da ponta X comprimento da ponta X comprimento da haste, fazem das flechas Xetá, peças que podem variar muito durante sua utilização, mesmo que os comprimentos sejam similares (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Relação de comprimento das pontas e das flechas.



Desta forma, o caçador Xetá ao disparar uma flecha tem um arcabouço técnico bastante adaptável, pois cada flecha exige uma adaptação para sua utilização, que ocorre de forma maquinal (LEROI-GOPUHAN, 1985). Cada tiro é retido de todo o cálculo mental. O volume, forma e peso entram de acordo com a distância entre o caçador e a caça, as características da flecha, a tensão do arco e a direção do vento, mostrando que o arco e flecha não são apenas objetos, mas uma rede de cadeias operatórias, gestos e funcionamentos, associados também à variadas cadeias operatórias relativas ao processamento e consumo da caça.

Os processos de ensino-aprendizagem para o uso do arco iniciam-se logo na infância, é citado ainda em da Silva (1998, p. 54) que Kuein possuía um pequeno arco para matar passarinho, “porque eu ainda não tinha arco de caçar bicho grande e brigar”.

Entre os Xetá, essa cadeia operatória é tão interiorizada, que a adaptação a cada flecha era feita de maneira muito rápida. Ao realizar a caça sozinhos, em duplas ou em expedições, ao avistar a presa, o atirador, em uma rápida sequência, dispara várias flechas. Kozak (1981) diz que muitas vezes a primeira já acertava o alvo, mas as outras seriam para impedir a fuga do animal.

3.2.1.4. Borduna

A borduna (são duas no acervo) é um artefato simples e sem muita informação etnográfica. Trata-se de uma longa haste de madeira resistente, com a proposta de golpear com força, e era usada em combate e para matar os animais capturados nas armadilhas. Chamado de *Muirarrenbê* é um artefato que pode ser facilmente improvisado com um galho, mas as peças Xetá são trabalhadas em uma madeira resistente (provavelmente ipê ou marfim) (KOZÁK, 1979, 1981).

Sua construção segue o mesmo padrão de detalhamento do arco, com o desbaste com formão e artefatos líticos e finalização com polimento e tintura. Como as armas são objetos de estima pelos Xetá, Kozák indica que o trabalho era sempre paciente, e possuem extremo apelo pelos objetos acabados.



Figura 98 – As duas bordunas do acervo. Fonte: Imagem do autor.

As duas peças analisadas possuem uma cor castanha com um polimento brilhoso. Essa decoração que impermeabiliza a madeira é a mesma aplicada nos arcos. Após o aquecimento na fogueira é aplicado, segundo Kozák a

Casca de ipê, cinzas e água. A ação desta mistura não somente o esfriava, mas também impermeabilizava sua superfície, protegendo contra a umidade. Essa mistura dava aos arcos Xéta uma cor característica marron-ferrugem (KOZÁK, 1981, p. 79-80).

Segundo Dival (durante uma entrevista Xetá no MAE, 21.05.2019): “é uma folha, daí lixa aí e deixa ele lisinho assim. Daí depois de lixar bem, eles têm uma tinta no mapa que eles passam, tipo, envernizar”.



Figura 99 – Detalhe do polimento e da cor das bordunas. Fonte: Imagem do autor.



Figura 100 – Detalhe do polimento e da cor das bordunas. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: Douglas Fróis.

3.2.2. Armadilha e Laços

A alimentação é uma característica básica da sobrevivência, e para os Xetá, as armadilhas e laços são uma fonte inestimável para se alcançar uma boa fonte de proteínas, de matérias-primas e suportes para ferramentas, adornos, rituais e todas as outras atividades que possuem matéria animal como base, influenciando diretamente na experiência do espaço e territorialidade Xetá.



Figura 101 – Peças de armadilhas suporte 1. Fonte: Imagem do autor.



Figura 102 – Peças de armadilhas suporte 2. Fonte: Imagem do autor.



Figura 103 – Armadilha suporte 3. Fonte: Imagem do autor.

Acredito que as peças do suporte 1 compõe um material cenográfico juntamente com o suporte 3. Inclusive algumas das peças possuem marcas de cimento, como a base dessa peça.



Figura 104 – Marcas de cimento. Fonte: Imagem do autor.

Contudo, pelas fotos e descrições, existem dois tipos de armadilhas, os laços e o Mundéu. O primeiro é um mecanismo de acionamento de um laço, que prende a caça pelas patas. E o segundo tipo, por esmagamento, é um mecanismo que solta um pesado tronco sobre a presa encurralada.



Figura 105 – Armadilha Xetá (1). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.



Figura 106 – Armadilha Xetá (2). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.



Figura 107 – Armadilha Xetá (3). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.



Figura 108 – Armadilha Xetá (4). Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto de V. Kozák.

Os laços são feitos com galhos fortes e elásticos como base: “[...] levemente vergados para baixo, esses galhos prendiam a isca e um laço, o que era, sem dúvida, um meio muito menos arriscado de pegar o animal” (KOZÁK, 1979, p. 39).

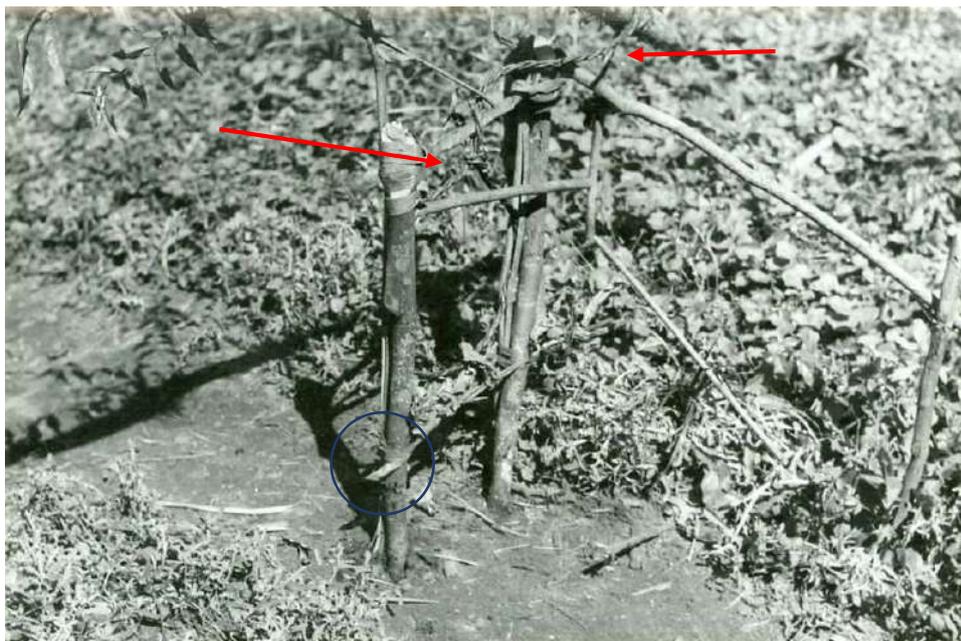


Figura 109 – Detalhe para o laço e a amarração de fibra de caraguatá na construção do mecanismo de acionamento da armadilha, indicado com a seta em vermelho. Fonte: Acervo MAE-UFRPR. Foto de V. Kozák.

A armadilha *mundéu* funciona por esmagamento e é composta de um grande tronco que é suspenso sobre um corredor de pequenos galhos onde é alocado a isca. O *Itaneppraká* possui um papel fundamental nessa construção para derrubada da árvore. Segundo Claudemir, durante a entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018²⁴, o mundéu:

[...] é um pau comprido, assim, grosso e daí eles [inaudível] assim no carreiro, eles fincam a farinha, assim, dos dois lados, daí esse gancho (as peças do acervo) aqui eles punham para ficar com o cipó enrolado, daí quando o bichinho passa ali tem uma peneirinha, ele vai pisar em cima, daí ele vai desarmar e aquela tora cai em cima dele. Daí ele passa dentro daquele cercadinho, eles acham um carreiro bem batido para fazer o *mundéu*. [...] Porque daí fazem um chiqueirinho, mais ou menos uma distância daqui lá, e esses ganchos aqui é que eles fincavam. (CLAUDEMIR, informação verbal)

Segundo os dados reunidos por Kozák (1979, 1981), no documentário e nas entrevistas, são bem mais garantidas de se conseguir a presa, e todos os animais podem ser capturados por essas armadilhas e demais laços, sejam mamíferos, aves

²⁴ Relato durante a entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018

ou répteis. Os Xetá possuíam pouquíssimas restrições alimentares – caracóis, rãs e alguns insetos (KOZÁK, 1981), logo, as armadilhas possuem uma estrutura preparadas para uma diversidade de caças, e a natureza das localizações, iscas e dimensões, vão variar de acordo com o objetivo do caçador e da disponibilidade da caça no seu território:

Era mais ligeiro, né? O pai diz que uma vez eles atiraram na anta e ela não morreu, diz que meu avô correu de cedo até meio-dia atrás dessa anta, com pedaço de pau deles para conseguir matar ela. Porque muitas vezes atira nela e ela não morre, ela corre muito e eles batiam em cima para não perder. Agora no laço não, chegou ali, já estava seguro, não tinha dificuldade nenhuma, era só chegar e matar (CLAUDEMIR, informação verbal).²⁵

Nos objetos acervados identificamos várias espécies: cutias, pacas, onças, quatis, capivaras, antas, veados, jaguatiricas, tatus, lontras e uma série de animais que não conseguimos identificar, que podem ser de pequenos mamíferos como ratos e camundongos caçados durante todo ano. A construção das armadilhas, que parece complexa aos nossos olhos, já é ensinado para crianças desde cedo, onde vão produzindo as armadilhas miniaturizadas e capturando pequenos roedores: “mesmo animais pequenos, como camundongos, eram apanhados pelas crianças em armadilhas mortais em miniatura” (KOZÁK, 1981, p. 64).

As armadilhas com laço são feitas para animais maiores, como porcos, veados, capivaras e onças, onde seu tamanho deve ser ajustado de acordo com a caça a se esperar e provavelmente adaptada de alguma maneira para a captura das aves. Enquanto o mundéu, é responsável pela captura dos pequenos roedores e répteis (DA SILVA, 2003, p. 139).

Apesar das armadilhas parecerem mais fáceis e com pouca necessidade de materiais para sua produção, elas necessitam das ferramentas como o machado, um artefato cortante lascado, fibras e fios, iscas específicas, e dos locais onde vão ser construídas: “[...] laço para anta em lugares cheios de fruta verde de araticum, [...] muito apreciada por essa espécie” (DA SILVA, 2003, p. 139), próximo dos montes de bagaços de coquinho de jerivá usados como isca para roedores (KOZÁK, 1981) ou dentro dos barreiros: “laços que eram feitos era nos barreiros, lugar onde os bichos

25 Relato durante a entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018.

grandes frequentavam muito para tomar banho de lama, daí eles faziam o laço ali para pegar eles, a anta, o veado, a capivara, para pegar no laço” relata Claudemir durante entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018; e também TIKUEN para DA SILVA (2003, p. 133).



Figura 110 – Armadilha armada próximo de coquinhos e bagaços de jervivá. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.

Segundo Kozák (1981), um só homem podia ter até 20 armadilhas e, algumas vezes, a inspeção delas levava mais de um dia, uma atividade de mobilidade diária que o Xetá ia acompanhado do arco e flecha para que, na oportunidade certa, conseguisse se aproveitar da caça de um animal. Essa tarefa de conferir armadilhas é uma tarefa individual ou em dupla (KOZÁK, 1981). A tarefa de conferir as armadilhas, torna-se também uma atividade de caça. A espera da armadilha torna o caminho do caçador Xetá, um roteiro para sua andança diária. Essa mobilidade diária empregada na caça alcança os níveis dos espaços selvagens ou são montadas apenas nos espaços domésticos? Outro questionamento seria na quantidade de espaço percorrido em um dia, o que pode ter relação com o tamanho espacial do seu território doméstico, se for o caso.

As armadilhas são tão importantes, que existiam armadilhas para as armadilhas, que Kozák (1981) chama de *Mandukas*. Sobre essas armadilhas, Kuein conta para Lucia da Silva (2003, p. 225) que "faziam pequenos buracos no caminho,

com pauzinhos apontados no fundo e cobertos com mato, para ferir os pés dos inimigos". Uma tática que ajuda a marcar invasores, sendo reconhecidos pelos ferimentos. Uma tática não só de proteção da caça, mas de demarcação dos seus domínios familiares, dos seus territórios e seus espaços de experiências.

As *mandukas*, que são cavadas pelo auxílio da cavadeira do *itânerpraká*, são localizadas nos caminhos que levavam às armadilhas e segundo Claudemir, as armadilhas não mudam de lugar, apenas quando elas deixam de capturar:

[...] elas ficam fixadas no mesmo lugar. Cê não muda eles não. Só quando fracassa mesmo, quando o bichinho passa e para de passar, aí você vai achar outro carreiro batido daí você faz outro [...]. Senão você desarma e larga ali, porque é muito pesado pra carregar. [...] Só desarma ali, se achar outro carreiro você vai lá e faz e continua pegando em outras" (CLAUDEMIR, informação verbal).²⁶

Assim, vemos que as armadilhas, e respectivamente suas *mandukas*, demarcam um território na paisagem Xetá a partir das relações entre os humanos e não humanos nesse espaço.



Figura 111 – Homens preparam as lanças que compõem a *manduka*, feitas em jatobá ou ipê. Segundo Kozák (1979), a confecção das lanças, observando pela foto, é realizada com um pequeno artefato lítico. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção V. Kozák - MP.KO.6977.

²⁶ Relato fornecido durante entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018.

3.3. Pilões

O pilão é o nome comum a vários artefatos para bater, amassar, triturar, calcar e esmagar. Trata-se de um suporte côncavo que funciona de forma passiva ao impacto de uma mão de pilão. No acervo do MAE-UFPR são quatro artefatos, dois pilões verticais e dois pilões horizontais. Os pilões verticais são construídos por várias partes, enquanto os horizontais possuem apenas uma única peça matriz.



Figura 112 – Pilão vertical demarcado em laranja e pilão horizontal demarcado em azul. Fonte: Acervo Museu Paranaense, MP.KO.7099.1.JPG. Foto: V. Kozák.

Não possuímos no acervo as respectivas mãos, os artefatos usados para bater, mas sabemos pelas fotografias que poderiam ser troncos de vários tamanhos e formas. Kozák (1981, p. 67) indica que “um grande pau, em forma de remo, *aúra haimbé*, geralmente era utilizado como mão”, mas essa descrição não condiz com as fotos observadas.



Figura 113 – Artefatos não presentes na coleção, aúra haimbé. Fonte: Acervo MUPA. MP.KO.6921.

3.3.1. Pilões horizontais (ou mesa de trabalho)

Os pilões horizontais são artefatos constituídos de apenas uma grande tora de palmeira com cavidades, mas vai muito além do seu uso como pilão, pois esse artefato ainda possui mais duas funções: como bancada de trabalho e como quebra-coquinho.



Figura 114 – Pilão horizontal. Fonte: Imagem do autor.



Figura 115 – Pilão horizontal. Fonte: Imagem do autor.

São duas peças observadas no acervo, uma com uma cavidade e a outra com duas. Feitos em tronco de palmeira, em uma região bastante retilínea, a maior circunferência do artefato varia de 82 cm a 69 cm e a menor circunferência está entre 67 cm e 58 cm; com os comprimentos de 117 cm e 121 cm, respectivamente.

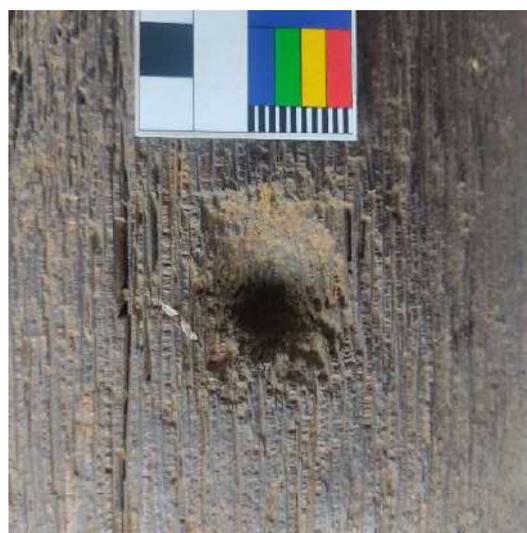


Figura 116 – Cavidade do Pilão Horizontal. Fonte: Imagem do autor.

As cavidades são abertas com o uso do formão, contudo, nas peças do acervo MAE/UFPR se vê marcas de instrumentos de aço. A boca possui uma forma bem quadrangular, enquanto a cavidade, de forma geral, possui uma forma bastante ovalada. Essas cavidades aparecem sozinhas ou em duplas e servem para triturar coquinhos e erva-mate (KOZÁK, 1979, 1981), contudo, as peças apresentam marcas de quebra-coquinho (em ambas as faces do tronco) e muitas marcas de utilização como bancada de trabalho, provavelmente como suporte para esculpir os arcos, os *Itánepraká* e os formões, observáveis nas fotos abaixo.



Peça A



Peça B

Figura 117 – Depressão de quebra-coquinhos. Fonte: Imagens do autor.



Peça A



Peça B

Figura 118 – Marcas de utilização como apoio. Fonte: Imagens do autor.

O uso dos pilões para pilar é realizado pelas mulheres, sentadas e com o apoio de mão de pilão grande e comprido, como observado na foto a seguir:



Figura 119 – Mulher Xetá utilizando o pilão. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.

3.3.2. Pilões verticais

Esses pilões são artefatos compostos em partes. Duas metades de um tronco de palmeira escavado, ligado por enviras de caraguatá e um bloco lítico alocado no fundo da concavidade (LAMING-EMPERAIRE, 1975; KOZÁK, 1979). As peças do acervo são duas: um composto de duas metades de tronco de madeira soltas e outra que tem duas metades ligadas por enviras de caraguatá e arame. Esse último elemento, muito provavelmente foi colocado pensando no objeto em exposição, pois são as peças de maior volume da coleção.

O pilão que possui as amarrações tem 123 cm de comprimento, a maior circunferência possui 110 cm (onde é a abertura) e a menor 79 cm (base), já a cavidade interna possui uma profundidade de aproximadamente 70 cm, mas de difícil medição dado o grau de desgaste e degradação da peça. A outra peça tem 131 cm de comprimento, com uma circunferência de 102 cm ocupando a maior parte, mas a

profundidade da cavidade é menor, entre 54 e 56 cm a depender da parte (variação irrisória e indicativa de uma escolha por um suporte específico).



Figura 120 – Pilão vertical. Foto: Douglas Fróis.

A manufatura deste artefato requer inicialmente a escolha da palmeira que possui as dimensões requeridas. Durante a entrevista realizada na Reserva Técnica do MAE/UFPR no dia 05/06/2018, Claudemir indica que o uso do tronco de coqueiro (termo por ele usado) se dá por ser uma madeira resistente e que não apodrece facilmente. A palmeira usada não tem identificação, mas devido as proporções, provavelmente seriam jerivás adultos.

Após a derrubada da palmeira com machado e o corte para definir suas dimensões, o passo seguinte é a abertura do tronco nas duas metades longitudinais, usando o próprio *itánepraká*, e depois é realizada a escavação da medula central esponjosa do tronco de madeira para produzir as duas metades simétricas bilateralmente, provavelmente com o formão de osso, já que todos os outros furos e cavidades são realizados com este objeto. A concavidade do pilão possui uma forma específica, o recipiente principal, seguido de uma outra concavidade menor que pode ser para acoplar a pedra. Contudo, vários pilões de madeira possuem uma forma similar, cônica, de forma que naturalmente o produto a ser moído, triturado e/ou amassado se concentre no centro.

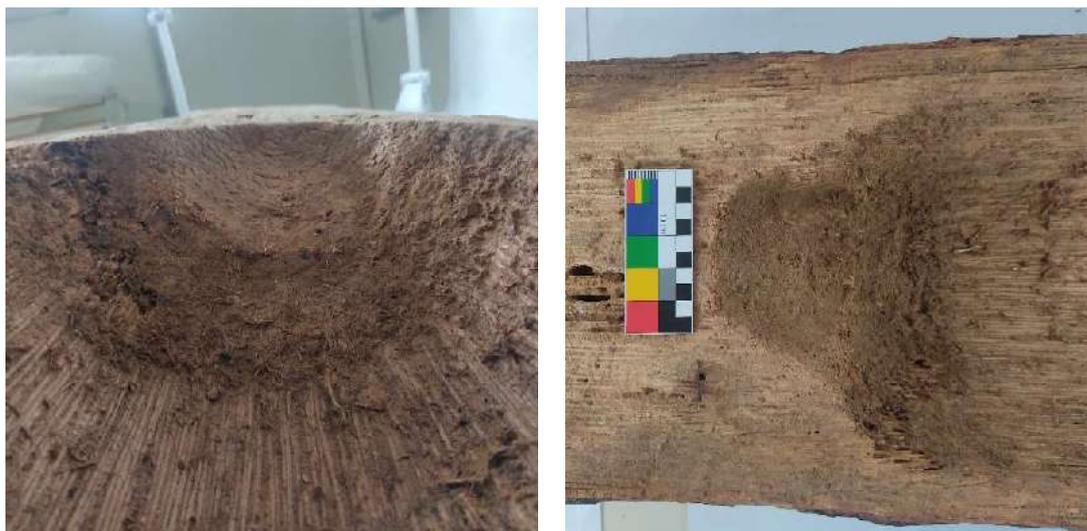


Figura 121 – Forma da concavidade. Fonte: Imagem do autor.



Figura 122 – Demonstração da posição da pedra no fundo do Pilão. Fonte: Imagem do autor.

Em uma inspeção de uma área abandonada do acampamento, Laming-Emperaire (1978) descreve que encontrou

[...] duas grossas pedras, de mais ou menos 18 cm de diâmetro com a superfície rugosa lacunosa, tendo vagamente a forma de um disco espesso de uma dezena de centímetros, guarneceram talvez o fundo de antigos pilões atualmente destruídos (LAMING-EMPERAIRE *et al.*, 1978, p. 39).

Essas pedras do fundo do pilão no cervo do MAE/UFPR podem corresponder a duas peças. Uma delas é de quartzito/arenito silicificado e possui marcas de polimento por madeira bem nítidas, indicando seu uso como o fundo da concavidade do pilão. Seus lascamentos não são aleatórios, mas realizados unifacialmente, sendo que dificilmente pode-se conseguir identificar suas direções e arestas devido ao polimento. As pedras são uma base sólida para os pilões desde o início dos pilões, ou as pedras são alocadas em pilões antigos e reaproveitados? Ainda me restou essa dúvida.



Figura 123 – Pedra para se alocar no fundo dos pilões coletada por Laming-Emperaire. Fonte: Imagem do autor.



Figura 124 – Parte do Pilão vertical. Peça s/n. Fonte: Imagem do autor.



Figura 125 – Detalhe do Brilho do Polimento causado pelo atrito da pedra na madeira. Fonte: Imagens do autor.

O último elemento do pilão vertical são as amarrações com fitas de caraguatá, escuras e tratadas. São quatro amarrações, sendo duas que ficariam enterradas, pois seu uso deveria provocar a necessidade de se manter a peça bastante firme.



Figura 126 – Pilões em contexto, detalhe para a amarração abaixo da linha do solo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.

O seu uso, realizado em pé, com o auxílio de uma mão de pilão, relacionava-se ao processamento de uma série de alimentos, como cocos, frutas e carne, como a de onça e veado, segundo Kozák (198, p. 67). Tikuein e Kuein relatam para Da Silva (2003, p. 129) que um dos rituais para o consumo da paca, requeria o amassar parte da caça no pilão, antes de ser repartida igualmente entre os familiares. Claudemir, durante entrevista na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018, também indica o uso para macerar carne, com o intuito de variar o cardápio.

Eram nos pilões verticais que produziam os mostos de jerivá para fermentação de bebidas usadas nas beberagens, realizadas sazonalmente e durante os rituais de iniciação. Nesses momentos, o grupo possuía uma baixa mobilidade residencial,

permitindo todas as manifestações sociais: clausuras das meninas após a menarca, fermentação da bebida, construção da casa grande, entre outras.

Kozák (1981) ainda registra o seu uso para pilar o palmito assado:

Essa palmeira ainda oferecia outra fonte de alimento. O centro do tronco continha uma medula comestível, que podia ser extraída depois de abatida a árvore com um machado de pedra. Secava-se esse material ao fogo, socava-se no pilão e passava-se na peneira (KOZÁK, 1981, p. 50).

Kozák (1981) indica que o uso do pilão era feito por duas mulheres que “trabalhavam juntas ao pilão, uma vez que a mão era pesada demais para uma só” (KOZÁK, 1981, p. 67), mas em suas fotos os homens participam de algumas etapas do trato do alimento.



Figura 127 – Xetás usando um pilão vertical. Fonte: Acervo Museu Paranaense - Coleção W. Kozak - MP.KO.7371.1.

Cada aldeia possuía dois destes grandes pilões fixos no espaço residencial (KOZÁK, 1981). Por se tratar de artefatos demasiadamente grandes e volumosos para um grupo com uma alta mobilidade residencial, Claudemir relata durante entrevista realizada na Reserva Técnica do MAE no dia 05/06/2018 que “quando ia para outro acampamento eles faziam outro para fazer os usos deles”, uma ação mais plausível para esse estilo de vida, deixando em aberto a questão quanto a reocupação dos espaços residenciais e o reaproveitamento dessas peças.

É visto, nas fotos de Kozák, que existia um outro artefato similar em função, um outro pilão, mas que não dispomos no acervo. Também não temos registros do tipo de mão de pilão como a fotografada abaixo, mas nota-se a semelhança com o cabo do *Itapranaká*, reforçando a ideia dos múltiplos usos deste artefato.



Figura 128 – Pilão que não faz parte do acervo. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: W. Kozák.

3.4. Outros objetos Xetá da coleção do MAE-UFPR

Os artefatos Xetá do acervo MAE-UFPR ainda incluem os trançados (com bolsas, peneiras, abanos, esteiras e cestos); fios, cordões e tecidos (tangas); adornos (brincos, colares, vestíveis para cabeça e tembetás); sinalizadores e instrumentos musicais (apitos, flautas); recipientes (cuias, estojos, espadas de palmeira e cascas de árvore), além de artefatos com funções rituais e medicinais.

3.4.1. Trançados

Os trançados Xetá permeiam uma série de objetos feitos em palha de jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) para confeccionar esteiras, peneiras, tipóias, cestos, bolsas e abanos. O uso desses artefatos tem uma importância muito grande no cotidiano do grupo, pois permeiam as atividades para carregar coisa, preparar alimentos, e para o conforto. Quase todas as peças possuem um trançado com o mesmo desenho, mas criando formas diferentes. Os únicos artefatos elaborados em taquara são as peneiras.



Figura 129 – Tipóia, cesto bolsiforme e fragmento de esteira. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.



Figura 130 – Tipóia em uso. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.



Figura 131 – Abanos e Esteiras. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.



1



2



3



4

Figura 132 – Artefatos trançados. 1. Abano, 2. Pré-forma de peneira. 3. Peneira Finalizada. 4. Tigela.
Fonte: Imagens do autor.

3.4.2. Cordões, fios e tecidos

Os Xetá usavam uma série de fios, fitas e cordas, nas mais diversas aplicações. Cipós e fibras de madeiras eram comuns, mas a produção de produtos de caraguatá (*Bromelia balansae*) é impressionante. Sua produção é assim registrada por Kozák (1981):

As mulheres dilaceravam cuidadosamente as longas folhas espinhentas, com grande atenção, para não se ferirem nos espinhos pontiagudos. A parte interior fibrosa das folhas era umedecida durante três ou quatro dias, até que a polpa pastosa em redor das fibras se tornasse bem macia e pudesse ser removida com um simples raspamento de unhas. Depois, cardavam essas fibras sedosas em cordões, rolando-as com a palma das mãos, sobre as coxas (KOZÁK, 1981, p. 81).



Figura 133 – Preparo das fibras de caraguatá. Fonte: Acervo Museu Paranaense, nº de registro MUPA MP.KO.6893.



Figura 134 – Preparo das fibras de caraguatá. Fonte: Acervo Museu Paranaense, nº de registro: MUPA. MP.KO.6894.

A aplicação é realizada na construção dos *tapuy*, nos arcos, nas flechas, no transporte da caça e do mate, nos pilões, para escalar árvores, para costuras, na aplicação de tecidos para tangas, na culinária, na pesca, entre outros. (FERNANDES, 1959; KOZÁK, 1979, 1981; SILVA, 1988, 2003).

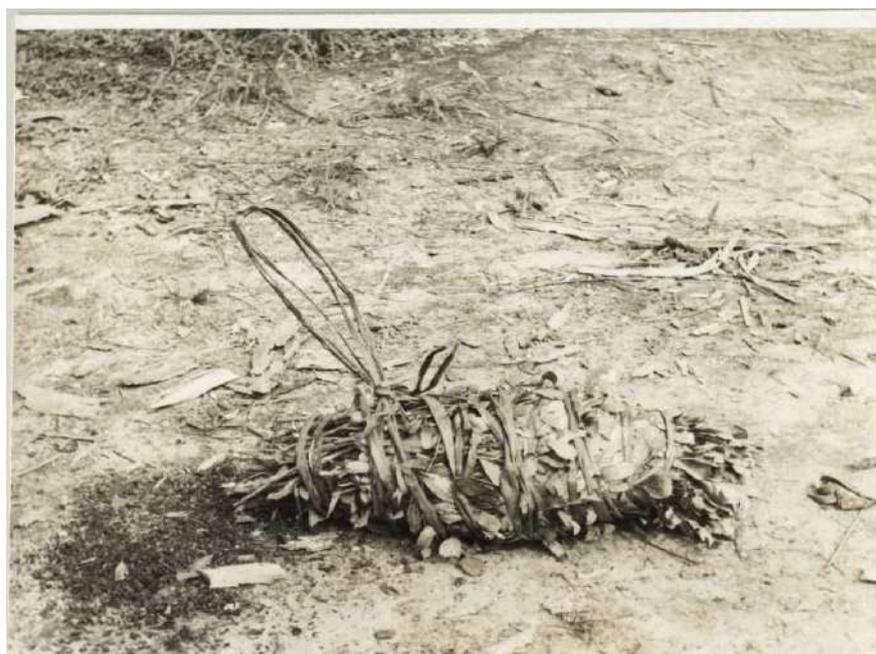


Figura 135 – Amarração das folhas de erva-mate com envira de guaraguatá. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto V. Kozák.



1



2



3



4

Figura 136 – Linhas de guaraguatá. Foto 1. Novelo. Foto 2. Costura da diadema de cauda de macaco. Fotos 3 e 4. Costura em espata de palmeira. Fonte: Imagens do autor.



Figura 137 – Detalhe da amarração das taquaras na peneira. Fonte: Imagem do autor.



Figura 138 – Uso de diversas cordas no fogão suspenso. Fonte: Acervo MAE-UFPR. Foto: V. Kozák.

3.4.3. Adornos

Os adornos Xetá são peças feitas com esmero e vão desde os aspectos estéticos à concepção de corpos, vestimentas, status sociais, religiosidade, hierarquias e uma infinidade de relações entre humanos e não humanos. Infelizmente, durante os contatos com os Xetá, os aspectos cosmológicos destes objetos não foram registrados.

Os adornos são objetos que exprimem a visibilidade do indivíduo que pertence a um grupo identitário perante a vivência do mundo, é a sua identidade. Essa preocupação com a privação de identidade trazida pela retirada dos adornos pelos brancos é marcada no relato dos sobreviventes: “foi difícil ver-me sem nossos brincos, colar e cordões das pernas” (Kuein e ã para DA SILVA, 1998, p. 69).

De acordo com o relato de Kuein:

Eu me lembro direitinho de tudo. Naquele tempo, eu estava vestido com meus brincos de pena na orelha, tanga de fibra de caraguatá (fibra de palmeira) meu tembetá e levava meu arco e flecha. Me tomaram tudo, fiquei limpinho, nu, sem nada de minha gente (DA SILVA, 1998, p. 56).

ã ainda relata à Carmem Lúcia da Silva, o seu estranhamento quando foi retirada da Serra dos Dourados e levada para residir em Curitiba:

[...] No pescoço eu tinha um colar de continhas (sementes) com dentinhos de quati bem pequenininho. Dival cortou, tirou tudo. Eu não queria que ele tirasse, mas ele me agradou para tirar e tirou tudo. Até meu brinco, e o amarelo de minha perna foi tirado. Eles me deixaram nua, embora estivesse de vestido (DA SILVA, 1998, p. 68).

Os Xetá possuíam como adornos tembetás de resina de jatobá, plumagens no cabelo, amarrações nos membros, diademas e vestíveis para cabeça, colares de falanges e de dentes de quati e brincos feitos do peito de diversas espécies aves. Neste último caso, conseguimos identificar que a grande maioria das peças do acervo são de papagaios (Psittaciformes), mas aparecem diversas espécies também, como o araçari-castanho (*Pteroglossus castanotis*), o pavó (*Pyroderus scutatus*) e o pica-pau-rei (*Campephilus robustus*).



Figura 139 – Homem Xetá com adornos. Fonte: Acervo Museu Paranaense: Foto V. Kozák.



Figura 140 – Colar de dente de quati. Fonte: Imagens do autor.



Figura 141 – Colar feito com sementes, fios e dentes de quati. Fonte: Imagem do autor.

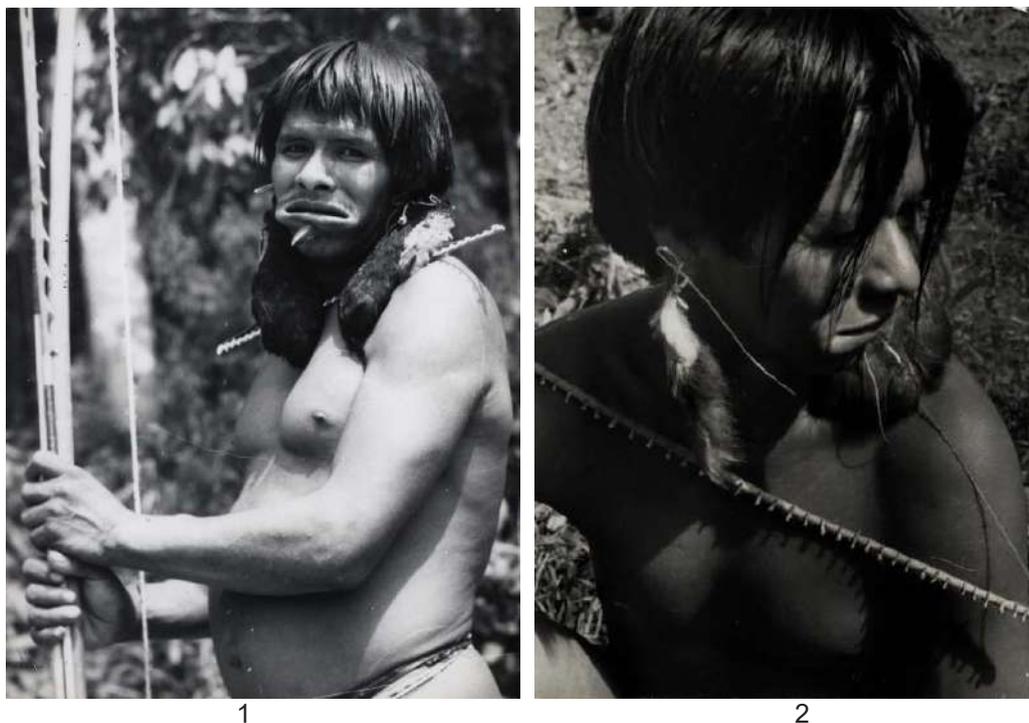


Figura 142 – Homens Xetá com seus adornos. Fonte: Acervo Museu Paranaense, nº de registro Foto 1. MP.KO.7314, Foto 2. MP.KO.7210.1.TIF.



1

2

Figura 143 – Brincos Xetá. 1. pavó (*Pyroderus scutatus*) e 2. pica-pau-rei (*Campephilus robustus*).
Fonte: Imagens do autor.

3.4.4. Sinalizadores e Instrumentos Musicais

No acervo Xetá do MAE/UFPR existem flautas de taquara, quase todas do mesmo tamanho (e são compostas de uma, duas ou até três partes). Nota-se também que uma das taquaras estão invertidas em relação as outras no mesmo conjunto. As flautas são citadas para imitar sons de pássaros na caça ou para despistar inimigos (KOZAK, 1981; BIGG-WRTITTE, 1878).



Figura 144 – Flautas Xetá. Fonte: Imagens do autor.

3.4.5. Recipientes

A categoria “recipientes” envolve objetos que possuem como principal função o armazenamento. Segundo da Silva (2003, p. 148), a única espécie vegetal que era plantada era a cabaça ou porongo (*Crescentia cujete*), “que lhes servia de vasilha, e cujas sementes comiam (...) [era] um dos poucos utensílios que eram transportados nas suas caminhadas”. Kozák (1981) indica que, próximos aos acampamentos visitados em 1956, era comum ter uma planta rasteira que produzia pequenas cabaças, onde a polpa era comida e as cascas utilizadas como vasilhas, e ainda indica que poderiam ser plantadas.

Igualmente importantes são os recipientes feitos com as espadas da palmeira de jervá, com uma presença muito marcante durante o dia a dia, dada a sua versatilidade de utilizações. Segundo Berta Ribeiro (1985), esses recipientes são definidos como bainha de folha de palmeira, utilizada como recipiente para fins culinários e outros fins. Na classificação geral do museu, constam como utensílios de madeira e outros materiais para a guarda e serviço de alimentos. Constituem um recipiente para uso geral, inclusive no fogo e de baixa durabilidade, não deixa registro

material arqueológico. Sua forma alongada, assemelha-se a uma canoa ou rede estendida. Essas peças constituem um dos objetos mais utilizados pelos Xetá durante seu cotidiano e provavelmente o objeto com maior presença nos espaços domésticos (Figura 145), fato dado pela sua facilidade de aquisição e versatilidade de usos.



Figura 145 – Espata de Palmeira de Jerivá. Fonte: Imagem do autor.

No acervo do MAE-UFPR, são três espatas deste tipo, com dimensões similares, variando o comprimento entre 130 cm e 140 cm e a maior largura entre 11,5 cm e 15 cm. As peças são firmes e possuem poucos sinais de quebras, cupins e/ou fraturas. Nas descrições e imagens, vemos que poderiam ter as extremidades amarradas e/ou suportes para manter a espata aberta, mas as peças observadas não possuem nenhum tipo de modificação além de sua retirada da palmeira. Ambas são da Serra dos Dourados e compradas por Loureiro Fernandes em setembro de 1960. Essas peças correspondem a recipientes, funcionando para armazenar líquidos e alimentos, e desempenham o papel do que entendemos como vasilhas, pratos, copos e panelas.

A espata é bráctea ampla, que envolve a inflorescência de diversas plantas e que aparece de forma lenhosa nas palmeiras de jerivá utilizadas pelo Xetá. Kozák (1981) a descreve como feita da longa e verde espátula que rodeia o broto quase maduro da palmeira jerivá.

Pensando nos pontos de gestão de matéria-prima propostos por Pérles (1987) sobre a abundância, qualidade, custo e demais atributos relacionados à inferência e observação sobre a gestão da matéria-prima, notamos que a baixa durabilidade dos recipientes é resolvida facilmente pela grande disponibilidade e pela facilidade de aquisição, pois faz parte do ritual diário de coleta dos coquinhos de jerivá. Seria, portanto, mais um objeto que tem como matéria-prima a palmeira de jerivá, uma palmeira de grande estima para o grupo, e desempenha um papel importantíssimo na construção de vários outros objetos.

Aparentemente são peças de fácil obtenção pois não necessitam de nenhum trabalho extra, além de subir no alto de uma palmeira e retirar a espata com golpes de uma lâmina. Porém, segundo Kozák (1981), sua manufatura exigia um processo um pouco mais complexo:

Depois de cuidadosamente aberta a espátula com a ponta do cabo de um machado de pedra, era colocada sobre brasas por alguns minutos, a fim de ressecar o broto no interior da bainha. Esse processo facilitava a remoção do broto. Depois, colocavam-se travessas pequenas de madeiras na parte de dentro da espátula vazia, para impedir que se enrolasse. Quando a extremidade pontuda da espátula já se apresentava propícia a conter água, não havia necessidade de nenhuma alteração. A extremidade oposta era preparada, comprimindo-se fortemente um lado sobre o outro e amarrando-se com fibra de palmeira, para torná-la conveniente a conter água (KOZÁK, 1981, p. 54).



Figura 146 – Espata com água e areia para auxiliar no polimento. Foto: Acervo MAE-UFPR.



Figura 147 – Usado como recipiente para armazenar porções de larvas de coleópteros, percebe-se os dois suportes que abrem a espata. Fonte: Acervo MAE-UFPR.



Figura 148 – Usado para armazenar os tubérculos antes ou após seu preparo. Fonte: Acervo MAE-UFPR.

O recipiente de espata também era usado para recolher os líquidos durante o assado de cobras. De acordo com Kozák:

Com uma vara longa, matavam as cascavéis a pauladas. Tostavam a pele sobre o fogo, para mais fácil remoção e, depois enrolavam a cobra em espiral e assavam-na como as demais carnes, suspensa de um laço entre dois toros ardendo. Enquanto ela assava, os Xéta iam recolhendo sua gordura numa de espátula de jervá (KOZÁK, 1981, p. 65).

No encontro Xetá realizado no dia 21/05/2019, no acervo do MAE-UFPR, Indiamara indica que seu uso também era como uma "panela de pressão". A carne da caça era colocada dentro da espata, ela então era amarrada e depositada direto no fogo para cozinhar. Uso similar ao que damos a folha de bananeira ou ao papel alumínio. Essa versátil vasilha, segundo Kozák (1979, 1981), por ser verde, pode ser colocada sobre as brasas durante quatro vezes.

Kozak (1979) ainda cita o cocho (*tanuango*), no qual eram feitas bebidas fermentadas de muitos frutos, especialmente a jaboticaba (*Myrciaria cauliflora*), guavirova (*Campomanesia guaviroba*) e a pitanga (*Eugenia*) para as festividades de furação labial e casamentos. Esses fermentadores eram feitos de grandes troncos rachados e escavados (não possuímos exemplares no acervo).



Figura 149 – Provavelmente é o cocho (*tanuango*). Fonte: Acervo MAE- UFPR. Foto: V. Kozák.

3.4.6. Mágicos e médicos

Essa categoria de objetos está relacionada a artefatos que possuem um caráter essencialmente relacionado ao mundo mágico, que por vezes temos as peças materiais, mas seus fluxos de relações não estão relacionados aos contos e narrativas já realizadas.

Um desses casos é o crânio de mamíferos amarrados, que Kozák (1979) indica que eram pendurados nas árvores próximas ao acampamento. Cada peça tem um tipo de amarração distintas e de cruzamentos intrincados em alguns casos. Teriam diferenças as amarrações em relação as espécies, as maneiras de caça, do motivo, da magia envolvida? Apenas novas pesquisas focadas nessas relações da materialidade com o mundo metafísico poderiam dar sentido a muitas dessas perguntas.



Figura 150 – Crânios amarrados (1). Fonte: Imagem do autor.



Figura 151 – Crânios amarrados (2). Fonte: Imagem do autor.



A

B



C

D

Figura 152 – A- Jaguatirica (cf. *Leopardus pardalis*), B- Quati (cf. *Nasua Nasua*), C- Lontra (cf. *Lontra longicaudis*), D- Javali juvenil (cf. *Sus Scrofa*). Fonte: Imagens do autor.

Outros artefatos que estão citados como instrumentos cirúrgicos, são pequenas agulhas de ossos de aves amarrados e perfuradores de mandíbulas. Segundo Kozák (1981), são agulhas usadas para retiradas de espinhos e os perfuradores para perfuração dos lóbulos da orelha para brincos e na perfuração para alocação dos tembetás, na parte inferior dos lábios.



Figura 153 – Instrumentos cirúrgicos. Fonte: Imagem do autor.



Figura 154 – Agulhas e perfuradores. Fonte: Imagem do autor.

Provavelmente, o objeto Xetá que possui o seu caráter mitológico mais descrito no acervo é *Aura-pera*, os Travesseiros/Pau de chuva. É por meio desta peça que se alcança uma ligação mágica com o mundo das chuvas. Materialmente, é apenas uma meia tora de cortiça ou árvore corticeira (*Erythrina crista-galli*), uma madeira macia e de difícil corte com o machado (KOZÁK, 1979, p. 54).



Fig. 38. Chamando chuva por meio da batida contra uma árvore com o descanso de cabeça de madeira — aúra pera.

Figura 155 – Xetá fazendo uso do Aura-pera, os Travesseiros/Pau de chuva. Fonte: V. Kozák, 1981, figura 38.

Ao anoitecer e o descanso ser necessário, o objeto lhe apoia a cabeça e durante a estiagem. Em épocas difíceis, o mesmo objeto que é carregado pelas mulheres em seus cestos, é usado para clamar por chuva. Em um ritual, funciona como apoio para cabeça exatamente como um travesseiro, e nos períodos de seca ele é usado para se chamar chuva segundo Kozák (1979):

O ritual de chamar chuva é bem simples e cansativo, onde um dos homens segura o artefato com as mãos e bate com o *Aura-Pera* (nome Xetá) no tronco de uma árvore próxima. Processo que é repetido até que o artefato consiga que o som oco produzido ressoe e traga a chuva. Um processo que pode durar vários dias (KOZÁK, 1979, p. 48).

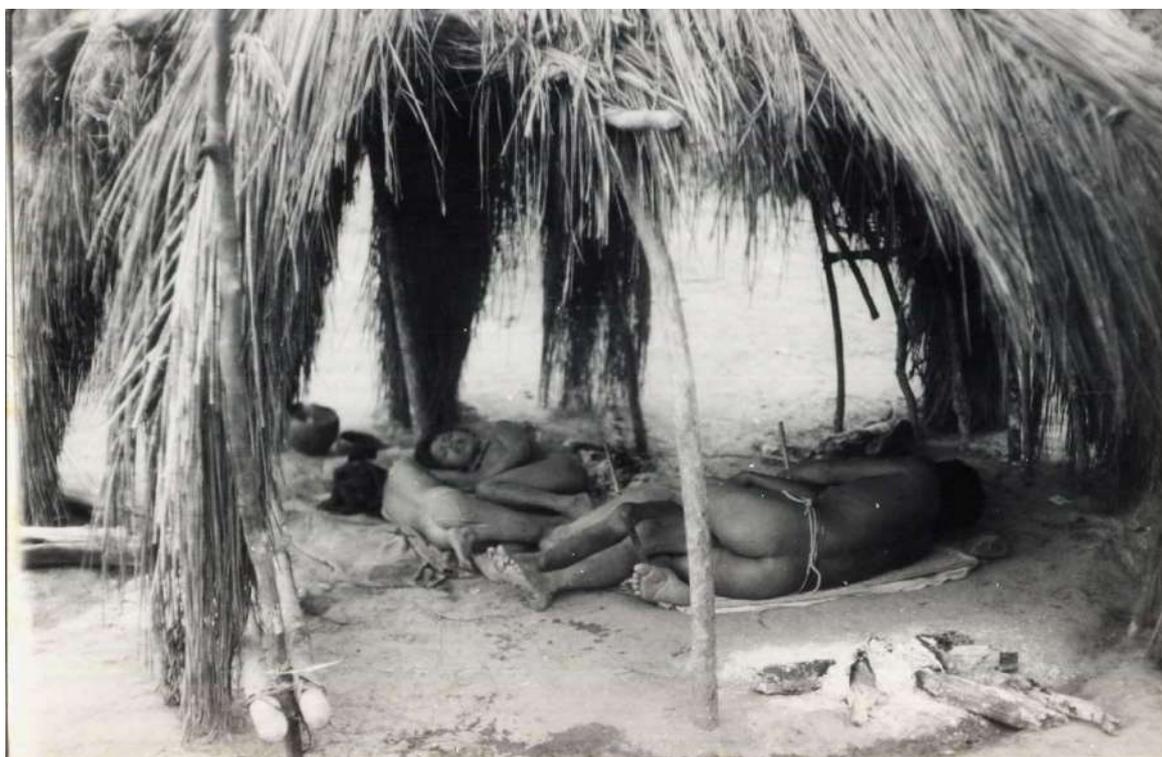


Figura 156 – Xetá dormindo com o travesseiro. Fonte: Acervo MAE-UFRPR. Foto: V. Kozák.

O uso do travesseiro para esse contato com as experiências oníricas e o ritual de chuva são duas funções distintas do mesmo artefato. Este possui também como finalidade a alimentação, pois é por meio da chuva que se mantém as palmeiras de jerivá. As mulheres carregam os travesseiros dentro das suas cestas, enquanto os homens utilizam para chamar a chuva, e todos compartilham do objeto como travesseiro (KOZÁK, 1979).

Além das relações com o mundo não humano, o travesseiro/pau-de-chuva possui relações com outros artefatos, com o machado que realiza o seu corte para produção e, provavelmente, o formão de osso possa ser usado para abertura longitudinal da tora.

Refletindo sobre as duas utilidades deste artefato podemos vislumbrar uma conclusão interessante sobre uma raiz demiúrgica do artefato. De um lado, o contato

com o mundo espiritual se dá através do choque das madeiras e o soar deste choque, e o outro ponto é que, quando dormimos, somos transportados ao mundo dos sonhos. Os sonhos, por sua vez, podem ser associados às experiências descontroladas e produzir doenças ou acidentes; por outro lado, os sonhos podem permitir previsões e/ou favorecer determinadas práticas, como caça, pesca, casamento (DESCOLA, 2006; LANGDON, 1999; VIANNA, 2016) e, por que não, chuva?

4 A Coleção Xetá como materialidade vivida e experienciada

Ao observarmos as peças da coleção Xetá em seus contextos de produção e uso, buscou-se evidenciar o encadeamento das ações dos gestos técnicos em busca de um determinado instrumento, seu conceito, design, funcionamento e objetivos. O instrumento é entendido como o resultado de um projeto, pré-concebido na mente do artesão, culturalmente determinado (PELEGRIN, 2005). Trata-se de uma materialidade vivida e experienciada, pois “não há mundo das coisas lá fora, senão um mundo existente em que pessoas e coisas se fazem juntas” (BECHELANY, 2017, p. 273).

Isso se traduz em etapas de observação da produção dos artefatos, que seguem uma lógica que se materializa na escolha por determinadas matérias-primas, morfologias, técnicas, métodos e gestos específicos como fluxo da interação cultural e do comportamento do artesão que relacionam a matéria e a materialidade. Conforme Sigaut (2008), é preciso reconhecer que a materialidade não é apenas uma prótese para extensão corporal, são instrumentos que agem sobre o corpo, alterando seus gestos e percepções. São fomentadores de uma interação para além da relação humano *versus* matéria. Assim sendo, os sistemas técnicos Xetá não operam em uma relação dual apenas entre sujeito e objeto, mas sim, nas ações de interações entre humanos, plantas, animais, coisas (cf. HAUDRICOURT, 2013) e o seu mundo ontológico.

Apesar de toda a interação entre as relações existentes, cabe salientar que os elementos envolvidos são distintos entre si. Conforme as narrativas Xetá, o tempo que humanos se transformavam em coisas e animais é o “tempo dos muito antigos” (PASSOS, 2021). Estão em uma temporalidade mítica, no mesmo espaço/tempo de parentes míticos, como os irmãos Sol e Lua e os imortais que viviam no fundo das cachoeiras (Da SILVA, 2003, p. 100) e toda a materialidade que foi observada faz parte do tempo do mato” – o período temporal das memórias de quando o grupo vivia na Serra dos Dourados – mas com uma influência direta do momento específico nos quais viviam, em guerra. Portanto, é ciente que essa materialidade é um produto deste tempo, e sua amostra, bem como as interpretações, também são sincrônicas nesse espaço-tempo. Arcos, Machados, Bordunas e Mandukas são peças que podem ter uma presença mais importante devido a essa estratégia de guerra adotada pelos Xetá.

A gestão de recursos é um dos principais limiares das relações entre humanos e não humanos, é base material das cadeias operatórias. As plantas e animais são entendidos como materiais vivos, onde suas propriedades, características e demais fenômenos fazem parte de uma vivência histórica, enquanto fluem, misturam-se e transformam-se juntamente com os humanos (INGOLD, 2011, p. 30).

As matérias-primas Xetá são todas localmente disponíveis e todas fazem parte do conhecimento técnico da sociedade e permeiam seus territórios tradicionais, sejam as matérias-primas líticas como sílex e vegetais, como o caraguatá, o ipê ou o jerivá. Conforme descrito no capítulo anterior, as aves, mamíferos, plantas e rochas são parte desse sistema técnico Xetá, e estão integradas em maior ou menor grau, dentro de seus territórios, nas relações entre os espaços domesticados (aqueles de uso cotidiano e diário) e dos espaços selvagens, o espaço isolado que pertence ao âmbito “da mata”.

As atividades de coleta obedeciam ao período de cada uma das espécies apreciada pelo grupo e que condiciona também os períodos de menor mobilidade residencial e marcava também os rituais e as beberagens. Desta forma, podemos argumentar que a casa (ou os espaços domésticos residenciais) é o ponto central na qual os Xetá estavam organizados socialmente. São nessas áreas domésticas (*Domus*) que identificamos as áreas de fabricação, uso (de grande parte) e armazenamento de artefatos, objetos e matérias-primas. Nessa perspectiva, os espaços domésticos podem ser analisados como diferentes espaços sociais que são transformados ao longo da história, a partir das diversas mudanças sociais (causadas por diferentes fatores) e das ações que ocorrem dentro destes espaços.

A “casa” é o espaço social Xetá que engloba a maioria das relações e atividades sociais, seja nos períodos de agrupamento ou seja nos períodos de maior mobilidade residencial, onde os espaços domésticos se envolvem em maior número com os espaços selvagens (*agrío*), a caça se torna o grande fator de mobilidade e os arcos e flechas desempenham um papel de grande importância na manutenção dos seus territórios.

Por sua vez, a fabricação dos artefatos Xetá propriamente dita, ocorre primordialmente nos espaços domésticos e na maior parte das atividades de construção, com os responsáveis sentados em suas esteiras, feitas em folhas de jerivá. As matérias-primas são levadas para o espaço doméstico (às vezes em seu

estado inicial de captura, como nas folhas de palmeira, ou já previamente trabalhadas, como ocorre em algumas caças) para então serem produzidas e posteriormente usadas nas suas respectivas funções ou guardadas para usos futuros. A perícia pela qual os artesões possuem no manejo e trabalho de algumas peças é de uma destreza ímpar.

Essa relação é visível na nomeação das espécies de caça, onde por exemplo, a paca, o gato do mato, onça, aves e macacos podem ter termos diferentes para designar sua “origem”, que são tabus de nomeação baseados se a espécie está solta na mata ou é designada pela forma como foi capturada. Por exemplo, quando está no mato, solta, a paca é *xami*. Quando cai na armadilha é *hajakã*. Cotia no mato é *kapoko*; na armadilha é *hajakã kékeaj*. A onça, no mato é *ñágwa*, mas após sua captura no laço, pode-se se chamar de *hajakã piritai* (carne malhada) ou *hajakã imahajwazo* (bicho do olho grande), o mesmo se repete para outras espécies (DA SILVA, 2003). Esse tipo de relação nominal ao material está ligado aos artefatos de captura, ou seja, a “caça” muda de nome a partir que transcende do selvagem para o doméstico e de acordo com os métodos e objetos específicos para sua captura.

Os animais são os materiais (Ingold, 2001) que apresentam a maior complexidade de relações e entendimentos, que envolvem um maior número de cadeias operatórias para sua aquisição e uma gama de fenômenos variados, muito além da sua mera aquisição como recurso. Sua aquisição não é unicamente pensada para produção artefactual, mas conforme Da Silva (2003) indica, cada espécie animal corresponde a um tipo de conduta a ser realizada e cada caçador especializa-se em um tipo de caça específica, perícia essa que implica numa maior destreza e habilidade na execução dessa ação.

Essa especialização de eficiência é tão marcante, que o caçador que detém essa alta habilidade, recebe um nome para ressaltar seu domínio perante a sociedade e assim reforça a importância da ação para comunidade. E fica claro na fala de Tikuein (da Silva, 2003, p. 133), que os caçadores devem ser bons em todas as “qualidades de bicho, mas tem um que ele é melhor que tudo” e completa que “todo mundo tinha que ser bom em alguma técnica, se não fosse, não tinha como viver”. Uma fala que indica uma divisão social do trabalho entre os Xetá de acordo com as habilidades técnicas individuais.

Desta forma, fica claro que existe uma especialização técnica na captura de determinados animais, ou seja, era uma obrigação do caçador ter sua especialidade, que poderia ser voltada para construção dos meios de captura, conforme a fala de Tikuein: “Tinha aqueles que eram bons armadores de laço, outros de mundéu. Outros de atirar com arco e arco e flecha”; ou para caça, como os nomes do pai e tio paterno de Tikuein, Tajkúmbaj "caçador de anta" e Iratxamýway, "caçador de capivara", respectivamente.

Portanto, a importância de um gesto técnico e o uso de um objeto técnico, vai muito além da relação humano-objeto-matéria. Ela está intimamente ligada aos aspectos socioculturais dos Xetá, de tal dialética, que o papel de trabalho que essa pessoa desempenha é o que a define perante sua sociedade, no caso dos caçadores.

Segundo Da Silva (2003) os caçadores possuíam uma noção de todos os hábitos dos animais, seus horários, locais, ciclos reprodutivos, crescimento engorda e as épocas de escassez e abundância. Obviamente, todo esse conhecimento “reflete” nas formas pelas quais os Xetá capturam essas presas, as técnicas apropriadas induzem a alocação das armadilhas, da posição do tiro com o arco e mesmo no seu caminhar silenciosamente em um rastro. Por exemplo, uma das técnicas de caça descritas está relacionado ao uso do araticum verde como isca nos laços para as antas (DA SILVA, 2003) ou dos bagaços de jerivá para os porcos (KOZAK, 1979).

Os Xetá são grupos que vivem da caça e da coleta, com uma interação territorial marcada por deslocamentos e usos dos objetos, são coletivos que tendem a mudar seus assentamentos com frequência, várias vezes por ano, em um padrão de concentração e dispersão sazonal relacionado, em especial, às espécies disponíveis e aos tempos de religiosidade, e assim tendem a passar parte do ano dispersas em pequenas unidades de forrageamento e outra parte do ano agregadas em grupos maiores. Essa mobilidade é um elemento importante de sua política e os sistemas de posse e território respeitam a uma regra relativa ao parentesco onde a liderança não é relacionada a um cacique, mas a uma liderança influente, sábia e com habilidades específicas de caça.

Tikuein Xetá²⁷ relata que as mudanças de acampamento ocorriam após a escassez da caça e das frutas, e seu retorno a essa mesma localidade se daria após

27 Relato no documentário: XETÁ, Curta-metragem, produzido pela WG7BR. Direção: Fernando Severo. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_aUyib-tAlo acesso em: 22/06/2021

dois, três ou mais meses. Claudemir²⁸ também indica a mesma situação: “Faziam lá um acampamentinho e ficavam lá até enfraquecer. Enfraquecia, iam mais para a frente. Daí quando ficava forte eles vinham voltando tudo de novo”. Indica ainda que as distâncias de mudança residencial eram entre 20 e 30 quilômetros andados, o que tem uma influência material no posicionamento dos acampamentos na paisagem e nos seus padrões de assentamentos.

Essas mudanças de acampamentos eram cíclicas, os relatos demonstram esse retorno ao acampamento principal, onde as famílias se reúnem para as histórias e fazer os rituais de passagem e beberagem. Essa sazonalidade Xetá e sua mobilidade residencial são marcadas por duas estações de seis meses cada: o inverno, *arãdja*, e o verão, *hákuti*, que era o tempo *hawágwi*, uma época enfumaçada e quente (DA SILVA, 2003). As estações servem de plano de fundo para a mobilidade anual do grupo, seus comportamentos em relação a paisagem e da vida socioeconômica da população. São movimentos de dispersão e contração e com a dinâmica de forrageio que nesse momento de guerra, não podem ser entendidos como estáticos, mas parte de um processo de escolhas históricas importantes. Escolhas essas que refletem a materialidade marcada por esses tempos de guerra e genocídio da comunidade Xetá.

Uma informação do tempo do mato, registrada por Kozak (1979), indica que os locais residenciais dos Xetás, para seus curtos acampamentos, eram marcados por clareiras na floresta (naturais ou construídas), próximas de fontes de água. Cada clareira poderia abrigar até dez *tápuys* (choças), o que sinaliza para grupos familiares maiores ou uma sazonalidade onde os grupos familiares se encontrariam, justificando a presença de casas maiores e cerimônias observadas pelo cineasta.

O período de inverno, frio e com poucas frutas e caças disponíveis, era o período em que o grupo assumia uma postura de grupos familiares menores e uma rotina de ocupação de acampamentos de caça. É a época do ano onde se pode transpor os domínios selvagens e os domésticos de forma que essa manutenção e simbiose entre seres continue ocorrendo.

O início do verão era marcado pelo falar das cigarras e pela florescência das árvores, em meados de setembro. Nesta época, existe um grande aproveitamento de frutas, répteis e o cobiçado mel (conforme explicitado por KOZAK, 1981; DA SILVA,

28 Claudemir, Reserva técnica do MAE/UFPR, Curitiba, 16/11/2017 apud PASSOS, 2021

2003), e marca o momento de reunião na *óka awatxu*, a aldeia grande, um espaço coletivo de sociabilidade, onde se realizam a iniciação masculina, com o furo do tembetá e das beberagens, onde o mosto dos fermentados eram produzidos nos pilões e fermentados nos cochos, artefatos grandes e volumosos que são fixos nas áreas residenciais. Era o tempo dos encontros, das trocas, de fazer novas relações e reforçar os laços de solidariedade. Usava-se menos a armadilha e mais o arco e flecha para matar aves, macacos, quatis e diferentes tipos de cobra e lagarto (DA SILVA, 2003). Nesse momento de verão o grupo reunido possuía uma mobilidade residencial baixa, as aldeias grandes, encontros familiares, os objetos de grande volume e produção de bebidas fermentadas que levam tempo na sua produção indicam essa permanência residencial maior.

De forma geral, no verão, as caças estão disponíveis, mas disputam atenção com outros alimentos de origem vegetal e com o mel, e por outro lado, o inverno é a época na qual ocorre uma alimentação baseada basicamente em proteínas animais, com maior importância para a atividade de caça, devido à falta de outras fontes alimentares. Sendo assim, podemos supor que no inverno os grupos se dividiam em grupos familiares menores e possuíam uma mudança de residência muito maior e de acampamentos logísticos com maior frequência, já que a caça era uma das principais atividades de subsistência nessa época.

Os acampamentos Xetá ocorrem em áreas da mata, em geral, próximas ao curso do rio, à distâncias que permitem viagens de um dia para buscar mantimentos e conferir armadilhas. O tempo de um acampamento pode variar. Os acampamentos de caça, logísticos, são mais curtos e menos duradouros devido a sua natureza. Por terem esse caráter pontual (caça), sua ocupação altera as relações sociais de todo o grupo familiar, pois a operação de caça é uma função masculina, que é acompanhada pelas crianças (em maior ou menor grau), deixando as aldeias residenciais com a presença apenas das mulheres, meninas, e, apesar de não presentes nas documentações observadas, muito provável que os idosos também.

Apesar da atividade ser a caça, a força motriz deste momento não se resume a essa única função. Os aspectos essenciais vão além da caça como fruto direto de uso para alimentação, a atividade é uma reflexão sobre mantimentos, com a busca por matérias-primas e alimentação, e sobre a demarcação de território com as caminhadas diárias de conferência das armadilhas e a presença das magias, por meio

dos ossos e crânios amarrados pendurados. A relação com o ambiente se dá em um nível que supera a subsistência básica, ela se dá em um âmbito com uma influência muito grande dos aspectos da superestrutura.

A região que os Xetá habitavam também era rica em madeira de lei, inclusive, essa sendo uma das principais atividades econômicas dos brancos após a invasão do território. Tal fato se torna relevante na medida em que se observa que as madeiras usadas na confecção dos arcos, pontas das flechas e machados são sempre as de qualidade para marcenaria ocidental, como o ipê e o alecrim.

Observa-se que todo esse contexto ecológico era conhecido pelos Xetá, onde cada espécie tinha os seus nomes, as suas histórias e os limites do usufruto que eram respeitados e reconhecidos por todos da família (Da Silva, 2003). O caminho pessoal traçado por cada indivíduo social, constrói uma consciência do seu entorno de forma orgânica durante sua vivência, onde nossa percepção metodológica nos leva a crer que as ações técnicas desempenhadas sejam vistas de forma intuitiva.

Assim sendo, de acordo com as dinâmicas dadas por Perlès (1987), foi realizado uma compilação dos dados observáveis e inferências sobre essa gestão das matérias-primas, elencando quais os objetos relacionados, sua abundância, seu local e suas dificuldades de aquisição, levando-se em consideração os fenômenos e relações envolvidas.

A proposta aqui apresentada entende que os objetos estão muito além de uma construção ou de uma funcionalidade, ou muito menos de sua forma. Eles estão relacionados com o modo de vida das pessoas, com as relações sociais, míticas e ambientais. E essas relações aparecem demarcadas nos artefatos, de forma similar ao funcionamento de um corpo. Vários órgãos, sistemas e mecanismos internos funcionando independentemente entre si, mas de forma sinérgica a fazer funcionar o todo.

E da mesma maneira, todo esse complexo é influenciado por questões externas, ambientais, alimentares, do sentido das provisões e recursos tornando a noção de Cadeia Operatória muito mais próxima a uma rede de relações de operações, traduzida em um sistema técnico. Onde verificamos os artefatos, as suas matérias-primas, os gestos envolvidos e as habilidades e conhecimentos envolvidos nesses contextos e as interações com os diversos outros fenômenos técnicos. Todas

essas descrições, são resultado desse saber-fazer Xetá neste espaço e construído ao longo da sua história.

Como tradição da arqueologia, os materiais líticos são retirados desses contextos e muitas vezes pensados apenas como números e códigos desvinculados das relações materiais (e sociais) no qual os líticos estão inseridos, ou seja, como, a rigor, o material que melhor se preserva é o lítico, mas é a partir dele, nesses contextos arqueológicos, que devemos partir para a reflexão dos perecíveis (NEVES DE SOUZA, 2022). Essa forma de análise foca apenas nos acervos líticos nos faz cegos a todas as conexões possíveis entre as cadeias operatórias relacionadas a “totalidade” dos artefatos envolvidos, orgânicos e não orgânicos.

Ao observar os objetos Xetá, a necessidade dos perecíveis para reflexão sobre a tecnicidade e território se faz mais que necessária, uma vez que pensarmos o lítico relacionado a si mesmo, não nos permite enxergar uma série de possibilidades e ligações com o mundo orgânico e perecível. Isso é importante porque não se deve perder de vista a dimensão social do lítico, e não ver o lítico como a soma de diversas relações entre objetos. Neste sentido, o lítico é um material social, da mesma forma que os materiais orgânicos, que tem uma presença social e que é usado socialmente, mas que, ao mesmo tempo, é um material que pode ser instrumentalizado para a formação de identidades sociais. O sistema de produção lítica está inserido em um contexto de movimento, de fluxo, de trocas, de interações. Não é apenas um material “estático” e “primitivo”. Os objetos Xetá não são apenas o resultado de um processo produtivo, são parte de um ciclo de ações que em algum momento a produção fez parte dessa história de vida que é a cadeia operatória.

Durante a formação da coleção do MAE-UFPR, os pesquisadores possuíam interesses diversos, cada qual com as perspectivas e objetivos advindos de sua formação, mas o alvo principal era a pesquisa científica e a constituição de uma coleção e documentos que registrassem o modo de vida daquele povo, assim sendo “os documentos produzidos, tais como fotografias, filmes e gravações sonoras seguiram roteiros previamente estabelecidos e foram feitos para atender os interesses dos cientistas, pesquisadores e colecionadores” (PASSOS, 2021, p. 67).

Esse interesse, em um primeiro momento, era calcado em aspectos evolucionistas, colocando os Xetá como uma curiosidade primitiva:

Pudemos assim comprovar que se tratava de um grupo mantendo-se em estágio de cultura primitiva, segregado naquela área de floresta tropical o qual devia viver em plena cultura lítica, pois em todos os acampamentos visitados e estudados, não nos foi dado encontrar qualquer elemento que revelasse contactos com os agrupamentos humanos da civilização brasileira existentes nas regiões circunvizinhas (FERNANDES, 1959, p. 29).

Posteriormente, com a chegada da pesquisadora Annette Laming-Emperaire (de uma corrente teórico-metodológica de uma arqueologia etnográfica), o interesse ficou voltado também para os usos, as técnicas e a produção de artefatos de pedra, osso e madeira, mas o caminho trilhado ainda estava na “primitividade” do lítico e seu conhecimento, e durante a expedição foi solicitado o fabrico de diversas peças líticas (parte da subcoleção Laming-Emperaire) e ainda levados a identificar outros artefatos líticos das coleções do museu.

Nesse momento, o lítico também pode ser visto em fluxo com os outros materiais. Onde os artefatos representam na materialidade as habilidades cognitivas e o conjunto de conhecimentos correspondes no desempenho e performance Xetá. Como demonstração do seu saber-fazer (Ingold, 1999), objetos ganham forma e sentido a partir desta relação.

Os artefatos Xetá apresentam especificidades características relacionadas a sua gênese (SIMONDON, 2007), essas individualidades podem ser observadas em relação a concepção destes mesmos objetos. As propriedades estéticas dos objetos Xetá são em primazia um dos delineadores dessa observação, onde os objetos concretos Xetá possuem uma característica de esmero bastante perceptível em relação aos outros artefatos. Os arcos, flechas, brincos, adornos, armadilhas, trançados e bordunas deixam bem nítido o tempo e energia extra desempenhada para uma ação de capricho, seja na decoração (pintura das madeiras), a escolha por espécimes de aves específicas para os brincos ou o status proporcionado pela eficiência no manejo das armadilhas ou da formatação padronizada do trançado.

Por outro lado, os objetos abstratos dos Xetá são inúmeros. Muito dos objetos Xetá possuem várias funções e funcionamentos distintos, como por exemplo, o *itaneppraká*, os pilões horizontais e alguns artefatos líticos com mais de uma UTF transformativa. Logo, percebemos que reapropriações e remanufaturas são comuns nesses artefatos abstratos. Nesse ponto, os objetos concretos e abstratos são ferramentas de identificação étnica e territorial em pontos distintos.

As manufaturas dos artefatos seguem o que a matéria permite ser feito dentro do objetivo a ser cumprido. Os trabalhos de produção podem ser realizados em uma série de matérias-primas, mas a sua produção pode envolver uma série de técnicas e ações diferentes em diferentes estágios para os diferentes artefatos produzidos.

Algumas peças aparentemente não possuem uma produção densa visível se observar apenas o objeto final, como é o caso dos perfuradores/escarificadores/talhadores, apenas uma meia mandíbula de um mamífero pequeno partida ao meio ou os formões, ossos longos de grandes mamíferos. Contudo, ao observar o contexto de vivência, a produção deste artefato, bem como em todos os artefatos em ossos, cada um segue uma cadeia operatória completamente distinta, a da caça e captura, e segue todos os processos de limpeza, preparação e partilha do animal (Da Silva [2003] indica que cada caça segue um processo distinto e que essas narrativas estão guardadas). Cada atividade exige uma série de outras atividades relacionadas, e do cuidado ao preparar o animal, para proteger os dentes (Kozák, 1981). E sua relação de produção é intimamente ligada ao seu território por meio das armadilhas posicionadas nos espaços domésticos e do caminhar da caça nesses territórios.

Destacamos que a escolha por determinadas caças vai além da primeira visão de subsistência, o ato de caçar envolve uma série de outras concepções e necessidades que culminam na produção de artefatos específicos. A caça até pode possuir como objetivo inicial a alimentação, mas a escolha por animais de grande porte ou pequeno porte, pode ser ligada a também a necessidade dos suportes ferramentais e da manutenção dos seus espaços domésticos como território do grupo familiar Xetá. A relação de vivência dos objetos é tão importante quanto os aspectos construtivos, os objetos diretamente ligados a aquisição e como a gestão da matéria-prima é regida pelas características de caça, território e mobilidade.

Os artefatos produzidos em ossos, possuem características muito similares nas suas produções. Após as técnicas de caça com arco e flecha ou pela captura das presas em suas armadilhas, cada material passa pelos seus rituais específicos, cabe ressaltar que Da Silva (2003, p. 130) traz relatos de que o tratamento da caça (bem como sua forma de aprisionamento) exige técnicas distintas para seu preparo, contudo não foram publicadas as “muitas narrativas sobre a caça de diferentes espécies, como, por exemplo, anta, cateto, paca, lontra, porco do mato, coelho,

macaco, cachorro do mato, cotia, tamanduá, veado, onça, capivara e aves, entre outros. As narrativas apresentam os hábitos dos animais, as condutas para consumi-los, tratamento, mitos de criação etc.”.

Essa escolha por determinadas partes das caças para construção de determinados artefatos (como os ossos para os formões, ou o peito das aves para os brincos), indica uma ação consciente que demanda não apenas a força mecânica do corpo, mas cuidado com o processo de trato e destreza para lidar com as inúmeras situações que ocorrem durante essa execução (INGOLD, 2000).

Os artefatos Xetá são produzidos e refletem no espaço um uso do ambiente de forma ímpar. O manejo de jervá, a demarcação territorial por meio das armadilhas, os aspectos de conhecimento da região e as especificidades próprias do saber-fazer Xetá na construção e no conceito dos seus objetos demonstra como essa relação de vivência única e própria. As armadilhas e a relação com a caça são a demonstração de sua firma de identidade e de sua ligação com esse espaço territorial. Seus modos de fazer são um com o local.

O acervo aqui analisado foi formado durante um período de intenso conflito social, de medo, fome e fugas. A materialidade também reflete esse momento, bem como o contexto da coleta. Durante as expedições Loureiro Fernandes, a equipe encontrou acampamentos abandonados e pilharam aqueles artefatos deixados para trás (PASSOS, 2021).

Kozak (1981) indica que na primeira expedição científica, ocorrida em outubro de 1955, foram encontrados 8 acampamentos, cada um com três a quatro *tapuy*. Nesses acampamentos, encontraram vários artefatos, entre eles arcos, flechas, bordunas, pilão vertical e horizontal, material lítico de pedra e madeira, e adornos corporais, tais como brincos de penas de aves. Encontraram também grande quantidade de coquinhos de jervá, armadilhas recentes – laços e mundéus para caça de animais de pequeno e grande porte, como anta, veado, porco e onça (Dival Souza apud PASSOS, 2021). O acervo do MAE-UFPR corresponde praticamente ao que foi deixado nos acampamentos, salvo algumas outras peças recolhidas posteriormente, conforme explicitado no capítulo 1, tendo sido ainda “completado”, com solicitações do Loureiro por meio de cartas (SOUZA, 2017; PASSOS, 2021).

Essa materialidade acervada, foi influenciada por esse momento, onde a frente capitalista sob financiamento dos governos estaduais de Moyses Lupion e Munhoz da

Rocha²⁹ aterrorizavam seus territórios, impossibilitando que todo esse fluxo de materiais e ações se realizasse, e pior, a redução dos territórios e dos recursos pode ter interferido na variabilidade artefactual Xetá. Essa constatação é refletida na presença de algumas peças não presentes no acervo, mas presentes em fotos e no MUPA, que possui um contexto de coleta diferenciado. Parte do acervo foi solicitado por Kozák em outros momentos após as expedições científicas (SOUZA, 2017).

Os Xetá buscavam por artefatos dos brancos, em especial aos machados de ferro (KOZAK, 1981) e ainda é citado em Laming-Emperaire (1975) o uso de um fragmento de foice como talhadeira e uma lata como estojo. De certa forma, para os Xetá, que como técnica de resistência preferiram certo isolamento, a chegada dos não indígenas também alterou seu modo de vivência e trouxe novas relações e interações entre humanos e não humanos. A chegada do não indígena, os privou e promoveu uma mudança nos seus hábitos.

Desta forma, nossa proposta aqui não visou elucidar os processos de transformação e nem a influência dos objetos ocidentais (visivelmente marcados por cortadores de metal, latas de ferro e em especial ao machado). Sendo assim, essas dinâmicas abordadas nessa dicotomia de tradição *versus* moderno seria reducionista, dadas as informações disponíveis, onde o machado substitui o *Itaneppraká*, da mesma forma que uma espingarda poderia substituir o arco e flecha. As variações técnicas, na verdade, são processos de relações entre humanos e não humanos em um mundo de constante transformação (BECHELANY, 2017) e nesse recorte, as variações técnicas são percebidas apenas nos seus contextos sincrônicos e não em uma perspectiva histórica de longa duração.

Desta forma, cabe ressaltar que todo esse sistema técnico é fruto de um processo histórico de relações entre humanos e não humanos em um espaço específico, sendo que a estrutura das sociedades Xetá é uma extensão dos seus territórios, e, por conseguinte, uma extensão de sua relação com os não humanos. Os sistemas de conhecimento que essas sociedades cultivam são fruto da experiência cultural adquirida ao longo de muitas gerações de relações com os ecossistemas florestais, o que nos leva a pensar nesses sistemas de conhecimento não como algo

29 Moyses Lupion governou de 12 de março de 1947 até 31 de janeiro de 1951 pelo PSD (que se desmembrou em ARENA e MDB) e foi sucedido por Munhoz da Rocha, que governou o estado de 31 de janeiro de 1951 até 3 de abril de 1955 na coligação entre PR, UDN, PTB, PSP e PRP, até se tornar ministro da agricultura no governo federal de Café Filho (PTB).

fechado, estático, mas sim uma ferramenta dinâmica, que está sempre se ajustando, através de sua continuidade histórica, às relações que se estabelecem com os ecossistemas florestais.

Os Xetá durante esse contato ocorrido em meados do séc. XX, se constituem como grupos que vivem do consumo proveniente da caça de animais (espera ou combate direto) bem como da coleta de uma grande diversidade de vegetais e insetos, com uma interação territorial marcada por deslocamentos diários e sazonais, pois tendem a mudar seus assentamentos com grande frequência, várias vezes por ano, em um padrão de concentração e dispersão sazonal anual relacionado, em especial, às espécies disponíveis e aos tempos de religiosidade, e assim tendem a passar parte do ano dispersas em pequenas unidades de forrageamento e outra parte do ano agregadas em grupos maiores. Esse padrão de ocupação Xetá nessa época, pode ser uma tradição anterior, bem como uma estratégia de sobrevivência para esse período em específico.

Referências Bibliográficas

BECHELANY, F. C. **"flecha é igual 22": gesto técnico e transformação no arsenal de caça dos Panará (265-294)**. in Técnica e Transformação: Perspectivas Antropológicas. Organizador. SAUTCHUCK, C. E. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017.

BECHELANY, F. C. Suasêri: **A caça e suas transformações com os Panará**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). – Universidade de Brasília, 2017.

BERNACCI, L.C.; MARTINS, F.R.; SANTOS, F.A.M dos. **Dinâmica populacional da palmeira nativa jerivá, *Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman, em um fragmento florestal no sudeste do Brasil**. Artigo em Hypertexto, 2006. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2006_3/jeriva/Index.htm>. Acesso em: 9/12/2021.

CARVALHO FILHO, E.P.M.; Zorzini, G.; SPECHT, G.V., **Breeding biology of King Vulture in southeastern Brazil**. Ornitologia Neotropical 15, 2004, p. 219-224.

CARVALHO, P. E. R. DE. **Pau-marfim *Balfourodendron riedelianum***. Circular técnica EMBRAPA, n. 93, 2004.

CAVALHEIRO, A. C. M.; VOLCOV, J. **Programa de prospecção arqueológica - Melhoria e pavimentação da rodovia BR487/Estrada da Boiadeira**. Relatório de pesquisa entregue ao Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN), 2012.

ELLIOT, John H. **Itinerário de uma viagem de exploração pelos rios Verde, Itarareí, Paranapanema, e os sertões circunjacentes mandado fazer pelo Exo snr. Barão de Antonina em 1845**. In MOTA, 1998.

FABRINI, Flavio. **Formação socioespacial do Noroeste do Paraná e a ação da companhia colonizadora Byington**. Revista Produção Acadêmica - Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA n. 2, 2015, p. 66-86.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia**. São Paulo: Edusp, 2001.

FERRET, C. 2014. **“Towards an anthropology of action: From pastoral techniques to modes of action”**. *Journal of Material Culture*, 2014, p. 279-302.

FERNANDES, L. **Os índios da Serra dos Dourados: os Xetá. Separata de Reunião Brasileira de Antropologia**. Anais III RBA, Recife, p. 27-46, 1959.

FERNANDES, L. **Os índios da Serra dos Dourados**. *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological Research*, Vienna, n.5, p. 151- 154, 1962.

FUNAI. **Relatório de Identificação da Terra Indígena Herarekã Xetá**. Brasília, 2013.

GASPAR, M. V., & Rodrigues, I. M. M.. **Coleções etnográficas e Arqueologia: uma relação pouco explorada**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 2020.

GOTARDI, Camila & VIANA, Aline & HOEHNE, Lucélia & ETHUR, Eduardo & DE FREITAS, Elisete. **Caracterização físico-química da amêndoa e da polpa do fruto de *Syagrus romanzoffiana Cham.* (Jerivá)**, 2021.

GUÉRIOS, R.F.M.. **A posição lingüística dos Xetá**. Trabalho apresentado na IV Reunião Brasileira de Antropologia, em Curitiba, 1959.

GOUDEL *et al.* **Caracterização e Processamento de Mapuitã, os frutos da palmeira jerivá (*Syagrus romanzoffiana Cham.*)**, UFSC, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96153/309542.pdf?sequence=1>> Acesso em: 9/12/2021.

HAUDRICOURT, A.-G. 2013. **Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro**. Série Tradução. Dep. Antropologia/UnB, 1962.

HODDER, I..**The domestication of Europe**. Oxford & Cambridge (MA), 1990.

HODDER.I. **Theory and Practice in Archaeology**, 1992.

IHDE, D. **Tecnologia e o mundo da vida: do jardim à terra [online]**. Chapecó: Editora UFFS, p. 1-5. 2017.

INGOLD, T. *World Archaeology*, Vol. 25, No. 2, **Conceptions of Time and Ancient Society**, p. 152-174. 1993.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge. 2000.

KOZÁK, Vladimír. **Os Índios Héta: Peixe em Lagoa Seca**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, Vol. XXXVIII, 1981.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras; 1ª edição. 2020.

LAMING-EMPERAIRE, A. **Les Xeta, Survivants De L'age De La Pierre**. Objets et mondes, *Revue du Musée de l'Homme*, tome IV, fasc. 4, Hiver, Paris, 1964.

LAMING-EMPERAIRE, A.; MENEZES, M. J.; ANDREATA, M. D. **O Trabalho da pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados, Estado do Paraná**. Coleção Museu Paulista: série ensaios, São Paulo: Museu Paulista, n.2, p. 19-82, 1978.

LEACOCK, E. and R. Lee (eds.). **Politics and History in Band Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

LEE, Richard B. **"Reflections on Primitive Communism."** *Hunters and Gatherers*, vol. 1, Berg Oxford, 1988, p. 252–68.

LEE, R. B. **"Reflections and primitive communism."** In T. Ingold, D. Riches, and J. Woodburn (eds.) *Hunter and Gatherers 1: History, Evolution and Social Change*. Oxford: Berg, 1998.

LEITE, Gian Carlo T. **Do contato aos dias atuais: sete décadas de notícias sobre os Xetá da Serra dos Dourados**. *Rev. Sociologias Plurais*. Curitiba, vol. 5, n. 1, 2019, p. 343-367.

LEMONNIER, P. **"Et pourtant ça vole: l'ethnologie des techniques et les objets industriels"**. *Ethnologie française*, 1996, p. 17-31.

LOUREIRO FERNANDES, José. **Carta para Antônio Lustosa de Freitas**. MAE-UFPR. Documento registrado sob o código MAE III.001.148.003. Curitiba, 1958.

MARINHO, R.P. **Os Xetá e suas histórias: memória, estética, luta desde o exílio**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Curitiba, PPGAA/UFPR, 2018.

MELIAM. Viganó; GASPAR, Igor M.; RODRIGUES, M.; **Coleções etnográficas e Arqueologia: uma relação pouco explorada**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 15, núm. 1, e20190018, 2020.

MERENCIO, F.T. **A subcoleção Laming Emperaire do lítico Xetá: Caracterização do sistema tecnológico**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2015. Suplemento 20, p. 71-76.

MILLER JR., T. O. **Onde estão as lascas?** Clio Arqueológica, v.21, n° 2, p. 6-66, 2009.

MILLER JR., T. O. **Stone work of the Xeta Indians of Brazil**. In: HAYDEN, B. (Ed.). Lithic Use-wear Analysis. New York: Academic Press, 1979, p. 401–407,

MINEROPAR. **Atlas Comentado da Geologia e dos Recursos Minerais do Estado do Paraná**. Curitiba, 2001.

MINEROPAR. **Atlas geomorfológico do Estado do Paraná**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

MOTA, Lucio Tadeu. **Os índios Xetá na província paranaense (1853-1889)**. PÓS-HISTÓRIA, Assis-SP, v.6: 175-189, 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Os Xetá no vale do Rio Ivaí 1840-1920**. Maringá: Eduem, 2013.

MOTA, L.T. **Os Xetá no vale do Rio Ivaí 1840-1920**. Maringá: Eduem, 2013.

NEVES DE SOUZA, G. **Em Busca do Invisível: o material lítico como vetor de visibilidade para o material perecível**. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 211–232, 2021. DOI: 10.24885/sab.v34i3.937. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/937>. Acesso em: 25/08/2022.

PASSOS, Lilianny Rodriguez Barreto dos. **As coisas Xetá: pessoas, instituições e coleções**. Curitiba, Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, 2021.

RODRIGUES, A.D. **A Língua dos índios Xetá como dialeto Guarani. Separata de Cadernos de Estudos Linguísticos**, São Paulo, n.1, p. 7-11, 1978.

Revista do IHGB, Tomo V. Nº 17. Disponível em MOTA, 2013. - MACHADO, J. S. (Barão de Antonina). **Carta do Barão de Antonina ao Ministério da Guerra em 21/12/1842**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 1843. Tomo V, n. 17, p. 108-117.

RODRIGUES, I. M. M.; COSTA, R. L.; SILVA, F. A.. **Perspectivas arqueológicas e etnográficas sobre tecnologias perecíveis: uma introdução**. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 3–14, 2021. DOI: 10.24885/sab.v34i3.980. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/980>. Acesso em: 25/08/2022.

SAUTCHUCK, Carlos Emanuel. **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017.

SIGOUT, François. **Gestes et apprentissage**, 2008. Disponível em: www.francois-sigout.com/index.php/ineditis/52-articles-inedits/487-2008-5.

SOUZA, L.M. **Contextos e processos de formação da coleção Xetá do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR-MAE/UFPR**. Monografia (Graduação). SCH/UFPR, 2017.

SANTOS, Fernando; FORTES, Edison. **Unidades Hidrogeomorfológicas e Mapeamento do Relevo: uma Proposta de Classificação Geomórfica para a Bacia Hidrográfica do Ivaí - PR**. In: VII Simpósio Nacional de Geomorfologia (SINAGEO) e II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008, Belo Horizonte. Anais do VII Simpósio Nacional de Geomorfologia (SINAGEO) e II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, Brazil, 1997.

SOARES, K.P. **Syagrus in Flora e Funga do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB15745>. Acesso em: 05/11/2022.

TILLEY, C. **A Phenomenology of Landscape**. Oxford: Berg. Phenomenological Approaches to Landscape Archaeology By Christopher Tilley, Handbook of Landscape Archaeology Edition 1st Edition First Published 2008 Imprint Routledge, 1994, p. 6.

VARGAS, Gabriel E. *et al.* **Valor nutricional de la larva de Rhynchophorus palmarum L.: comida tradicional en la amazonía peruana**. Rev. Soc. Quím. Perú, Lima, 2013, v. 79, n. 1, p. 64-70. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1810-634X2013000100009&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 09/12/2021.

ZEDEÑO, MARIA NIEVES. **The Archaeology of Territory and Territoriality In David, Bruno; Thomas, Julian**. Handbook of Landscape Archaeology. Left Coast Press, California, 2008, p. 210-217.